



José Maurício Vieira Filho

Promover a paz ou prolongar conflitos
violentos? A dualidade das missões de
paz da ONU em Serra Leoa

Volume I

Julho de 2012



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



**Faculdade de Economia
Universidade de Coimbra**

**Promover a paz ou prolongar conflitos violentos?
A dualidade das missões de paz da ONU em Serra Leoa**

Dissertação submetida à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.
Orientadora: Professora Doutora Paula Duarte Lopes.

**José Maurício Vieira Filho
Coimbra - Julho 2012**

Capa:

Peacekeepers durante a segunda missão da ONU em Serra Leoa (UNAMSIL).

Crédito: Pep Bonet. <http://pepbonet.com/2007/10/portfolio/city-of-rest-sierra-leone/>
[25 de Junho de 2012].

Índice

Resumo.....	4
Abstract.....	5
Agradecimentos.....	6
Lista de quadros/tabelas.....	7
Lista de acrónimos.....	8
INTRODUÇÃO.....	10
Capítulo 1 – A construção da paz e do conflito violento.....	16
1.1 – Perspectiva construtivista	17
1.1.1 – Agente e Estrutura: conceito e interação.....	19
1.1.2 – Como as regras constroem a sociedade.....	23
1.2 – Violência e conflito violento.....	27
1.2.1 – O que é violência?.....	28
1.2.2 – Conflito violento e conflito armado.....	34
1.2.3 – Causas dos conflitos violentos.....	39
1.3 – A paz: conceitos e objetivos.....	46
1.3.1 – A ONU e a paz mundial.....	53
1.3.2 – As intervenções da ONU.....	57
Capítulo 2 – O conflito violento de Serra Leoa.....	65
2.1 – O período colonial e o protetorado britânico.....	66
2.2 – O movimento pré-independência e o partido SLPP.....	70
2.3 – As eleições de 1967 e o surgimento da RUF.....	73
2.4 – Por uma nova Serra Leoa: o início do conflito armado.....	78
2.5 – As negociações de paz fracassadas.....	86
2.6 – Consequências do conflito armado para as potencialidades humanas.....	94
Capítulo 3 – As intervenções da ONU em Serra Leoa.....	99
3.1 – UNOMSIL: uma missão observadora.....	100
3.1.1 – Situação securitária.....	101
3.1.2 – Situação humanitária.....	106
3.1.3 – Situações política e econômica.....	111
3.2 – UNAMSIL: uma missão de paz?.....	117
3.2.1 – Situação securitária.....	120
3.2.2 – Situação humanitária.....	126
3.2.3 – Situações política e econômica.....	132
CONCLUSÃO.....	141
Referências bibliográficas.....	147

Resumo

Esta dissertação aborda a dualidade existente entre a promoção da paz e o prolongamento dos conflitos violentos a partir de uma análise sobre as duas missões de paz – *peacekeeping* – realizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) em Serra Leoa: a *United Nations Observer Mission to Sierra Leone* (UNOMSIL) e a *United Nations Mission in Sierra Leone* (UNAMSIL). As missões em análise foram autorizadas em 1998 e permaneceram em atuação no país até 2005. No entanto, o início destas intervenções aconteceu depois de sete anos da eclosão do conflito iniciado pela *Revolutionary United Front* (RUF) e representou a incapacidade da ONU em promover a paz a partir das diferentes estratégias de intervenção: prevenção, contenção da violência e construção e consolidação da paz. Para explicar o argumento proposto na presente pesquisa, o trabalho ressalta o contributo da perspectiva construtivista das Relações Internacionais, destacando o processo de interação entre agente e estrutura e apresenta este mesmo processo na sua relação com os conceitos de conflito, violência e paz. O debate teórico-conceitual aborda o processo de formação histórica de Serra Leoa e identificar as raízes do conflito armado e violento e compreender, desta forma, o porquê de as intervenções promovidas pela ONU não atingirem as raízes dos conflitos violentos, resultando não só o seu agravamento, mas também o prolongamento da violência em Serra Leoa.

Palavras-chave: violência e conflito violento, paz, missão de paz da ONU, Serra Leoa.

Abstract

This dissertation address the dualism between the promotion of peace and the protracted violent conflicts based on an analysis of the two peacekeeping missions promoted by the United Nations (UN) in Sierra Leone: the *United Nations Observer Mission to Sierra Leone* (UNOMSIL) and the *United Nations Mission in Sierra Leone* (UNAMSIL). These missions were deployed in 1998 through 2005, and they symbolise the UN intervention in Sierra Leone only seven years after the conflict outbreak by the *Revolutionary United Front* (RUF). This gap represented the UN incapacity to promote peace by its different strategies, prevention and containment of violence, building and consolidation of peace. To explain this proposal, the dissertation follows the International Relations' constructivist perspective, in what concerns the agent-structure debate and its relation with the concepts of conflict, violence and peace. These theoretical and conceptual debates are important to understand Sierra Leone's historic process and it is essential for identifying the moments that are considered the roots of the armed and violent conflicts, as a means to explain why the UN interventions did not attend them, which became a factor for protracting the conflict in Sierra Leone.

Key Words: violence and violent conflict, peace, UN peacekeeping mission, Sierra Leone.

Agradecimentos

Ter este trabalho concluído me faz pensar na vida que se constrói em Coimbra e nas pessoas que também se tornam responsáveis por esta conquista. A cada uma delas, meus agradecimentos pelas palavras de otimismo e de coragem nesses dois anos em que permaneci longe da família (2010-2012).

Em especial ao meu pai, Maurício; à minha mãe, Maria das Dores; e à minha irmã, Samara. Às minhas tias Graça e Celi, pelos incentivos em desbravar o velho continente; à minha tia Fátima e ao tio Hider e seus filhos, minha segunda família.

Aos professores do Mestrado em Relações Internacionais da FEUC, em especial à minha orientadora, Professora Doutora Paula Duarte Lopes, por sua perspicácia em apontar os caminhos para a produção de um trabalho de qualidade.

Aos meus amigos do Brasil, com destaque para Helena Castro, ao casal Aurélio Barbosa e Maria do Carmo; às irmãs Dulcineia, Francisca das Chagas e Salete Martins, à prima Hyvina Bantim e aos amigos Nivando Bezerra e Mércia Cardoso, por terem me ajudado financeiramente nesta pesquisa.

À amiga Rose, pelas empolgantes conversas online sobre conflitos.

Aos amigos do Mestrado – Rita Perdigão, João Sigalho, João Figueiredo, Joana Isabel e Helder Lourenço – pelos descontraídos cafés após as aulas.

E um agradecimento especial à minha “Família Coimbra” - Chrystiane Fermينو, Elizabeth Reichert, Marina Oliveira, Gonçalo Cholant, Guilherme Corrêa e Cyntia Diógenes, por terem tornado esta experiência no mais rico intercâmbio cultural unindo o Brasil em Portugal.

Lista de quadros/tabelas

Quadro 1 – As intervenções da ONU e o ciclo do conflito I.....	60
Quadro 2 – As intervenções da ONU e o ciclo do conflito II.....	62
Quadro 3 – Chefes de Estado em Serra Leoa (1961 – 1992).....	75

Lista de acrónimos

AFRC – Armed Forces Revolutionary Council

APC – All People’s Congress

CDF – Civil Defense Force

CS – Conselho de Segurança

DDR – Desarmamento, Desmobilização e Reintegração

EBIM – Elections Before Independence Movement

ECOMOG – Economic Community of West African States Monitoring Group

ECOWAS – Economic Community of West African States

EO – Executive Outcomes

FAO – Food and Agricultural Organization of the United Nations

NPFL – National Patriotic Front of Liberia

NPRC – National Provisional Ruling Council

NRC – National Reformation Council

OAU – Organization of African Unity

OCHA – The United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs

ONG – Organizações Não-Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PAM – Programa de Alimentos Mundial

PEPU – Protectorate Educational Progressive Union

PNP – People's National Party

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRIO – Peace Research Institute Oslo

RUF – Revolutionary United Front

RUFP – Revolutionary United Front Party

SLA – Sierra Leone Army

SLOS – Sierra Leone Organization Society

SLPIM – Sierra Leone Progressive Independence Movement

SLPP – Sierra Leone People's Party

UF – United Front

UNAMSIL – United Nations Mission in Sierra Leone

UNICEF – The United Nations Children's Fund

UNHCR – United Nations High Commissioner for Human Rights

UNOMSIL – United Nations Observer Mission in Sierra Leone

WHO – The World Health Organization

WFP – World Food Programme

INTRODUÇÃO

O fim da Guerra Fria, representado pela queda do muro de Berlim e pelo surgimento de uma nova ordem mundial, também é considerado o marco quanto à eclosão de conflitos violentos e armados no mundo. Ao todo, ocorreram 115 desde 1989 e estes conflitos representaram – e ainda representam – um desafio à consolidação da paz mundial. Diante deste cenário, a Organização das Nações Unidas (ONU), responsável por manter e promover a paz e a segurança internacionais, se viu, novamente, diante de um desafio global: evitar que os confrontos prejudicassem a vida, a liberdade e a promoção dos direitos humanos às populações presentes e futuras.

Em consequência, a ONU aumentou, gradativamente, a quantidade de missões de paz desde o fim da Guerra Fria, consolidando 50 missões neste período, de um total de 67. E mesmo que o aumento de intervenções tenha se mostrado fundamental para o estabelecimento de uma paz no mundo, estas evidenciaram diversos obstáculos: seja a lacuna existente entre o início do conflito violento e o início da missão, as readequações do modelo tradicionalmente conhecido por *peacekeeping*, a atuação da ONU quanto aos aspectos securitários, humanitários, políticos e econômicos durante uma intervenção e a incapacidade de uma missão de paz em lidar com o conflito de forma estrutural e holística. Assim, o advento das missões de paz da ONU suscitam diversos questionamentos sobre a sua aplicabilidade. Promovem a paz ou prolongam conflitos violentos? Eis a questão que

direciona todo o cerne desta dissertação.

A presente pesquisa traz uma análise sobre a construção social do conflito violento e da paz a partir da perspectiva construtivista das Relações Internacionais, criando, assim, um cenário viável para se compreender as raízes dos conflitos violentos contemporâneos, identificar os obstáculos à promoção da paz e, principalmente, analisar o processo de interação entre diferentes atores, tanto no processo de interação conflituosa como pacífica. Não bastasse o contributo teórico-conceitual, o argumento desta pesquisa é justificado com base nas duas intervenções realizadas pela ONU durante o conflito violento e armado ocorrido em 1991 em Serra Leoa – a *United Nations Observer Mission in Sierra Leone* (UNOMSIL) e a *United Nations Mission in Sierra Leone* (UNAMSIL).

O fato de escolher as missões de paz em Serra Leoa como objeto de estudo para a presente pesquisa se refere, primeiro, à sua importância enquanto Estado que possui, em sua formação histórica, diversas práticas de violência estrutural. E estas, por sua vez, são consideradas os fatores que desencadearam o conflito armado perpetrado pela *Revolutionary United Front* (RUF) em 1991. Segundo, as missões de paz realizadas pela ONU foram autorizadas somente em 1998, ou seja, sete anos após a eclosão do conflito armado. Neste espaço de tempo, as estruturas vitais do país se tornaram ainda mais prejudicadas em decorrência da ausência de uma defesa capaz de minimizar as hostilidades em Serra Leoa e evitar o agravamento da degradação humana. Terceiro, mesmo após as missões terem sido autorizadas, estas se mostraram

ineficientes para conter as hostilidades do conflito armado, o que evidenciou a fragilidade das missões *peacekeeping* ao tentar promover a paz.

Para discutir este argumento e fundamentá-lo, a presente pesquisa foi dividida em três capítulos: *A Construção da Paz e do Conflito Violento*, *O Conflito Violento em Serra Leoa* e *As Intervenções da ONU em Serra Leoa*. Em cada um dos capítulos foi utilizada a análise documental de documentos oficiais da ONU como metodologia principal, no que se refere aos *reports*, *statements* e *letters* referentes às missões de paz em análise e sobre o contributo desta instituição acerca das conflitualidades no mundo contemporâneo. A metodologia também inclui a análise de fontes secundárias, como autores que abordam a conflitualidade e a promoção da paz no sistema internacional como um processo dinâmico e multicausal.

O primeiro capítulo deste trabalho aborda a perspectiva construtivista das Relações Internacionais para compreender o processo de construção da realidade social, seja por meio do conflito violento e armado ou por meio das intervenções realizadas pela ONU. Assim, autores como Onuf (1989, 2001), Kratochwil (2001) e Fierke (2005) tornam-se importantes ao mencionar que a realidade não é dada, mas construída por meio das ações e dos próprios atores. O capítulo também traz uma abordagem sobre os conceitos de violência, conflito e paz. O objetivo de abordar estes conceitos é analisar como estes se encontram relacionados quanto ao processo de construção da realidade. A análise conceitual traz o contributo de Galtung (1969), sobre as classificações da violência e da paz negativa e paz positiva; e o de

Wallensteen (2007), sobre a definição de conflito.

A abordagem também foca no surgimento da ONU e sua missão de promover a paz mundial e traz uma análise sobre os diferentes mecanismos de intervenção utilizados por esta instituição quanto a este objetivo. Além disso, há de se destacar as constantes mudanças ocorridas no escopo das *peacekeeping* com base em três documentos: *An Agenda for Peace* (Boutros-Ghali, 1992a), *Brahimi Report* (UN, 2000) e *A New Partnership Agenda: Charting a New Horizon for UN Peacekeeping* (UN, 2009), destacando a readequação das intervenções da ONU em detrimento da dificuldade em se estabelecer um plano de paz. Esta análise é necessária porque o modelo de intervenção da ONU não pode ser aplicado a todos os tipos conflitos, pois cada conflito violento tem uma dinâmica diferente e este aspecto deve ser levado em consideração para o início de uma intervenção.

No segundo capítulo, se inicia uma aplicação da teoria e dos aspectos conceituais ao objeto de estudo deste trabalho: o conflito violento e armado ocorrido em Serra Leoa a partir de 1991. Nesta parte, se faz necessário buscar os elementos históricos para compreender as raízes do conflito no país e, assim, identificar as práticas da violência e a existência do conflito violento que culminaram com o conflito armado. Este capítulo destaca diferentes momentos da história de Serra Leoa, que compreende o período colonial e o protetorado britânico, o movimento pré-independência e o partido *Sierra Leone People's Party* (SLPP), as eleições de 1967 e o surgimento da *Revolutionary United Front* (RUF), a análise do manifesto da

RUF justificando a necessidade de uma revolução armada no país e as primeiras tentativas de paz realizadas sob a supervisão da ONU, as quais fracassaram totalmente.

Com esta perspectiva histórica, é possível analisar o processo de formação da sociedade estratificada de Serra Leoa, a partir do contributo de Denov (2010), Fyle (2006), Gberie (2005) e Jackson e Albrecht (2011). Estes autores evidenciam que as raízes do conflito armado podem ser identificadas a partir dos elementos presentes na história no país, como a formação do sistema político, a divisão histórica de classes histórica e a promoção dos direitos humanos.

O terceiro capítulo destaca o processo de desenvolvimento das duas missões de paz realizadas pela ONU em Serra Leoa: a *United Nations Observer Mission in Sierra Leone* (UNOMSIL) e, depois, a *United Nations Mission in Sierra Leone* (UNAMSIL). Apesar de serem duas missões completamente antagónicas – a primeira foi realizada com carácter observador enquanto que a segunda representou uma presença mais ativa da ONU em Serra Leoa a partir do envio de uma força de paz – essas missões foram analisadas de acordo com as decisões da ONU no que se referia aos aspectos securitários, humanitários, políticos e económicos. Esta divisão na análise das duas missões se faz necessária para compreender como foi o processo de atuação da ONU em cada um dos aspectos mencionados anteriormente nos dois momentos da intervenção.

Desta forma, a presente pesquisa traz uma contribuição para o debate internacional sobre como este mesmo sistema pode influenciar e também ser considerado responsável por manter e prolongar conflitos violentos, mesmo que a sua missão seja a de promover a paz mundial.

Capítulo 1 – A construção da paz e do conflito violento

Compreender a promoção da paz no sistema internacional contemporâneo requer uma maior aproximação e análise sobre os fenômenos violentos e conflituosos. A existência destes não somente evidencia os desafios em se estabelecer uma paz mundial, mas também possibilita perceber as transformações históricas da humanidade. Isso porque, para que a violência e o conflito possam existir, é necessário que haja interação entre diferentes atores do sistema internacional, seja esta motivada por aspectos históricos, identitários ou pela diferença de classes.

Assim, a realidade social é alterada constantemente. E, no caso da promoção da paz, a construção desta mesma realidade sofre a influência de diferentes mecanismos de intervenção externa, como as missões de paz da ONU, que estão focadas na reconstrução de países pós-conflitos violentos a partir do fortalecimento do Estado, do setor jurídico e da garantia aos direitos humanos.

Para entender esta análise, tem-se, nesta primeira parte, uma abordagem da perspectiva construtivista sobre a construção da realidade social e a interação entre agente e estrutura. Em seguida, uma releitura sobre o conceito e classificação da violência, seguindo Galtung (1969) para, posteriormente, focar na definição, causas e tipologia dos conflitos violentos. A terceira parte deste capítulo destaca o conceito de paz, seus objetivos e as estratégias de intervenção usadas pela ONU para alcançar este objetivo.

1.1 – Perspectiva construtivista

O surgimento de uma ordem mundial, simbolizada pela queda do muro de Berlim e o fim da Guerra Fria em 1989, apresenta novas perspectivas para compreender o sistema internacional vigente e suscitar uma reflexão sobre a construção e constituição deste mesmo sistema. O debate agente-estrutura¹ apresentado por Wendt (1987) na época; e a ineficiência da teoria tradicional das Relações Internacionais quanto ao uso das transformações históricas para compreender as mudanças no sistema internacional contemporâneo, por Ruggie (1989, 1993), favoreceram a inclusão de uma nova perspectiva, denominada de construtivismo (Onuf, 1989), para a disciplina das Relações Internacionais.

De acordo com o raciocínio de Onuf (1989), o construtivismo contribui para uma análise das relações internacionais a partir das ações humanas, ou seja, o mundo é uma construção social. Da mesma forma é o pensamento de Adler (1999), ao afirmar que o construtivismo é a perspectiva segundo a qual o modo como o mundo material forma a ação e interação humanas – e também é formado por ela – depende de interpretações normativas e epistêmicas dinâmicas do mundo material. Seguindo esta lógica, o construtivismo tem o objetivo de mostrar que:

mesmo nossas instituições mais duradouras são baseadas em entendimentos coletivos; que elas são estruturas reificadas que foram um dia consideradas *ex nihilo*² pela consciência humana; e que esses entendimentos foram subsequentemente difundidos e consolidados até que fossem tidos como

¹ Ver tópico 1.1.2 deste trabalho.

² Do latim, que significa: “do nada” (Moniz, 2001).

inevitáveis. (Adler, 1999: 206)

Assim, o que hoje pode ser considerado como realidade social foi, de fato, construído. E não há razão para que essa construção social esteja concluída em sua totalidade. Trata-se, portanto, de um processo em que a realidade social assume um caráter dinâmico a partir de interações entre seres humanos e natureza. Kratochwil (2001) também concorda com esta perspectiva ao argumentar que todos os construtivistas acreditam que o mundo humano não é simplesmente dado, uma realidade já determinada, mas que é construído por meio das ações e dos próprios atores. Esta construção, por mais que seja sociológica, não se torna menos política do que qualquer outra e, na medida em que funciona como um movimento social, *constructivism is markedly more political than most of the institutions and practices constituting our social realities* (Onuf, 2001: 236).

Desta maneira, os construtivistas acreditam que as relações internacionais consistem primariamente em fatos sociais e que, apesar de aceitarem a existência de um mundo real, acreditam que este mundo não é determinado pela realidade física e é socialmente emergente, mas acreditam que as identidades, os interesses e o comportamento dos agentes políticos são socialmente construídos por significados, interpretações e pressupostos coletivos sobre o mundo (Adler, 1999). Portanto, o construtivismo tem o objetivo também de fornecer explicações tanto teóricas quanto empíricas a respeito das instituições sociais e da mudança social a partir da relação existente entre agentes e estruturas. E estas explicações teóricas e empíricas

acontecem porque, seguindo o raciocínio de Jørgensen (2001: 46), os construtivistas têm contribuído nas Relações Internacionais a partir das teorias sociais. Essa justificativa surge pelo fato de que todos os possíveis paradigmas nas RI podem também ser analisados como construtivistas.

[E]ven if constructivism is more open – compared to a various a-historical approaches – to aspects of change or transformation in world politics, it does not follow that change in question necessarily will be progressive, that is, constitute a change for the better. (Jørgensen, 2001: 47)

É por esta razão que “*a change for better*”, como salienta Jørgensen (2001), pode não ser o resultado dessa construção social, uma vez que pode ocorrer de forma conflituosa ou pacífica. Assim, o construtivismo tende a destacar características importantes da política internacional que eram tidas como enigmáticas, da mesma forma que tem implicações práticas para a teoria internacional e as pesquisas empíricas (Adler, 1999). Pode-se, então, destacar que o construtivismo direciona para uma análise sobre como os atores são socialmente construídos e como esses mesmos atores tendem a influenciar a construção de uma determinada estrutura.

1.1.1 – Agente e Estrutura: conceito e interação

Se o construtivismo esclarece que a realidade social é construída a partir da interação entre agentes e estrutura, é importante definir quem são os agentes e que estrutura é essa e, principalmente, como esta construção da realidade social pode ser

estabelecida e analisada a partir de sua interação. Estrutura é definida como um princípio em que as unidades dentro de um sistema estão organizadas (Buzan, 1995). Esta definição não foca somente no aspecto da existência de unidades organizadas, mas na maneira como ocorre esta organização, tendo em conta critérios identitários, políticos e econômicos, que passam a representar os aspectos da vida social (Buzan, 1995; Wight, 2006).

O objetivo, com isso, é o de apresentar o mundo como ele realmente é e como tem se tornado num sistema em que as unidades estão divididas (Stern, 1995). Por mais que Wight defina estrutura como o “aspecto da vida social em que vários elementos estão unidos”, ele descarta qualquer possibilidade de análise sobre a estrutura (2006: 126). Isso porque, no pensamento do autor, as estruturas apenas refletem fatos externos aos indivíduos e a representação coletiva dos fatos sociais reflete a identidade intrínseca dos indivíduos: *“these collective representations constitute what it means to be an individual”* (Wight, 2006: 126).

No entanto, Buzan (1995) propõe um pressuposto para se analisar a estrutura. O autor elucida que os eventos ocorridos no universo social possuem mais de uma causa e que estas mesmas causas podem ser encontradas em mais de um tipo de localização³. Assim, esta condição “multicausal” que o autor apresenta sobre a estrutura é fundamental para entender as dinâmicas do mundo social e pensar que a

³ Em relação ao caráter multicausal, Buzan (1995) ilustra com a II Guerra Mundial. As análises podem incluir diferentes perspectivas ou locações, como a insegurança francesa, o revanchismo alemão e, fatalmente, a fraqueza da balança de poder como as causas da guerra.

construção pode ser estabelecida ou influenciada de diferentes formas e por diferentes agentes, mas que a interação entre as formas e agentes resultam na realidade social como a conhecemos. Para entender este processo de construção, é preciso observar os diferentes níveis de análise existentes. Os níveis de análise nas Relações Internacionais têm sido ligados intimamente à ideia de sistema, definido como “o conjunto de unidades interagindo dentro de uma estrutura” (Waltz, 1979; Buzan, 1995). Portanto, os agentes podem ser os seres humanos, que decidem e pensam sobre o que deve ser feito (Onuf, 1989: 69), como também os agentes podem ser os atores que atuam no sistema.

Para uma perspectiva construtivista, os Estados também são classificados como atores, mas em decorrência do surgimento de diversas instituições internacionais após a II Guerra Mundial, principalmente a Organização das Nações Unidas (ONU), foi necessário se pensar no surgimento de novos atores, como as corporações multinacionais, grupos terroristas, organizações intergovernamentais, organizações não governamentais, igrejas, internacionais sindicais ou internacionais partidárias.

Como ressalta Buzan (1995), dois níveis de análise tornam-se óbvios: as unidades e a estrutura do sistema. Mesmo assim, o autor inclui o processo entre as unidades e o sistema como sendo mais um nível de análise, com o objetivo de capturar a diferença entre explicações baseadas na natureza das unidades e as explicações baseadas nas dinâmicas desse processo. Portanto, Buzan (1995) define o

processo como sendo a interação entre as unidades e o sistema e acrescenta o fato de o processo focar na interação das unidades entre si. Este nível torna-se importante porque facilita a compreensão sobre a organização do sistema, das unidades e esclarece sobre as causas para os fatos ocorridos no universo social.

Mas como acontece essa interação? Os seres humanos, com qualquer equipamento fornecido pela natureza, constroem a sociedade e essa mesma sociedade torna-se indispensável na construção de qualquer ser humano (Onuf, 1989: 46). Assim, o construtivismo esclarece que à medida em que o conceito de estrutura é apresentado, tem-se facilmente a identificação dos agentes e que a relação entre agente e estrutura existe concomitantemente e um não precede o outro. Desta forma, a natureza mencionada por Onuf (1989) pode ser referida como sendo o sistema internacional que condiciona a ação humana ou, mais precisamente, a dos atores. E vice-versa. Esta premissa é preponderante para perceber que a constituição e construção da realidade social pode ocorrer na forma micro (na relação entre seres humanos e uma sociedade específica) ou macro (na relação entre Estados, instituições e demais atores e sistema internacional).

Em contrapartida, Wendt (1999) acredita que os dois princípios fundamentais do construtivismo – as pessoas agem em relação a objetos, incluindo outros atores, com base nos significados que os objetos têm para eles; e que a ação dos atores é organizada por meio da interação – fazem com que a estrutura da associação humana seja determinada mais pelas ideias compartilhadas do que pelas forças materiais e

que as identidades e os interesses dos atores sejam construídos com base nessas ideias compartilhadas e não mais dadas pela natureza (Wendt, 1999: 1). É por esta razão que os princípios elucidados anteriormente apontam para as instituições enquanto conjunto de identidades e interesses de uma estrutura e que tais estruturas são frequentemente codificadas em regras formais e normas (Wendt, 1992: 399). Desta maneira, uma das principais questões que se colocam é sobre o funcionamento do mundo e a criação da realidade social. A partir da interação entre agente e estrutura, podem-se analisar os fatores preponderantes para o ordenamento do sistema internacional contemporâneo.

1.1.2 – Como as regras constroem a sociedade

Depois de compreender as premissas do construtivismo e como esta perspectiva explica a interação entre agentes e estrutura, é importante mencionar o contributo de Onuf (1989) sobre as regras estabelecidas pela sociedade para uma análise em relação ao processo de construção social. Em relação às regras, Onuf (1989) faz duas classificações: a primeira delas apresenta as regras enquanto leis – trata-se da disciplina constituída na premissa que certas regras sistematicamente relacionam a conduta humana e social, em que apresenta a relação triangular: *“people make rules, rules make society, society's rules make people conduct themselves in specified ways”* (Onuf, 1989: 66). Em referência às leis, o autor afirma que as regras são medidas consistentes e imediatas de identificar formas linguísticas,

reforçadas pela Teoria Positivista Legal⁴ ao explicar a base para a obrigação especificamente jurídica.

The theory takes us beyond the rule, and what it says, to the legal order. The existence of the legal order explains both the obligation attaching to that rule and the propensity for utilitarian calculators to follow it. The order has two defining properties. One is the competence to issue legal rules, and the other is the capacity to secure compliance with them. (Onuf, 1989: 69-70)

Desta forma, Onuf (1989) destaca que a perspectiva construtivista nega o fato de o mundo e a linguagem serem independentes, afirmando que ambas são mutuamente constitutivas. No entanto, o autor esclarece ainda que a escolha de relatar linguagem e mundo, discurso e regras foi feita devido à Teoria Legal ignorar a linguagem e falhar na conexão da conduta individual e regras sociais de forma adequada. *“More need [to] be said about individual conduct, and particularly about how people learn[,] what rules are and when to follow them”*. (Onuf, 1989: 95)

A segunda classificação de Onuf (1989) – regras enquanto linguagem – é resultado da análise feita por Searle (1979) sobre os *speech acts*. Neste caso, os *speech acts* são considerados importantes porque proporcionam uma reflexão sobre como a linguagem pode se tornar regra. *“That is to say, these sentences require or permit an inference about their speakers' intentions”*. (Onuf, 1989: 84)

⁴ A Teoria Positivista Legal ou Positivismo Jurídico, definindo o direito como um conjunto de comandos emanados pelo soberano, introduz na definição o elemento único da validade, considerando portanto como normas jurídicas todas as normas emanadas num determinado modo estabelecido pelo próprio ordenamento jurídico, prescindindo do fato de estas normas serem ou não efetivamente aplicadas na sociedade (Bobbio, 1995: 142).

Antes de abordar a segunda classificação de Onuf, é preciso exemplificar o contributo dos *speech acts* de Searle (1979). Segundo este autor, esses atos possuem cinco categorias: 1) *assertives*, destacando como a realidade é de fato; 2) *directives*⁵, persuadindo um grupo para a execução dos atos; os discursos 3) *commissives*, os quais revelam o compromisso do discursante para uma ação específica e esses compromissos fazem os outros aceitarem as regras e os discursos 4) *expressives*, servem para transmitir uma emoção ou atitude em relação a um estado de coisas, enquanto que as 5) *declarations* são reguladoras mais imediatas do que os outros *speech acts*, em que se propõem mudanças no mundo a partir dessas declarações (Searle, 1979: 12-17).

A partir destas classificações, Onuf (1989) salienta que a correspondência entre os discursos *assertives*, *directives* e *commissives* sugerem que as outras duas categorias – *expressives* e *declarations* – não produzem regras. Acrescento, nesta análise, o fato de que muitas vezes as declarações se encontram inseridas nas classificações anteriores em forma de verbo, tornando os discursos – ou, mais precisamente, os documentos oficiais – instrumentos capazes de expressar sentimentos e atitudes e propor mudanças por meio dessas mesmas atitudes. Partindo deste contributo, as regras enquanto linguagem apresentam um caráter co-constituente e regulador não somente por meio dos discursos, mas também na medida em que documentos institucionais representam o surgimento de uma nova regra a ser estabelecida.

⁵ Os verbos mais comuns nestes discursos são: afirmar, relatar, caracterizar, atribuir, insistir, discordar, requerer, comandar, demandar, permitir e prevenir (Searle, 1979).

Enquanto linguagem, Onuf (1989) apresenta três classificações:

- 1) cognição, comportamento amplamente consciente, uma conduta;
- 2) julgamento, maneira como é possível aprender e saber usar o conhecimento, incluindo o conhecimento de regras; e
- 3) cultura, conjunto de apoio para cada categoria de regra, juntamente com as regras que as pessoas têm internalizado e utilizado na prática (Onuf, 1989: 66, 96-97).

O contributo das regras, para uma análise sobre a construção social, é importante porque evidencia o processo de interação entre agentes e estrutura de uma determinada realidade social, além de apresentar uma característica persuasiva, fornecendo uma orientação instrumental muito comum nos processos de resolução de conflitos (Kennedy, 1980; Onuf, 1989). A relação que tende a explicar o fato de as pessoas aprenderem por meio das regras e seguirem-nas, dá-se pela justificativa de que os Estados são construídos por regras. Logo, as regras surgem a partir de atividades e não apenas pelos dirigentes do Estados. Consequentemente, as regras formuladas tendem a identificar os agentes de uma determinada estrutura e sua relação na consolidação dessas mesmas regras.

1.2 – Violência e conflito violento

A história da humanidade é marcada por diversos acontecimentos conflituosos. E, não obstante, é por meio destes episódios – com a justificativa da disputa de poder e de interesses entre os povos – que os seres humanos passaram a conquistar territórios, a lutar pela independência, a fazer revoluções e a mudar, gradativamente, o curso da sua própria história. Assim, “a guerra torna-se quase tão antiga quanto o próprio homem e precede o surgimento do Estado, da diplomacia e da estratégia” (Keegan, 2006: 21) e os conflitos violentos pelos quais passou a humanidade são indícios de sua própria evolução. No período entre 1946 a 2001, ocorreram 225 conflitos armados⁶, sendo que, deste total, 115 ocorreram após o fim da Guerra Fria (Gleditsch et al, 2002).

Reconhecendo este processo de construção social, mesmo que de forma conflituosa, é importante analisar a conflitualidade violenta, identificar suas causas e possíveis formas de gestão pacífica da mesma. Por isso, não se pode compreender ou fazer uma análise sobre a promoção da paz sem, antes, definir e classificar conflito e violência, porque estes ajudam a identificar elementos que impedem a promoção da paz. Segundo Galtung (1969: 167), a promoção da paz está relacionada com a conquista de objetivos sociais, geralmente complexos e difíceis, mas que são possíveis de serem atingidos.

⁶ Os dados provêm do Departamento de Pesquisa sobre Paz e Conflitos da Universidade de Uppsala e do *Peace Research Institute Oslo* (PRIO), na Noruega (Gleditsch, 2002).

1.2.1 – O que é violência?

O conceito de violência está totalmente atrelado à sua etimologia. Oriunda do latim, violência é aquilo “que age pela força”, “trata com brutalidade, desonra, ultraja” (Origem da Palavra, 2012a). E esta primeira definição é importante para se compreender em que contexto a violência está inserida, o que evidencia e como esta se torna num obstáculo para a promoção da paz. Atrelado a este conceito está o contributo de Galtung (1969), resultado do seu pioneirismo nos Estudos para a Paz. Ao elaborar sua análise sobre a paz, o autor definiu a violência como sendo “a diferença entre o potencial e o real, entre o que deveria ser e o que realmente é” (Galtung, 1969: 168), se tornando presente quando os seres humanos são influenciados de modo que suas realizações reais e mentais estão abaixo de suas realizações em potencial. Ou seja, a violência só existe quando há mecanismos capazes de evitar o ato violento e estes mecanismos, por sua vez, não o evitam (Galtung, 1969: 168).

Um exemplo apresentado pelo autor para entender os atos violentos se relaciona com o índice de esperança de vida: quando comparada com o período neolítico, em que este índice era de 30 anos, a condição não representava uma expressão da violência, mas caso alguma sociedade permanecesse com esse mesmo índice de esperança de vida na atualidade, aí estaria expressa um ato violento (Galtung, 1969: 169). Isso porque a sociedade no período neolítico não possuía condições de melhorar sua esperança de vida, uma vez que recursos vitais eram

escassos. Atualmente, se uma sociedade permanece com este índice, é um sinal de que o advento da tecnologia e da ciência, principalmente da medicina, estão a negligenciar o desenvolvimento humano, evidenciando uma prática de violência.

É por esta razão que quando Galtung (1969) pensou na paz como sendo “a ausência de violência”, esta definição simplista já implicaria numa análise mais detalhada sobre o que viria a ser, de fato, a ausência de violência. Esta análise seria fundamental para se pensar na paz como um processo contínuo de construção social. Portanto, assim como sugere Galtung (1969), uma compreensão sobre a paz só poderia ser possível a partir de um entendimento mais detalhado sobre a violência, sua classificação e sobre a relação entre os elementos que a legitimam: sujeito, objeto e ação⁷ (Galtung, 1969). Isso porque a violência não pode existir sem um sujeito que a pratique e sem um objeto que receba a ação violenta. Esta relação tende a ser mais específica quando da apresentação das seis classificações da violência:

- 1) física e psicológica;
- 2) abordagens de influência negativa e positiva;
- 3) relação da violência com o objeto;
- 4) relação da violência com o sujeito;
- 5) violência intencional ou não-intencional; e
- 6) violência latente e manifesta (Galtung, 1969: 169-172).

⁷ Os elementos propostos por Galtung (1969) assemelham-se aos elementos propostos por Wallensteen (2007), Pumphrey (2003) e Barash (2009) – atores, incompatibilidade e ação – quanto à existência e definição dos conflitos violentos. Esta informação será analisada detalhadamente mais adiante.

Cada uma das distinções apresentadas por Galtung (1969) é importante para compreender que, para definir e promover a paz, é preciso não somente cessar a violência física, mas observar de que forma outros tipos de violência também são praticados. A primeira distinção de Galtung (1969: 169) refere-se às violências física e psicológica. Esta classificação anula a definição limitada de violência – em que só existe violência se existir agressão física – e a amplia para a violência que também atinge a mente humana – como mentiras, torturas, ameaças – que acarretam uma diminuição das potencialidades mentais.

A segunda distinção refere-se às abordagens de influência negativa e positiva da violência, em que uma pessoa pode ser influenciada não somente pela punição por ter feito o que o influenciador considera errado, mas também por fazer o que o influenciador considera ser correto. “*The result may still be that human beings are effectively prevented from realizing their potentialities.*” (Galtung, 1969: 169) Seja na forma física ou psicológica, negativa ou positiva, os atos violentos só podem ocorrer quando há um sujeito e um objeto, evidenciando as terceira e quarta classificações de Galtung (1969).

A quinta distinção refere-se à violência intencional e não-intencional, em que apresenta a relação entre *guilt – intention – consequence* (culpa – intenção – consequência), em que a culpa está mais relacionada com a intenção do ato do que com a consequência. Segundo o autor, esta conexão é importante porque traz um

focus para o pensamento sobre violência, paz e conceitos relacionados. “[E]thical systems directed against intended violence will easily fail to capture structural violence in their nets.” (Galtung, 1969: 172)

A sexta distinção apresenta dois níveis de violência: a manifesta e a latente. Na primeira, a violência adquire um caráter pessoal e estrutural e pode ser observável; já a violência latente não é perceptível. Por violência pessoal, entende-se uma situação em que a menor dificuldade pode ser considerada o gatilho para a ocorrência de mortes apenas físicas.

In such cases we need a way of expressing that the personal violence is also there the day, hour, minute, second before the first bomb, shot, fist-fight, cry - and this is what the concept of latent, personal violence does for us. It indicates a situation of unstable equilibrium, where the level of actual realization is not sufficiently protected against deterioration by upholding mechanisms. (Galtung, 1969: 172)

Da mesma forma ocorre com a violência estrutural, reflexo do que existe já de estabelecido na estrutura social. Seguindo o autor, a violência estrutural também adquire a forma abstrata, sem vida social, utilizada para ameaçar as pessoas em subordinação. Além da violência pessoal e estrutural, Galtung (1990) traz uma nova classificação para esta análise: o de violência cultural.

Em sua definição, “violência cultural” representa os aspectos da cultura, esfera simbólica, como por exemplo a religião e ideologia, idioma e arte, ciências empíricas e formais – que podem ser usadas para justificar ou legitimar as violências

direta e estrutural (Galtung: 1990: 291). Essa proposta, na lógica do autor, vem acrescentar ao debate que, a violência cultural pode fazer com que a violência direta e estrutural pareçam ou sejam corretas, aceitáveis e, dificilmente, erradas. Conciliando as três formas de violência, cada uma assume a sua legitimidade diante da realidade social construída.

Assim, violência direta será o ato intencional de agressão; a violência estrutural (indireta) decorrerá da estrutura social em si entre humanos ou sociedades – a repressão, na sua forma política, ou a exploração, na sua forma econômica; e por fim, a violência cultural estará subjacente à estrutural e à direta, constituindo o sistema de normas e comportamentos que legitima socialmente as anteriores. (Galtung, 1996: 2)

Desta forma, o conceito de violência pode ser apresentado como sendo os atos diretos ou indiretos – agressão física e psicológica – que prejudiquem as potencialidades humanas, seja no âmbito estrutural e cultural. Apesar deste contributo sobre a violência, Boulding (1977) vai destacar diversos pontos em que a perspectiva “galtungiana” precisa ser revista. De acordo com Boulding, Galtung parece ter um certo “descuido” ao definir o que vem a ser os termos positivo e negativo quando estes são aplicados junto ao conceito de paz (1977: 78). Seguindo o pensamento de Boulding (1977), a realidade do sistema internacional ou é de guerra ou é de paz, o que evidencia que estes dois momentos se sucedem constantemente. Assim, esta lógica não deixa precedentes para se pensar na promoção de uma paz negativa ou positiva, excluindo totalmente o contributo da perspectiva “galtungiana” sobre os Estudos para a Paz.

The expression 'negative peace' (...) seems to me a complete misnomer. What [Galtung] is talking about is negative war. Both peace and war are complex phases of the system, each with its own characteristics. The term 'positive peace', by which Galtung seems to mean any state of affairs which gets high marks on his scale of goodness, is also most unfortunate. It is not in any sense the opposite of negative peace. (Boulding, 1977: 78)

Apesar de Boulding (1977) ter sugerido implicitamente uma readequação do termo “paz negativa” para “guerra negativa”, é evidente que esta crítica não se torna aplicável, principalmente ao presente estudo porque nem todos os conflitos existentes no sistema internacional não podem ser classificados como guerra. Além disso, o autor deixa lacunas quanto ao que viriam a ser “guerra negativa” e, certamente, “guerra positiva” a partir da crítica feita a Galtung (1969). Outra crítica apontada por Boulding (1977) está relacionada ao caráter metafórico que pode ser atribuído à violência estrutural.

No argumento do autor, a violência, seja nas ruas ou em casa, na guerrilha, praticada pela polícia ou pelas forças armadas, é muito diferente do fenômeno da pobreza (Boulding, 1977: 83). Em sua lógica, os processos que criam e sustentam a pobreza não são os mesmos que criam e sustentam a violência, embora quase tudo no mundo esteja totalmente interligado.

[W]hat Galtung calls structural violence (...) was originally defined as any unnecessarily low expectation of life, on that assumption that anybody who dies before the allotted span has been killed, however unintentionally and unknowingly, by somebody else. The concept has been expanded to include all the problems of poverty, destitution, deprivation, and misery. These are enormously real and are a very high priority for research and action, but they belong to systems which are only peripherally related to the structures which produce

violence. (Boulding, 1977: 84)

Apesar da tentativa, esta crítica de Boulding (1977) não se adequa ao estudo de Galtung (1969) porque este último autor aborda a violência como um sistema de violações ao direito e às potencialidades humanas, não focando apenas no que é força ou agressão física. O pensamento de Boulding (1977) apenas corrobora com o conceito mais simplista e limitado de violência, não abrindo precedentes para que esta seja definida como uma violação ou desrespeito, infração ou transgressão das potencialidades humanas, como sugere Galtung (1969). As classificações da violência apresentadas por Galtung (1969) são fundamentais para iniciar o debate sobre o que vem a ser o conflito violento e a sua relação com a definição e a promoção da paz.

1.2.2 – Conflito violento e conflito armado

Etimologicamente, o conflito significa “estar em desavença, desacordo, divergência” (Origem da Palavra, 2012b) e essa condição acontece porque os atores, a incompatibilidade e a ação – os três componentes apresentados por Wallensteen (2007), Pumphrey (2003) e Barash (2009) – tendem a sustentar as desavenças entre as partes em conflito. Em sua definição simplista, Wallensteen apresenta o conflito como “*a social situation in which [a] minimum of two actors (parties) strive to acquire at the same moment in time an available set of scarce resources*” (2007: 15).

A definição de conflito violento também perpassa pela ONU. Em sua definição (UN, 2008a), o conflito é um evento natural e ocorre com duas ou mais partes que possuem interesses incompatíveis e expressam atitudes hostis para conseguir os seus objetivos. Esta definição, no entanto, complementa o conflito como um aspecto positivo:

Conflict is not necessarily a negative thing and can be a stimulus for addressing grievances. The key to dealing with conflict effectively and to prevent it from turning violent is to create appropriate mechanisms and institutions that ensure that needs and interests are met in an equitable and peaceful fashion. (UN, 2008a: 200)

Com base nessas análises, o conflito se torna presente em todas as sociedades, mas esta condição não inclui, necessariamente, o uso da violência (Fierke, 2005). Tendo como base estas definições e também o contributo de Galtung (1969) sobre a violência, é possível fazer a junção entre os dois conceitos para definir o conflito violento com mais precisão. Assim como evidencia Galtung, para entender melhor essa relação o autor aponta que a dialética manifesta/latente da violência, que também representa uma dialética consciência/subconsciência, e traz duas questões fundamentais: *“could we have a conflict only at the manifest level? Or, only at the latent level?”* (1996: 73).

Para responder a estas perguntas, Galtung (1996) esclarece que é importante fazer uma distinção entre os conflitos direto e indireto ou conflitos pessoal e estrutural. Esta distinção depende do nível em que o conflito tornou-se não apenas articulado, mas manifesto, o que significa ser evidente, explícito, observável,

consciente. No caso do conflito estrutural há, necessariamente, a existência da violência estrutural. No entanto, o autor apresenta uma contradição nesta análise quanto à verticalidade da estrutura, caracterizada pela repressão – principalmente quanto à liberdade – no caso político; e de exploração – quanto ao bem-estar social – no caso econômico (Galtung, 1996: 93).

Com base neste aspecto, é importante fazer uma indagação: qual o fator preponderante para que um conflito se torne explícito, evidente, observável, perdendo sua característica latente e passando a ser, portanto, manifesto? De fato, é a violência, em suas diversas formas, que consiste num dos principais elementos que evidencia a existência de conflito. É por esta razão que o conflito violento, seguindo a perspectiva de Galtung, está em constante mudança e é dinâmico (1996: 89). Por isso, a análise da violência possibilita-nos pensar tanto o conflito quanto a paz como um processo dinâmico e multicausal. No entanto, a diferença entre um e outro está no uso da violência. Assim, a existência da violência e sua prática está totalmente interligada com a existência do conflito.

Como salientou Galtung (1969), a violência só pode existir a partir de um sujeito que comete uma ação contra um objeto; e o conflito só pode acontecer quando um sujeito diverge com outro. Nessa perspectiva, atos violentos traduzem a existência de conflito, evidenciando atores e motivos. Desta forma, retornando à definição de Wallesteen (2007), o conflito não pode ser definido somente com base na disputa entre recursos escassos, mas também na divergência entre as classes,

resultado das desigualdades sociais, divergência entre interesses políticos e econômicos, e nas divergências religiosas, étnicas e em disputas por recursos naturais.

As definições mencionadas anteriormente também apresentam um enfoque para a “ação”, destacando o terceiro componente de Wallensteen (2007) quanto à ocorrência dos conflitos. A ação torna-se importante nesta análise ao esclarecer que um ator reage à medida em que o outro atua. Estas ações podem variar entre a diplomacia e o uso da violência, como recurso para atingir os objetivos. A partir das contribuições mencionadas, o conflito violento agrega a prática da violência em suas diversas formas – seja física ou psicológica, direta ou indireta, latente ou manifesta – e torna-se num processo multicausal.

E, mesmo que o conflito seja socialmente construído e dinâmico, em decorrência da variedade de atores e de causas, é importante avaliar que os conflitos podem ser analisados positivamente, à medida em que contribuem para uma mudança na realidade social. A diferença está quando o conflito passa a ser violento e os mecanismos apropriados ou instituições responsáveis pela mediação de conflitos não atuam com eficácia para evitar os atos de violência ou, mais precisamente, o seu prolongamento.

Além de a violência tornar o conflito evidente, sua prática estrutural pode ser analisada também como um fator preponderante para o surgimento do conflito

armado. Isso porque, como destaca Brzoska (2006), a concepção sobre o conflito armado inclui a evidência de cinco elementos: a prática de uma violência coletiva⁸, o uso de armas⁹, o início de uma batalha, os objetivos políticos do conflito¹⁰ e o governo nacional enquanto ator ou, pelo menos, atuando em um dos lados (Brzoska, 2006: 95). Portanto, para que haja um conflito armado, é preciso que haja, necessariamente, uma conflitualidade violenta e estrutural. Esta perspectiva de analisar o conflito armado como sendo a consequência de um conflito violento também é pensado por González (2011: 14), ao mencionar que a conflitualidade social generalizada por causa da pobreza, da estrutura estratificada de clãs ou grupos étnicos, por exemplo, podem conduzir ao fracasso do Estado que é, em muitos casos, tanto a causa quanto a consequência de um conflito armado.

Por esta razão, o fim do conflito armado não representa o fim do conflito violento. E esta lógica é explicada por González (2011: 9-10), ao mencionar que os conflitos armados continuam a aumentar o número de vítimas e continuam a ser a principal causa dos deslocamentos internos e do aumento do número de refugiados e que, quando este chega ao fim, tende a prejudicar ainda mais a reconstrução do país em decorrência do agravamento da violência estrutural ocasionada pelo conflito

⁸ Seguindo Brzoska (2006: 96), “violência coletiva” resulta de choques que provocam níveis de destruição e morte. O termo representa que a incidência de violência é praticada por atores que são, ou podem vir a ser, parte de um grupo que compartilha os mesmos objetivos para além da ação imediata da violência.

⁹ O uso de armas é, geralmente, definido de forma bastante ampla para incluir o uso ativo de qualquer instrumento ou material para infligir a prática da violência (Brzoska, 2006: 96). Neste caso, a violência direta, representando também o agravamento da violência estrutural e ocasionando o início de uma batalha.

¹⁰ Referente aos objetivos políticos, Brzoska (2006: 97) vai ressaltar que os grupos armados possuem objetivos ideológicos e não objetivam somente o controle do governo ou do território, porém, influenciam o modo como as sociedades operam.

armado. De acordo com Pumphrey (2003), a partir do momento em que as armas são usadas, a sociedade muda do estado de paz para o estado de guerra. No entanto, conforme a autora, o estado de paz não representa uma perfeita harmonia, como também o estado de guerra não significa, necessariamente, um estado de completa hostilidade. *“The resort to arms is a necessary ingredient of warfare, but the forms of war vary widely.”* (Pumphrey, 2003: 4)

1.2.3 – Causas dos conflitos violentos

Os fatores que desencadeiam um conflito violento podem ser analisados com base em diferentes perspectivas teóricas das Relações Internacionais. Isso é resultado da condição multicausal e dinâmica que os conflitos adquirem na sociedade, o que indica ser um processo em constante mudança. Para a perspectiva construtivista, o conflito violento é resultado do processo de interação entre agentes e estrutura. Como ressalta Fierke (2005), essa prerrogativa apresenta o mundo construído e reconstruído em constante processo de interação humana e social, transformando a realidade social a partir de práticas culturais e históricas específicas, além de instituições governadas por regras (Fierke, 2005: 9).

Desta forma, o construtivismo vai se opor às demais correntes teóricas nas Relações Internacionais porque não pode assumir a natureza humana como sendo boa ou má, ou que os Estados são, pela definição, atores racionais. *“States are also artifacts that have emerged out of historically specific conditions and are constituted*

out of shared understandings.” (Fierke, 2005: 9) Assim, o conflito *per se* é encarado como um aspecto natural, enquanto que o conflito violento, principalmente a guerra, não. Pensar o conflito violento como aspecto natural é legitimá-lo e contrapor à ideia de promoção da paz, porque a realidade conflituosa e violenta estariam justificadas pelos aspectos culturais e estruturais. A razão para pensar o seu surgimento na perspectiva construtivista está na relação do que é construído pelos seres humanos como consequência de regras compartilhadas. Seguindo Fierke (2005), os Estados e outros tipos de agentes, armas e outros objetos materiais não existem na natureza. *“They are social artifacts that rest on shared rules. They must become social artifacts before they can exist in causal relationship to other social artifacts.”* (Fierke, 2005: 9)

Desta forma, para entender a dinâmica do conflito violento, é necessário identificar as potencialidades que agravam as interações hostis (Jeon, 2008: 34). Nessa perspectiva, as condições para que haja um conflito são, frequentemente, estruturais. E esse posicionamento encontra-se articulado com o debate agente-estrutura apresentado anteriormente, indicando que os conflitos não ocorrem sem que a estrutura apresente causas para que os atores possam agir e reagir. *“It is also essential to establish linkages between types of conflict relationship and behaviour.”* (Jeon, 2008: 35) O raciocínio de Jeon (2008) ainda traz um reforço para complementar a ideia de que, o que antecede o conflito violento, são as condições latentes, como o descontentamento (*grievances*), resultado das injustiças sociais e do crescimento da desigualdade social, indicando ser passível de mudança no *status*

quo. Conforme o autor, a instabilidade política é também criada por muitos acontecimentos imprevisíveis, incluindo, mas não se limitando ao assassinato de chefes de Estado ou líderes da oposição, manifestações, crise econômica repentina, ou uma derrota militar. É notável que os mesmos tipos de comportamento de massa nem sempre catalisam um efeito em cadeia que culmina em violência ou guerra sem condições sociais e psicológicas suficientes para a explosão (Jeon, 2008: 35). Ou seja, é necessário que a condição humana esteja demasiadamente desestruturada para que haja o início de um conflito violento.

No mesmo sentido ao argumento de Jeon (2008), surge o contributo da OCDE (2001) ao reiterar que o conflito violento possui distintas causas e todas se encontram interligadas. As causas variam desde as disparidades e exclusões sociais ao governo que não possui os mecanismos adequados para a conciliação pacífica dos interesses divergentes dentro da sociedade (OCDE: 2001: 86). Além disso, se acrescenta ainda os fatores estruturais que assumem um papel importante no surgimento dos conflitos violentos, dos quais incluem:

[S]uch interrelated political, social and economic factors as population density, the level and distribution of wealth and opportunity, the state of the resource base, the structure and ethnic make-up of society, and the history of inter-group relations. Certain patterns of socio-economic organisation can result in a high degree of vulnerability to conflict. For instance, ranked societies with sharp patterns of stratification in which a politically-dominant group controls the state and access to wealth, education and status, often suffer from a high-degree of vulnerability to conflict. (OECD: 2001: 87)

Apesar de muitos autores terem focado numa dinâmica multicausal para o surgimento dos conflitos, um fator preponderante que deve ser incluído nesta análise é o contexto histórico, para que se possa compreender como cada um dos elementos mencionados acima influenciam as raízes do conflito violento e o seu prolongamento. É por incluir aspectos históricos que a perspectiva construtivista diverge de outras correntes das Relações Internacionais, como o Realismo e o Liberalismo, por exemplo. Estas duas possuem visões diferenciadas sobre o surgimento do conflito violento.

Para o Realismo, uma das principais contribuições para o debate surge com os estudos sobre a guerra, assunto central tratado por Tucídides (2001 [1905]), e que indicam a relação entre Estados fortes e Estados fracos. De acordo com o autor:

Nada há de extraordinário, portanto, ou de incompatível com a natureza humana no que fizemos, apenas por havermos aceito um império quando ele nos foi oferecido, e então, cedendo aos motivos mais fortes - honra, temor e interesse - não abrimos mão dele. Tampouco somos os primeiros a assumir este papel; sempre foi uma norma firmemente estabelecida que os mais fracos fossem governados pelos mais fortes. (Tucídides, 2001: 44 [1905])

Desta maneira, é possível entender facilmente o posicionamento realista quanto ao conflito violento: mostrar poder diante do Estado mais fraco. Este posicionamento se constitui, portanto, num meio para que os Estados não percam as suas soberanias e, conseqüentemente, não deixem de existir. Além disso, destaca o entendimento de Clausewitz (1997), no século XIX, sobre a guerra como a “extensão

da política por outros meios”, enfatizando o Estado como principal ator do sistema internacional e a anarquia, ou ausência de uma autoridade, como uma constante nesse sistema.

Em detrimento de a guerra ser um tipo de conflito violento, ela é a ferramenta usada pelos Estados para manter a sua supremacia, domínio e poder, conforme também nos apresenta Morgenthau (2003: 49). Seguindo este pensamento, Fierke esclarece-nos que a teoria realista vai apontar que é mais “racional” para um Estado ficar armado a ter que se desarmar (2005: 12), reforçando o posicionamento de que os realistas tendem a explicar o mundo como realmente é, e não como deveria ser. E que, para isso, os Estados agem de maneira uniforme e homogênea e em defesa do interesse nacional, com o objetivo de se preservar e permanecer como ator nas relações internacionais (Nogueira e Messari, 2005: 25).

Em referência ao Liberalismo, os conflitos violentos tendem a acontecer por razões econômicas. Por isso que o livre-comércio é visto pelos liberais como mecanismo essencial para pôr fim às divergências entre Estados e, com isso, promover a paz. Este pensamento é melhor explicado com Montesquieu (2001: 346), ao elucidar que duas nações que comercializam entre si tornam-se dependentes, criando uma necessidade mútua entre venda e compra de mercadorias. No entanto, o autor esclarece que o comércio entre nações com o objetivo de promover a paz não representa o mesmo para o comércio feito entre os indivíduos. *“But if the spirit of commerce unites nations, it does not in the same manner unite individuals.”*

(Montesquieu, 2001: 346)

Nesta lógica liberal, é importante mencionar a perspectiva de Collier (2000), ao elucidar que os conflitos violentos são iniciados e sustentados porque existem grupos que beneficiam economicamente destes. Para compreender esta análise, o autor argumenta que os conflitos tendem a ser ocasionados pelo ressentimento (*grievance*) gerado das injustiças sociais, como consequência a) das disparidades étnicas e religiosas, com base nas diferenças entre os grupos; b) da desigualdade econômica, de acordo com a distribuição de renda e propriedade de bens; c) da ausência de direitos políticos, indicando um governo autocrático e repressivo; e d) da incompetência do governo para gerenciar a economia, podendo causar miséria à sua população (Collier, 2000: 91).

Mas, em sua essência, Collier pretende mostrar que um conflito violento só tende a existir porque há, primeiro, um fator denominado ganância (*grievance*) de alguns atores em deter o controle político e/ou econômico. “*Civil wars create economic opportunities for a minority of actors even as they destroy them for the majority.*” (Collier, 2000: 91) Neste caso, os aspectos econômicos considerados como propulsores para o surgimento de um conflito violento estão relacionados diretamente com os recursos naturais. Conforme concebem Ross (2003)¹¹ e PNUA (2009)¹², sobre os 17 conflitos violentos que analisaram e estavam diretamente

¹¹ Os países analisados por Ross (2003) foram: Afeganistão, Angola, Burma, Cambódia, Colômbia, República Democrática do Congo, República do Congo, Indonésia, Libéria, Peru, Serra Leoa, Sudão.

¹² PNUA (2009) acrescentou, à lista desenvolvida por Ross (2003), mais cinco países: Costa do Marfim, Nepal, Papua Nova Guiné (PNG), Senegal e Somália, em que os conflitos tiveram os

relacionados com a disputa pelos recursos naturais. As análises de Ross (2003: 14-15) e PNUA (2009) servem para compreender que os recursos naturais podem contribuir para o prolongamento dos conflitos violentos quando estes providenciam fundos para o lado mais fraco ou forte ou ainda oferecem incentivos financeiros aos combatentes para se opor ou dar suporte ao processo de paz.

Este mesmo fator é o que desencadeia, na visão de Homer-Dixon, uma série de problemas sociais inter-relacionados, quais sejam: redução da produção agrícola, declínio econômico, deslocados internos e ruptura das relações sociais (1999: 78). Analisando detalhadamente os quatro problemas apontados, o autor vai destacar que as mudanças nas práticas agrícolas e a distribuição de terra – em detrimento dos fazendeiros pobres – são fatores considerados mais importantes para a migração do que o aumento populacional. A razão é simples: *“a process of competitive exclusion by which the small farmers [were] increasingly squeezed off the land by large land owners.”* (Homer-Dixon, 1999: 82)

Além disso, as mudanças ambientais podem ocasionar efeitos sociais que, por sua vez, podem desencadear conflitos violentos. Um exemplo usado pelo autor consiste na degradação das terras agrícolas que podem produzir migração em larga escala, da qual podem resultar conflitos étnicos a partir do choque migratório entre diferentes etnias. E, como consequência, alteração no funcionamento dos mercados e atividade econômica. Por isso que, como salienta Homer-Dixon (1999: 79), enquanto

recursos naturais como causas primárias.

a população humana aumenta e os danos ambientais progridem, haverá menos chances de promover uma intervenção capaz de minimizar os danos causados pelas rupturas sociais.

1.3 – A paz: conceitos e objetivos

Apesar de a principal definição de paz estar relacionada à ausência de violência, seja direta, estrutural ou cultural, percebo que ainda é necessário abordar o conceito de paz de uma forma mais específica, em que sejam focados os aspectos intrínsecos a esta agenda. Assim, a definição mais precisa de paz aponta para uma realidade social que não seja focada apenas na ausência de atos violentos. Para este fim, deve-se voltar à análise de Galtung (1969) sobre a violência para entender em que consistem os fundamentos da paz, porque a lógica da violência é a mesma que proporciona a compreensão sobre a lógica da paz. Em sua perspectiva, a “ausência de violência pessoal” é o que caracteriza a “paz negativa” - ausência de violência direta, guerra; enquanto que a “ausência de violência estrutural” se traduz em “paz positiva” - comunidade humana integrada, justiça social e liberdade (Pureza e Cravo, 2005: 8).

Seguindo Galtung (1969), ausência de violência pessoal não proporciona uma condição definitiva, enquanto que a ausência de violência estrutural refere-se à justiça social, com a criação de sistemas sociais capazes de minimizar os conflitos sociais. *“Thus, peace conceived this way is not only a matter of control and reduction of the overt use of violence.”* (Galtung, 1969: 183)

É com esta análise que Galtung (1969) inicia os Estudos para a Paz, tornando-os numa disciplina que produz mudança quanto às percepções sobre as estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, além de “alimentar políticas públicas em grande medida integradas na condução do sistema internacional pelos seus actores dominantes” (Pureza e Cravo, 2005: 5-7). O marco dos Estudos para a Paz é destacado pelo fim do sistema bipolar, à medida em que “a década de 90 ofereceu uma oportunidade única (...) de contribuírem directamente para a resolução do número crescente de conflitos civis particularmente longos e violentos que desafiavam a estabilidade da nova ordem mundial (Pureza e Cravo, 2005: 10). Seguindo Terriff *et al* (1999: 75), os Estudos para a Paz se tornam pertinentes quanto aos desafios em segurança, porque estão preocupados com a libertação de indivíduos diante de todas as dinâmicas de violência.

Além disso, os Estudos para a Paz tendem a questionar as causas dos conflitos e as estratégias necessárias à sua superação, “incluindo as exigências de reestruturação social, seja no plano interno seja no internacional, que antecipem a ausência plena de violência direta ou indireta” (Pureza, 2001: 12). Apesar do contributo dos autores, a ONU ainda não apresenta um conceito sobre a paz. Sua perspectiva em relação a esta agenda está atrelada ao que a instituição promove por

meio de suas intervenções – *conflict prevention*¹³, *peacemaking*¹⁴, *peacekeeping*¹⁵ e *peacebuilding*¹⁶ – servindo apenas de parâmetro para delinear as ações e os objetivos de cada um desses mecanismos de intervenção. Das estratégias utilizadas pela ONU para pôr fim aos conflitos violentos e armados, a que mais se aproxima do conceito de paz é *Peacebuilding*, porque representa medidas que objetivam reduzir os riscos de ressurgimento do conflito violento, criando as condições para uma paz positiva, focada também numa mudança da estrutura social.

It works by addressing the deep-rooted, structural causes of violent conflict in a comprehensive manner. Peacebuilding measures address core issues that effect the functioning of society and the State, and seek to enhance the capacity of the State to effectively and legitimately carry out its core functions. (UN, 2008b: 18)

Por isso que Grewal (2003) vai salientar que a paz negativa se trata de uma representação atual do mundo contemporâneo, em que uma nação ou a ONU está equipada com poder coercitivo e usa este poder tendo como justificativa a promoção da paz positiva, sendo esta caracterizada pelas propostas políticas para uma comunicação em prol da compreensão entre os seres humanos, propostas de

¹³ *Conflict prevention* é uma das principais obrigações dos Estados Membros da ONU, conforme a Carta das Nações Unidas, e chama a atenção para os fatores estruturais antes de o conflito se tornar violento e utiliza a diplomacia para este fim (UN, 2000: 2).

¹⁴ *Peacemaking* é a segunda estratégia da ONU e é autorizada quando o conflito violento surge (UN, 2000: 2). Nessa lógica, sua prática está atrelada à falha da *Conflict Prevention*.

¹⁵ *Peacekeeping* se constitui no primeiro modelo militar de observação de cessar-fogo e separação das partes envolvidas no conflito violento até incorporar um complexo de atuação, com militares e civis atuando na construção da paz (UN, 2008: 2-3).

¹⁶ *Peacebuilding* é caracterizada pelas atividades realizadas após o conflito violento e representa uma estratégia de construção da paz além da ausência de violência. Sua atividade inclui a reintegração de ex-combatentes, fortalecimento do setor jurídico e de direitos humanos, assistência técnica para o desenvolvimento democrático e promoção da resolução de conflitos e técnicas de reconciliação (UN, 2008: 2-3).

educação para a paz, cooperação internacional, resolução de disputas e gerenciamento de conflitos. De acordo com Ginty (2006) e Richmond (2008), a paz é um processo, uma meta comum e parte do seu conceito é originado dos objetivos que a paz tende a alcançar. Portanto, a paz é, no primeiro momento, *“the facilitation of non-exploitative, sustainable and inclusive social relationships free from direct and indirect violence and the threat of such violence”* (Ginty, 2006: 24). Este conceito está baseado nos diferentes objetivos apresentados pela paz, como o bem-estar pessoal, ideais pacíficos comuns, ordem social, justiça social, igualdade, democracia, fim das hostilidades e estabilidade internacional (Ginty, 2006: 13).

Cada objetivo mencionado acima possui, em contrapartida, um método específico para sua concretização, seguindo a análise de Ginty (2006). Respectivamente, os métodos incluem a livre escolha pessoal; educação e disseminação de ideias comunitárias; contrato social ou controle desempenhado por uma autoridade; transformação social e participação política; classe solidária e revolução; programa de democratização, mudança de regime; acordos de paz; legislação internacional, balança de poder e hegemonia (Ginty, 2006: 13). No entanto, alguns desses mecanismos podem não representar um caminho ideal para a paz, principalmente quando o enfoque refere-se ao “controle de uma autoridade”, “revolução”, e a necessidade por “mudança de regime”. Estes representam mais as causas dos conflitos sociais violentos, e não as consequências, por evidenciar a relação entre ganância e ressentimento.

Já Richmond argumenta que a definição de paz deve ser analisada pelo processo histórico, evidenciando diferentes momentos no âmbito internacional¹⁷ e deve reconhecer, também, que o conceito de paz está diretamente ligado à forma como esta agenda foi pensada nas Relações Internacionais, adquirindo características peculiares:

- 1) sempre aspirou a um ponto idealista;
- 2) é vista como um objetivo global, baseado em normas universais;
- 3) é definida pelo território, cultura, identidade e interesses nacionais;
- 4) é apresentada como um objetivo real;
- 5) é relacionada a uma certa ideologia, política ou vertente econômica;
- 6) é vista como uma fase temporal;
- 7) é baseada no Estado ou segurança coletiva;
- 8) é baseada nas formas de governação, seja local, regional ou global, talvez definida por um ator hegemônico ou uma específica instituição multilateral;
- 9) é vista de cima para baixo ou de baixo para cima pela sociedade civil;
- 10) é uma forma ideal liberal;
- 11) é baseada na prevenção de conflitos violentos, e também na criação de uma paz com apoio externo, e não na criação de uma paz autossustentável (2008: 8-9).

¹⁷ Os momentos históricos internacionais em que a paz foi tema incluem: a Paz Alexandrina, conquistas militares; Pax Romana, controle rígido de um território imperial, também incluindo a Paz Cartegiana; a Paz Agostiniana, adoção e proteção territorial pelo Catolicismo; a Paz de Westphalia, segurança dos Estados e das normas territoriais de soberania; a Pax Britânica, dominação britânica nos mares, comércios e alianças com as colônias; o Tratado de Paz de Paris de 1919; o sistema da ONU, segurança coletiva e cooperação internacional (Richmond, 2008: 7-8).

Tendo em conta a evolução do pensamento sobre a paz, é possível pensar em um conceito mais específico, no âmbito desta dissertação, que consiste na realidade social em que os atores – locais, regionais ou globais – usufruem de estrutura jurídica, educacional, saúde, trabalho, lazer, liberdade religiosa, étnica e de gênero em consonância com o gerenciamento dos recursos ambientais e econômicos a partir da participação civil nas tomadas de decisões políticas e que ainda usufruam de mecanismos necessários de mediação de conflitos, como a diplomacia, antes que estes se tornem violentos.

Ambos os autores, Ginty (2006) e Richmond (2008), apresentam a paz como um processo socialmente construído e a perspectiva construtivista argumenta que o comportamento dos Estados é determinado pelas suas identidades e interesses e isso tende a implicar na construção da paz, que também pode ser determinada pelas identidades e interesses dos atores envolvidos neste processo (Richmond, 2008). Recordando o que foi exposto na primeira seção deste capítulo, o processo de construção da paz também é resultado da interação entre agentes de estrutura, enfocando na identidade e na importância de regras e normas, de cultura e instituições internacionais.

Na lógica de Richmond (2008: 81-82), se os Estados socialmente construídos criam e controlam a anarquia internacional, eles também criam e controlam a paz, por meio de acordos baseados em valores e interesses, destacando que esses mesmos

Estados socialmente construídos estabelecem uma paz à sua imagem, de acordo com suas identidades e dentro de uma estrutura internacional mais ampla, implicando nas suas limitações enquanto agentes. Esta perspectiva diverge quanto ao pensamento proposto pelas teorias Realista e Liberal para as Relações Internacionais quanto à promoção da paz. Como destaca a crítica de Richmond (2008: 41) ao Realismo, esta corrente vai enfatizar que a conceitualização da paz sublinha a rejeição de uma ética universal de paz e de uma aceitação de uma compreensão limitada de paz contida dentro das fronteiras do Estado, e projetado por poderosos atores de acordo com seus próprios interesses.

Da mesma forma acontece com a crítica de Richmond (2008: 14) ao Liberalismo, destacando que a paz liberal provavelmente será marcada por injustiças, terrorismo, separatismo e, também, guerra pelos atores marginalizados que não aceitam as normas e estruturas engendradas nos acordos universais. Ainda mais por representar uma paz plausível e exequível, apesar de muitas vezes estar limitada geograficamente por fronteiras que excluem atores que não se conformam com tal visão do que é essencialmente uma sociedade internacional. Isto é comumente referido como a paz liberal, consubstanciado no sistema da ONU e “sociedade internacional” no pós-Guerra Fria (Richmond, 2008: 14). Desta forma, as críticas de Richmond (2008) quanto à paz na perspectiva Realista e Liberal apenas reforçam a ideia de que há muito de sustentação dos conflitos mundiais do que soluções para os mesmos, evidenciando uma realidade no sistema internacional que precisa ser readequada.

1.3.1 – A ONU e a paz mundial

A Organização das Nações Unidas (ONU) é a instituição considerada mais importante na promoção da paz e da segurança internacionais (Wallensteen, 2007: 220). O seu surgimento está relacionado ao fim da II Guerra Mundial (1930-1945) e à necessidade de estabelecer uma nova entidade internacional que pudesse evitar a eclosão de novos conflitos no mundo (UN, 2008a: 7). É o documento que formaliza esta missão, a Carta das Nações Unidas¹⁸, delibera, aos Estados Membros, a responsabilidade de tomar medidas efetivas para reprimir os atos de agressão que possam levar a uma perturbação da paz (UN, 1945).

No referido documento, as ações relativas à promoção da paz estão expressas em três capítulos: VI, sobre a “Solução Pacífica de Controvérsias”; VII, ao destacar a “Ação Relativa a Ameaças à Paz, Ruptura da Paz e Atos de Agressão”; e VIII, “Acordos Regionais” (UN, 1945). Os capítulos apresentam uma complementariedade nas ações da ONU e podem ser facilmente identificados quando do momento da realização de uma missão de paz e das mudanças ocorridas no escopo das estratégias de intervenção. No capítulo VI – Solução Pacífica de Controvérsias – os artigos 33 e 36 apresentam um caráter preventivo na resolução dos conflitos armados. De acordo com o artigo 33,

¹⁸ A Carta das Nações Unidas foi assinada em São Francisco (EUA), a 26 de junho de 1945, após o término da Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional, entrando em vigor a 24 de Outubro daquele mesmo ano (UN, 1945).

1. The parties to any dispute, the continuance of which is likely to endanger the maintenance of international peace and security, shall, first of all, seek a solution by negotiation, enquiry, mediation, conciliation, arbitration, judicial settlement, resort to regional agencies or arrangements, or other peaceful means of their own choice (UN, 1945: 8)

Desta maneira, a ONU iniciou um processo de atuação no sistema internacional para promover a paz a partir de recomendações propostas pelo Conselho de Segurança, como atesta o artigo 36, ao mencionar que “o Conselho de Segurança poderá, em qualquer fase de uma controvérsia da natureza a que se refere o Artigo 33 (...) recomendar procedimentos ou métodos de solução apropriados.” (UN, 1945: 8)

Assim, a atuação da ONU estaria vinculada, também, ao surgimento de novas ameaças no sistema internacional – o que se tornaria evidente no capítulo VII, Ação Relativa a Ameaças à Paz, Ruptura da Paz e Atos de Agressão –, destacando o artigo 39, em que delibera ao Conselho de Segurança a responsabilidade de determinar a existência de qualquer ameaça à paz, ruptura da paz ou ato de agressão, fazendo recomendações ou decidindo que medidas devem ser tomadas a fim de manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais (UN, 1945: 9). No entanto, o posicionamento preventivo da ONU não só evitaria a eclosão de novos conflitos armados, como também teria o objetivo de evitar o agravamento das situações hostis.

De acordo com o artigo 40, o Conselho de Segurança poderia antes de fazer

qualquer tipo de recomendação ou decidir a respeito das medidas previstas no Artigo 39, “*call upon the parties concerned to comply with such provisional measures as it deems necessary or desirable.*” (UN, 1945: 9) E, mesmo que esta estratégia fosse realizada no caráter preventivo, o artigo 47 destacaria a ação da Comissão de Estado-Maior, que estaria responsável por orientar e assistir o Conselho de Segurança quanto às questões relativas às exigências militares, utilização e comando das forças, regulamentação de armamentos e possível desarmamento (UN, 1945: 9).

Apesar de a ONU estabelecer uma proposta de intervenção para evitar a eclosão de novos conflitos no mundo, sua atuação não seria realizada de forma isolada. O artigo 52 do capítulo VIII – Acordos Regionais – incluiria a participação de entidades regionais que também estivessem relacionadas “*to the maintenance of international peace (...), provided that such (...) agencies and their activities are consistent with the Purposes and Principles of the United Nations.*” (UN, 1945: 11)

Analisando cada um dos capítulos acima mencionados, é possível perceber que a instituição surgiria com o propósito de atuar gradualmente na promoção da paz mundial, principalmente porque este documento serve de base para o surgimento das estratégias de intervenção da ONU, principalmente a *peacekeeping*, e a colaboração das entidades regionais no processo de resolução dos conflitos. Portanto, os três capítulos indicam uma sequência na atuação da ONU quanto à promoção da paz mundial: o seu caráter preventivo, as suas estratégias de intervenção e a participação conjunta de entidades regionais. Apesar da proposta da Carta das Nações Unidas, é

somente com o fim do sistema bipolar que a ONU iniciou uma nova fase quanto às missões de paz em países em conflito violento: modificou gradativamente as suas estratégias de intervenção face à justificativa de estabelecer a paz em outro Estado e de proteger a vida da população vitimada pelo conflito violento (Welsh, 2004: 80-81). É por esta razão que Welsh (2004) aborda a definição de intervenção como uma *“coercive interference in the internal affairs of a state, involving the use of armed force, with the purposes of addressing massive human rights violations or preventing widespread human suffering.”* (Welsh, 2004: 3) Assim, os mecanismos usados para a promoção da paz mundial por esta instituição – apesar de serem considerados como uma prática limitada (Wermester, 2003) – são exemplos importantes para compreender os processos de resolução de conflitos e das estratégias de intervenção desta instituição nos países em conflito violento.

Segundo Wallensteen (2007), a resolução de conflitos consiste na situação social em que *“the armed conflicting parties in a (voluntary) agreement resolve to peacefully live with – and/or dissolve – their basic incompatibilities and henceforth cease to use arms against one another.”* (Wallensteen, 2007: 47) Com esta definição, é possível constatar que a resolução de conflitos não ocorre em apenas um único momento sendo, portanto, um constante processo de gerenciamento de incompatibilidades entre as partes. Jeon (2008: 39) complementa este raciocínio ao abordar que a história, as percepções e a identidade estão inerentemente presentes na eclosão do conflito violento e devem, portanto, ser também utilizadas no processo de resolução do mesmo. Desta maneira, a resolução de um conflito violento está

totalmente atrelado à estratégia de intervenção proposta por uma missão de paz.

1.3.2 – As intervenções da ONU

A primeira atuação da ONU na promoção da paz ocorreu em 1948, quando foram enviados os primeiros militares observadores ao Médio Oriente¹⁹ (UN, 2008: 20). Esta iniciativa fez surgir o que hoje se conhece por *peacekeeping*, uma das mais notórias estratégias de intervenção da instituição (Pinto, 2011). E, apesar de esta estratégia não constar na Carta das Nações Unidas, a proposta inicial da ONU, em intervir na resolução dos conflitos violentos e armados em 1945, e sua mudança a partir do fim da Guerra Fria, evidenciam o dinamismo da relação entre agentes e estrutura do sistema internacional quanto a esta estratégia de intervenção.

As mudanças ocorridas no escopo do *peacekeeping*, seguindo Pinto (2011), podem ser analisadas em três tipos de missões. De acordo com a autora, as missões de primeira geração consistiam “essencialmente na interposição de forças entre os beligerantes para monitorar cessar-fogo e armistícios” (Pinto, 2011: 160). As de segunda geração foram o resultado das inovações que a ONU foi obrigada “a introduzir no *peacekeeping* a partir de meados dos anos 1980 como resultado da mutação dos fenómenos de conflitualidade em algumas regiões do globo” (Pinto,

¹⁹ A primeira intervenção da ONU – *United Nations Truce Supervision Organization* (UNTSO) – foi realizada em Maio de 1948 e ainda permanece em atuação. Esta missão está responsável pelo monitoramento do cessar-fogo, supervisionar acordos, prevenir a escalada das hostilidades e assistir outras missões de paz da ONU na região, dentro do objetivo de criar um plano para a partição da Palestina, a criação de um Estado árabe e um Estado judeu (UN, 2012).

2011: 160). E as missões de terceira geração incluiriam um caráter mais ativo das intervenções. As características dessas missões se destacam pelo:

- a) incremento das missões de *peace-enforcement*, propulsionado pelo cariz violento dos conflitos em que novos actores, para além dos Estados, tomam parte como beligerantes;
- b) processo de regionalização na condução das missões, o alargamento do espectro geográfico dos conflitos e o âmbito vasto de tarefas envolvidas; e
- c) enquadramento das missões no quadro conceptual da “responsabilidade de proteger”, que atribui à comunidade internacional a responsabilidade de intervir quando um Estado for incapaz de proteger a sua população ou for responsável por crises humanitárias. (Pinto, 2011: 157-158)

Seguindo a mesma perspectiva da autora quanto ao processo de constante adaptação das missões da ONU aos desafios em promover a paz mundial, pode-se também ter o contributo de três importantes documentos institucionais que evidenciam as mudanças no escopo das estratégias de intervenção: “*An Agenda for Peace*” (Boutros-Ghali, 1992a), “*Brahimi Report*” (UN, 2000) e “*A New Partnership Agenda: Charting a New Horizon for UN Peacekeeping*” (UN, 2009). Em cada um deles, é possível identificar mudanças estruturais quanto aos mecanismos usados para a promoção da paz e, principalmente, no que se refere às estratégias de prevenção para conter o surgimento dos conflitos violentos.

O primeiro documento – *An Agenda for Peace* (Boutros-Ghali, 1992a) e que também serve de parâmetro para os documentos seguintes – surge logo após o fim da Guerra Fria e traça os objetivos da instituição quanto à resolução de conflitos violentos em cinco pontos:

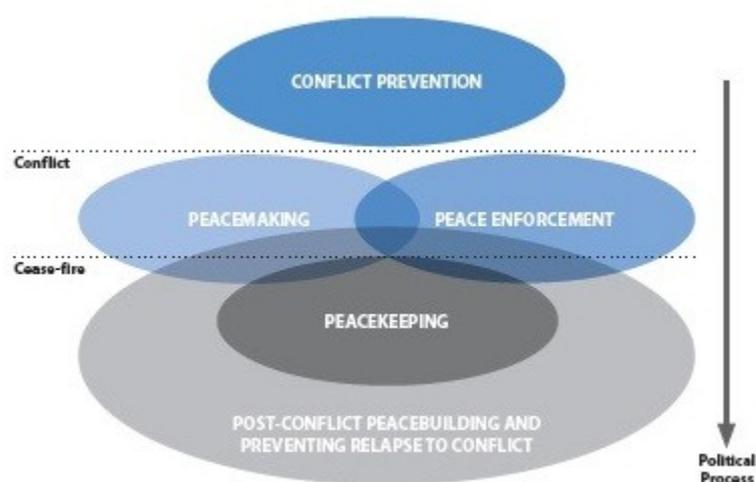
- 1) identificar, previamente, possíveis situações que possam acarretar o surgimento de conflitos violentos e tentar, pela diplomacia preventiva, remover as fontes de perigo antes que ocorra a violência;
- 2) envolver-se em processos de paz com o objetivo de resolver as questões que desencadearam o conflito violento;
- 3) trabalhar para preservar a paz e auxiliar na implementação de acordos entre as partes;
- 4) ajudar na reconstrução da paz em diferentes contextos, seja na reconstrução de instituições ou infraestruturas dos países prejudicados no conflito, seja na criação de laços entre as partes anteriormente em conflito violento; e
- 5) abordar as causas estruturais dos conflitos, como disparidades econômicas, injustiça social e opressão política. (Boutros-Ghali, 1992a: 3-4)

Para esta finalidade, o documento possibilitou a aplicação de uma sequência de estratégias a serem usadas pela ONU para a promoção da paz: *preventive diplomacy*, *peacemaking*, *peace-enforcement* e *peacekeeping*. O que hoje se conhece de estratégias utilizadas pela ONU quanto à promoção da paz é resultado do que ficou institucionalizado na *Agenda para a Paz* de 1992, como sendo “o primeiro

momento de aproximação entre a disciplina [Estudos para a Paz] e a organização universal” em que apresentam as estratégias de ação com base nos conceitos de Galtung (Pureza e Cravo, 2005: 11).

No entanto, todas essas estratégias seriam readequadas ao novo modelo estruturado pela ONU após a publicação do “*Brahimi Report*” (UN, 2000). Este documento destacou que se a ONU não se propusesse a mudar o escopo dessas estratégias, aumentar o suporte financeiro para as missões e contar com a participação dos Estados-Membros para promover o fim dos conflitos violentos, “*the United Nations will not be capable of executing the critical peacekeeping and peace-building tasks that the Member States assign it in coming months and years.*” (UN, 2000: 1)

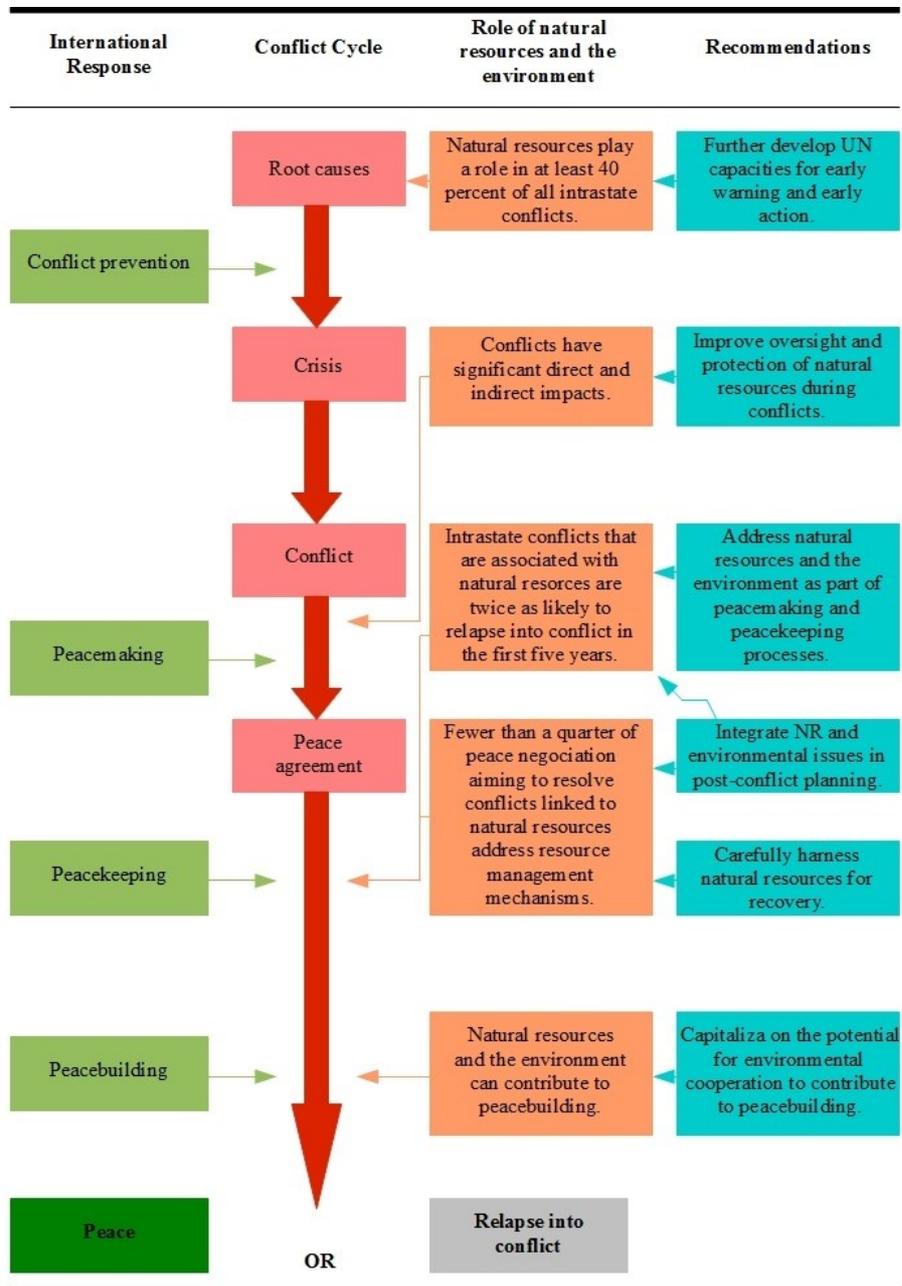
Quadro 1 – As ações da ONU e o ciclo do conflito I



Fonte: UN (2008: 19).

Por isso, a proposta elaborada pelo “*Brahimi Report*” (UN, 2000) quanto às novas estratégias de intervenção incluíam: *conflict prevention*, *peacemaking*, *peacekeeping* e *peacebuilding*. Com o *Brahimi Report* (UN, 2000), é possível perceber que a ONU começou a se empenhar em promover, de fato, uma paz positiva a partir do momento em que estabelece uma divisão entre as operações *peacekeeping* e *peacebuilding*, focando na reconstrução do Estado pós-conflito violento, como também estabelece – a partir do ciclo do conflito violento – as estratégias para conter sua eclosão, agravamento e prolongamento, conforme ilustram os quadros 1 e 2.

Quadro 2 – As ações da ONU e o ciclo do conflito II



Fonte: UNEP (2009: 30).

Os quadros destacam as mudanças ocorridas nas estratégias de intervenção – destacando a inclusão da *peace enforcement* ao *peacekeeping* (Pinto, 201) – e

evidenciando que a autorização de uma missão de paz está relacionada diretamente com o fracasso da *conflict prevention* por duas razões: a estratégia não evitou a eclosão do conflito violento e armado e por haver uma discrepância quanto a identificar, de fato, as raízes do conflito.

O terceiro contributo, representado com “*A New Partnership Agenda: Charting a New Horizon for UN Peacekeeping*” (UN, 2009), não alterou o escopo das estratégias, mas focou numa agenda para a reforma do *peacekeeping* em três eixos de parcerias:

- a) “*partnership in purpose*” consiste numa visão partilhada sobre o propósito das missões de paz da ONU como um pré-requisito para a ação eficaz no terreno. Esta parceria seria reforçada através da estratégia política clara e direta, planeamento de missões de coesão e de gestão;
- b) “*partnership in action*” enfatiza o sucesso das missões de paz a partir de resultados em tempo útil e prático no terreno, a partir do fortalecimento de uma implantação mais rápida e no gerenciamento de crises; e
- c) “*partnership for the future*” destaca os futuros desafios das missões de paz da ONU e estes só podem ser conhecidos quando se projetam as necessidades futuras e ampliando a parceria das missões de paz (UN, 2009: iii-vi).

Diante das constantes mudanças no escopo das intervenções da ONU, *peacekeeping* foi a estratégia que mais se mostrou vulnerável a tais mudanças, por ter

sido definida não somente como uma ferramenta capaz de conduzir os países no “difícil caminho para a paz”, mas por ter sido apresentada como uma “invenção”, uma “indústria”, um “símbolo” das Nações Unidas e, por isso mesmo, só a atuação do *peacekeeping* “cannot provide the permanent solution to a conflict.” (Boutros-Ghali: 1992b: 89-90)

Todas as mudanças propostas para as missões de paz da ONU nos três documentos apenas evidenciam a necessidade de a instituição se adequar, constantemente, aos novos desafios que se apresentavam quanto à promoção da paz. Não há razão para que um único modelo de intervenção seja capaz de resolver os conflitos violentos, uma vez que a padronização das missões descartaria totalmente a existência de atores que interferem ou no fim do conflito violento e armado ou no seu prolongamento. Por isso, as intervenções da ONU não podem ficar limitadas somente a uma única estratégia. As estratégias da ONU, dependendo das situações, têm contribuído para a promoção da paz, mas também para o prolongamento do conflito de alguns conflitos violentos. Esta dualidade é analisada mais detalhadamente no terceiro capítulo.

Capítulo 2 – O conflito violento de Serra Leoa

Os diferentes momentos históricos na construção de um país possibilitam identificar os fatores que influenciam diretamente a eclosão dos conflitos violentos e os elementos negligenciadores das potencialidades humanas. Isso porque a eclosão de um novo conflito violento acarreta, gradativamente, prejuízos nos setores securitário, humanitário, político e econômico do país e possibilitam o surgimento de um conflito armado. Desta maneira, a análise deste capítulo deter-se-á sobre os diferentes momentos históricos na formação de Serra Leoa, destacando os conflitos ocorridos durante o processo de colonização britânica, após a independência do país em 27 de Abril de 1961, com o objetivo de identificar as causas estruturais do conflito armado iniciado pela *Revolutionary United Front* (RUF), em 23 de Março de 1991.

Como enfatiza Silberfein (2010), as condições favoráveis ao início do conflito violento foram desenvolvidas durante décadas. Ou seja, as causas têm sua origem na formação histórica do país e, conseqüentemente, na constante negligência dos direitos dos cidadãos naquela época. Por este motivo, Serra Leoa já apresentava evidência de uma constante violência estrutural e “os conflitos violentos ocorridos no país têm deixado um legado não somente na perda de vida, mas na destruição da infraestrutura social, prejudicando a sua capacidade nacional” (UN, 2002f: 7).

O presente capítulo está dividido em duas partes: a primeira analisa três

momentos históricos antecedentes ao conflito armado perpetrado pela RUF, destacando a) o período colonial e o protetorado britânico; b) o movimento pré-independência e o *Sierra Leone People's Party* (SLPP) e c) as eleições de 1967 e o surgimento da RUF (TRC, 2004: 5-6). Em seguida, a segunda parte do capítulo destaca d) a eclosão do conflito armado e sua relação com o manifesto “*Footpaths to Democracy: Toward a New Sierra Leone*”, escrito em 1995 pelo líder da RUF, Foday Sabana Sankoh; e) os diferentes momentos em que a ONU interviu no processo de negociação de paz – antes da autorização das missões – com o Acordo de Paz Abidjan e o Plano de Paz Conakry e, ressaltando, posteriormente, f) as consequências do conflito armado e violento às potencialidades humanas do país.

2.1 – O período colonial e o protetorado britânico

Os primeiros momentos sobre a história de Serra Leoa remontam ao século XV, quando o país foi ocupado por diferentes etnias e também coincide com o período de navegação portuguesa na região a partir de 1440 (Fyle, 2006; Donelha, 1977). Logo após a ocorrência dos diversos movimentos de conquistas territoriais no norte do país e, principalmente, nas fronteiras com Guiné Conakry e Libéria, foi a vez dos ingleses²⁰ explorarem a região a partir de 1684. Um dos principais motivos que levaram os ingleses a ocuparem Serra Leoa foi o fim do tráfico negreiro e da escravidão na Inglaterra, em 1772. A fim de evitar os problemas sociais que se alastravam nesse país, os negros que tornaram-se libertos na Inglaterra eram

²⁰ O primeiro momento da chegada dos ingleses é marcada pelo comerciante Thomas Corker, que desembarcou no território de Sherbro para trabalhar na *Royal African Company* (Fyle, 2006: xvii).

enviados à Serra Leoa, transformando aquele território num depósito de ex-escravos das mais variadas etnias.

These freed slaves in England, poor and destitute, were becoming a social problem, and such humanitarians as William Wilberforce and Granville Sharp eventually convinced the British government to support a plan that would remove these freed blacks to somewhere in Africa. The Sierra Leone peninsula was selected on the suggestion of Dr. Henry Meathman, a botanist who had visited that area. (Fyle, 2006: 33)

E, a partir de 1787, os primeiros negros libertos da Inglaterra começaram a desembarcar em Serra Leoa, seguidos pelos negros oriundos da Nova Escócia, no Canadá; e também da Jamaica. A chegada dos ex-escravos em Serra Leoa foi um dos principais fatores para aumentar, gradativamente, a diversidade de etnias. Neste primeiro momento, os negros oriundos da Nova Escócia lideraram uma rebelião contra o sistema de exploração vigente na época. Para defender o sistema, os britânicos contaram com o apoio dos ex-escravos jamaicanos (Fyle, 2006).

Ressalta-se que, no momento em que os negros libertos começaram a chegar na África, Serra Leoa ainda não era uma colônia britânica. Era a *Province of Freedom*, também conhecida por *Granville Town*, autogovernada e fundada em princípios constitucionais idealistas de acordo com o modelo elaborado por Granville Sharp, e era governada pelos próprios assentados (Fyle, 2006: 33). Como este modelo de governo não teve sucesso, *Granville Town* foi incendiada em 1779 pelo suserano da etnia *Temne*, King Jimmy, e a cidade foi novamente fundada em 1791, passando a se chamar Freetown. A diferença é que, neste momento, o gerenciamento

da cidade ficou sob a responsabilidade da empresa *Sierra Leone Company*, autorizada na Inglaterra, e ainda incluía a participação de banqueiros e empresários interessados em torná-la numa empresa mais rentável (Fyle, 2006: 33).

Posteriormente, em 1808, o governo britânico assumiu o controle da pequena colônia a partir da empresa, porque foi útil para os esforços britânicos contra o tráfico de escravos (Fyle, 2006: 34). E, não bastasse a quantidade de ex-escravos oriundos de outras regiões a desembarcar em Serra Leoa, a Marinha Britânica continuou a levar para Freetown, entre 1808 a 1816, mais de 6 mil escravos capturados em navios no mar da África. Seguindo Denov, o comércio de escravos teve um crítico impacto na demografia da região, criando escassez de trabalho na agricultura e afetando profundamente a estrutura e composição das instituições políticas (2010: 51).

Em 1928, o governo inglês pôs fim à escravatura em Serra Leoa e, em 1930, o minério de ferro começou a ser explorado na região, seguido pelo diamante, descoberto um ano depois no distrito de Kono. Apesar de ter assumido o controle de Serra Leoa em 1808, a Inglaterra apenas oficializou este território como seu protetorado²¹ em 1896, demarcando as fronteiras com a Guiné Conakry e a Libéria. Nesse momento, os anos de 1898 e 1938 foram marcados pela continuidade dos movimentos de resistência ao protetorado britânico, com mobilizações no norte e no

²¹ Situação de um Estado estrangeiro que é colocado sob autoridade de outro Estado, principalmente no que concerne às relações exteriores e à segurança. Os protetorados possuem geralmente alguma autonomia, mas a nação "protetora" tem a palavra final nos assuntos importantes. As potências protetoras conduzem todas as relações externas do protetorado, além de terem controle sobre defesa e finanças (<http://www.dicio.com.br/protetorado/>).

sul do território. No entanto, todas essas mobilizações seguiram sem sucesso.

Desta maneira, o período colonial e a fase do protetorado britânico são a base para o agravamento das disparidades sociais, separando Serra Leoa em duas regiões: a capital Freetown, conhecida como colônia; e a maior área do território provincial, o Protetorado, foram desenvolvidas de forma separadas e desiguais. Este processo histórico, segundo a análise de Jackson e Albrecht (2011: 7), é dominado pela bifurcação colonial e esta tem profundos efeitos quanto à governação do país, criando e perpetuando uma divisão centro periferia, no que consiste o cerne da política de Serra Leoa. *“The divide between the two entities bred deep ethnic and regional resentment and destabilised the traditional system of Chieftaincy”* (TRC, 2004b: 5). Consequentemente, as pessoas residentes na colônia passaram a ter uma posição social, política e econômica de prestígio, como também o acesso a recursos vitais e, principalmente, a educação.

Este momento na história de Serra Leoa evidencia uma construção social conflituosa, em que as diferentes camadas sociais – constituídas por ingleses e pelos ex-escravos da Inglaterra, Canadá e Jamaica, além dos diferentes grupos étnicos já existentes no território – estariam a interagir numa estrutura totalmente estratificada, priorizando a classe dominante em detrimento de um benefício conjunto para toda a população.

2.2 – O movimento pré-independência e o partido SLPP

Após o fim da II Guerra Mundial (1930 – 1945), o governo britânico iniciou a fazer emendas constitucionais com o objetivo de transmitir, gradualmente, o poder político de Serra Leoa à elite urbana e, com isso, novos partidos começaram a surgir. No entanto, a nova constituição juntou a colônia e o protetorado em uma única entidade política, mas que ficaram divididas pelas elites representativas em facções opostas. Assim, os partidos políticos iniciais não tiveram coesão diante de seus interesses e ideologias, acentuando ainda mais as divergências políticas e sociais em Serra Leoa. *“Party politics became the greatest obstacle to national cohesion and identity. Party allegiance was just as divisive (...) in the battle over who should succeed the British.”* (TRC, 2004b: 5)

Apesar da decisão britânica em assumir o protetorado de Serra Leoa e estar disposta a devolver gradualmente o poder político ao novo país, Gberie (2005) vai salientar que o governo britânico não promoveu, enquanto esteve no controle do território, o desenvolvimento de um senso de nação em Serra Leoa e descreveu o protetorado como sendo *“foreign countries adjoining the colony”* (Gberie 2005: 19). Percebe-se, desta forma, que a construção da nova nação, iniciada pela formação de uma base política, não priorizou todos os cidadãos, acentuando ainda mais as disparidades sociais em Serra Leoa.

Esta condição é evidente porque os escravos jamaicanos que outrora

desembarcaram em Serra Leoa tiveram que defender o governo britânico das revoluções causadas pelos ex-escravos da Nova Escócia, destacando, assim, a defesa de um sistema do qual ainda não lhes pertencia. E mesmo com a independência, Jackson e Albrecht (2011: 6) vão destacar que a essência do sistema político em Serra Leoa é caracterizado pela centralização de poderes e recursos em *Freetown*, acrescida do dualismo entre a atual capital e o resto do território.

O dualismo entre os dois territórios de Serra Leoa pode ser representado pela criação do *Sierra Leone People's Party* (SLPP), em 1946, sob a liderança de Dr. Milton Margai²². O partido foi formado pela junção de representações menores – incluindo a *Protectorate Educational Progressive Union* (PEPU) e a *Sierra Leone Organization Society* (SLOS) – e ganhou as eleições realizadas em 1951 para o Conselho Legislativo. O poder desempenhado pelo SLPP, considerado o maior partido político após o governo colonial em Serra Leoa, revelou ser um caminho quanto à polarização étnica e religiosa em Serra Leoa, caracterizada, principalmente, por ser um governo liderado pela etnia *Mende*. “*This image polarised [the] public opinion in the country [and] had terrible (...) consequences on the unity of the young state and served to deepen existing cleavages.*” (TRC, 2004b: 6)

E essas primeiras eleições foram marcadas pelas manifestações do grupo étnico *Krios*, que era contra a condição de Serra Leoa ainda ser um protetorado. Acrescenta-se, a este realidade, o fato de que a prioridade de um único grupo étnico

²² Milton Margai foi o primeiro primeiro-ministro de Serra Leoa e foi o responsável pela construção pós-colonial de Serra Leoa até a conquista da independência em 1961 (Fyle, 2006).

ou religioso a partir da representatividade política contribui para a consolidação de uma violência estrutural, quando grupos étnicos e religiosos minoritários não têm acesso à participação ativa no sistema político do país. Evidentemente, sem a participação das classes minoritárias, o processo político influencia diretamente no surgimento de mais conflitos sociais e segregações políticas, evidenciando as divergências no processo de formação do novo país.

Mesmo após a eleição do SLPP para o Conselho Legislativo, outras rebeliões contra o governo nacional foram iniciadas no norte de Serra Leoa. Mas também não tiveram sucesso. Essas rebeliões perdiam força diante do poder militar do governo colonial e, mesmo após a aparente derrota, os líderes da rebelião no norte do país iniciaram outros movimentos de independência, como o *Sierra Leone Progressive Independence Movement* (SLPIM). Este movimento coincidiu, em 1957, com a introdução do voto universal e com a eleição de Milton Margai, líder do SLPP, como primeiro-ministro de Serra Leoa (Fyle, 2006). Após esta eleição, uma facção no partido SLPP originou um novo grupo político, o *People's National Party* (PNP), sendo este liderado por Albert Margai, Siaka Stevens e outros cidadãos. Com esta facção, Milton Margai, o então primeiro-ministro, formou uma coalizão de todas as forças políticas, a *United Front* (UF) (Fyle, 2006).

Em 1960, um dos fundadores do PNP, Siaka Stevens, recusou assinar o acordo para a independência de Serra Leoa, conforme estabelecia a conferência realizada em Londres nesse mesmo ano. Após retornar a Serra Leoa, Stevens fundou

o *Elections Before Independence Movement (EBIM)*, posteriormente convertido no partido político *All People's Congress (APC)* (Fyle, 2006). Seguindo Denov (2010: 55), uma das causas do conflito é marcado pela constante violência estrutural e corrupção no sistema político na história de Serra Leoa, seja como patronato britânico ou independente da Inglaterra, evidenciando um processo de construção conflituosa na política do país.

2.3 – As eleições de 1967 e o surgimento da RUF

Serra Leoa conquistou a independência em 27 de Abril de 1961 e, em 1962, mais uma vez o partido SLPP foi eleito para representar a população do novo país. Nessa época, Milton Margai continuou no cargo de primeiro-ministro de Serra Leoa, sendo substituído pelo seu irmão, Albert Margai (PNP), em 1964. A transição de poder partidário ocorreu somente quando foram realizadas novas eleições, em 1967, porque o partido de oposição, o APC, venceu o pleito com a nomeação de Siaka Stevens para o poder. No entanto, este período na história de Serra Leoa seria marcado por sucessivos golpes de estado, agravando os conflitos políticos no país (Fyle, 2006).

Quando as eleições de 1967 ocorreram, Siaka Stevens não chegou a assumir o poder, pois o controle do governo foi tomado imediatamente após sua posse, pelo Brigadeiro John Lansana, chefe dos militares. Em contrapartida, Lansana foi derrubado alguns dias mais tarde por oficiais que convidaram Andrew Juxon-Smith,

um alto funcionário em licença, para retornar e dirigir um governo provisório, o *National Reformation Council (NRC)*. Apesar da tentativa, o golpe não perdurou e, um ano após, em 1968, o NRC foi derrubado por oficiais do exército, passando o governo para o APC, sob a liderança de Siaka Stevens, assumindo também a presidência do país em 19 de Abril de 1971, quando Serra Leoa se tornou uma república (Fyle, 2006). Esse intervalo compreendido entre a eleição de Siaka Stevens e sua tomada oficial de poder representa a instabilidade política no país. As eleições de 1967 e o conseqüente período de golpes militares deixou marcas na política do país que se perpetraram nas décadas seguintes (TRC, 2004b: 6).

O governo de Stevens é marcado por manifestações de estudantes e pela falência de empresas. Com o fim do governo de Stevens, em 1985, o país passa a ser governado pelo major-general Joseph Saidu Momoh, liderando Serra Leoa de 1985 à 1992. O governo de Momoh coincide, portanto, com a eclosão do conflito violento no país, em 1991, liderado pela *Revolutionary United Front (RUF)*. Mesmo após a independência, Serra Leoa continuou a reproduzir, em sua estrutura política, o que tem sido durante o processo de colonização: um país com dinâmicas de exclusão social constantes. Esta perspectiva é apontada principalmente porque as diversas tentativas de mudar o sistema político vigente na época – com manifestações ocorridas nos períodos de colonização, protetorado do Reino Unido e ainda após a conquista da independência – representam reflexos da interação social entre diferentes atores.

No entanto, as diversas tentativas e conquistas políticas em Serra Leoa, e seus respectivos fracassos, podem representar um processo de construção ainda mais conflituoso, em que diferentes camadas populares passaram a ter suas potencialidades comprometidas. Um exemplo comum para ilustrar o comprometimento das potencialidades pode ser retratada a partir da manutenção de um único partido no poder, causando opressão à população à medida em que seus direitos passam a ser negligenciados.

Quadro 3: Chefes de Estado em Serra Leoa (1961 - 1992)

Período	Chefe de Estado	Partido Político
1961 – 1964	Milton Margai	SLPP
1964 – 1967	Albert Michael Margai	PNP
1967 – 1968	Brigadeiro John Lansana / Andrew Terrence Juxon-Smith	NRC
1968 – 1985	Siaka Probyn Stevens	APC
1985 – 1992	Joseph Saidu Momoh	APC

Além dos momentos políticos, os fatores que desencadearam o conflito violento em Serra Leoa perpassam por dois aspectos importantes: o surgimento da RUF e a aliança formada por Foday Sabana Sankoh e o *warlord* liberiano, Charles Taylor (Gberie, 2005). Além da causa histórica apresentada anteriormente, o movimento revolucionário começou com os protestos estudantis. E mesmo que os estudantes não tenham participado do conflito violento, foram eles quem estiveram envolvidos nas manifestações contra a política nacional nas décadas de 1970 e 1980.

Os estudantes, na análise de Abdullah (1998), pressionaram por reformas nas esferas política e econômica do país e utilizaram a plataforma estudantil para atingir o governo e criar uma oposição ao partido APC. Nessa mesma década de 1980, seguindo Denov (2010), um grupo de estudantes do *Fourah Bay College* estava dedicado a propagar as ideias políticas do coronel líbio na época, Muammar Gaddafi (1942 – 2011), expressas na obra *Green Book*. O autor relata que após uma manifestação violenta no *Fourah Bay College* em 1984, um grupo de 41 estudantes associados aos ideais de Gaddafi foi expulso. Com a expulsão, os estudantes foram ao Gana e, posteriormente, à Líbia, para receber treinamentos ideológicos e militares.

Gberie (2005) destaca que o grupo formado pelos estudantes expulsos recrutavam, eventualmente, estudantes secundários para o mesmo treinamento na Líbia e foi, nesta ocasião, em que também foi recrutado o líder da RUF, Foday Sankoh. A ida de Sankoh para participar do treinamento militar tem uma explicação: Sankoh foi demitido do *Sierra Leone Army (SLA)* – onde tinha se tornado cabo e recebeu treinamento em operações de rádio e comunicações – e preso por sete anos (1971-1978) por ter participado do golpe de estado contra o governo de Siaka Stevens (APC). Após o período na prisão, Sankoh trabalhou como fotógrafo e, em 1982, começou a organizar o movimento revolucionário (Gberie, 2005: 45), quando surgiu a oportunidade de realizar o treinamento militar em Gana e na Líbia, onde conheceu Charles Taylor.

Taylor, naquela época, tinha escapado de uma prisão federal nos Estados Unidos da América por acusações de roubo de US\$ 900.000 de fundos estatais e aguardava a extradição para a Libéria (Fyle, 2006). Ele era o líder da *National Patriotic Front of Liberia* (NPFL) e não queria somente estender seu controle em Serra Leoa, mas também punir o país por ter cedido parte do território para funcionar como base aérea para as forças da *Economic Community of West African States cease-fire Monitoring Group* (ECOMOG) que estavam bombardeando áreas da NPFL dentro da Libéria e, assim, evitando Taylor de dominar a capital liberiana, Monróvia (Fyle, 2006).

Com as divergências financeiras ocorridas entre os recrutas e o nível de compromisso de alguns integrantes, o grupo revolucionário foi dividido e, conseqüentemente, o projeto iniciado pelos estudantes teve um fim. A maioria dos estudantes retornou ao Gana ou à Serra Leoa (Denov, 2010: 61). No entanto, Foday Sankoh permaneceu inspirado na crescente desilusão e frustração popular em relação ao governo de Serra Leoa. E, ao retornar ao seu país após ter se decepcionado, Sankoh mostrou-se determinado a retomar a chamada “revolução” e a mobilizar os cidadãos descontentes de Serra Leoa para derrubar a tirania da APC (Gberie, 2005), que já estava no poder há 24 anos.

Formando uma aliança com Taylor, Sankoh e sua tropa concordaram em dar suporte ao movimento NPFL em troca de um território na Libéria para iniciar o ataque contra Serra Leoa. Da mesma forma que, da parte de Taylor, os

revolucionários da NPFL iriam atuar em conjunto com os rebeldes de Sankoh na invasão à Serra Leoa (Abdullah, 1998: 220). Além disso, Charles Taylor foi o banqueiro, treinador e mentor da RUF, fornecendo-lhes saídas para as exportações de diamantes em troca de armas e treinamento militar (Denov, 2010: 60). Desta maneira, a análise do conflito em Serra Leoa está totalmente atrelada ao seu passado histórico e não aos interesses econômicos, como aponta muita bibliografia sobre o tema. Como salienta Hirsch, “*control of Sierra Leone's alluvial diamond fields was not the motivating factor (...). Exploitation of the alluvial diamond fields has been a major factor, however, in the war's continuation.*” (2010: 150) Portanto, o comércio de diamantes funcionou como agravante do conflito violento, mas não foi a sua causa primária. Assim, a análise sobre o conflito violento deve ser direcionada para as potencialidades humanas e da garantia dos direitos fundamentais²³ que tanto foram negligenciados no processo histórico de Serra Leoa.

2.4 – Por uma nova Serra Leoa: o início do conflito armado

Segundo Hirsch (2010: 150), o surgimento da RUF foi o reflexo de um estado falhado quanto à promoção da educação, emprego e oportunidades econômicas para uma geração jovem e que não tinha perspectiva de futuro. Por isso, a proposta inicial da RUF era defender melhores condições sociais em Serra Leoa e

²³ A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. A Declaração garante direitos iguais, independente de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição (UNIC, 2005: 4).

atuar em oposição à corrupção na política do país. Como destaca o manifesto “*Footpaths to Democracy: Toward a New Sierra Leone*”, escrito em 1995 pelo líder da RUF, Foday Sankoh, o conflito serviria para promover a liberdade, a igualdade e a justiça social. A luta por uma nova Serra Leoa era apresentada como sendo uma oportunidade de criar bases para desenvolver o comércio, a agricultura, a indústria, a ciência e a tecnologia.

We are fighting for a new Sierra Leone. We are fighting for democracy and by democracy we mean equal opportunity and access to power to create wealth (...) Wealth cannot be created without power. Power cannot be achieved without struggle. And by struggle, we mean the determination, the humanistic urge to remove the shame of poverty, hunger, disease, squalor, illiteracy, loafing and hopelessness from this African land of Sierra Leone blessed with minerals, forests, rivers, and all that is required to restore the dignity, prestige and power of the African as an equal competitor on the world stage. (RUF/SL, 1995: 8)

O que Sankoh pretendia destacar no manifesto era a exclusão social que se alastrou pelas áreas periféricas de Serra Leoa como consequência, principalmente, da colonização no país. Por isso, a necessidade de reconstruir a nação com base na liberdade, justiça e oportunidades iguais para os cidadãos foi o que fez Sankoh definir o conflito armado como sendo uma “campanha de libertação”. Neste caso, a libertação consistia em não permitir que o país fosse governado pela mesma geração de políticos e militares corruptos (RUF/SL, 1995: 3) e que o conflito armado seria a ferramenta capaz de promover essa mudança. Entretanto, a eclosão do conflito armado suscita um importante debate acerca de sua legitimidade. Legítimo ou não, a eclosão deste conflito trouxe à tona, para o sistema internacional, o conflito violento resultado das diversas práticas de violência estrutural presentes naquele país.

This task is the historical responsibility of every patriot. What we need then is organised challenge and resistance. The strategy and tactics of this resistance will be determined by the reaction of the enemy forces – force will be met with force, reasoning with reasoning and dialogue with dialogue. (RUF/SL, 1995: 3)

Desta forma, o líder da RUF apontava que as mudanças ocorreriam conforme fosse desenvolvida a interação entre o que se identifica por agentes do conflito. Na tentativa de pôr fim à violência cometida pelo governo – no que concerne aos direitos negligenciados aos serra-leoneses, como a falta de pagamento dos salários dos professores, dos médicos, dos enfermeiros, dos funcionários públicos, dos policiais e dos demais trabalhadores em detrimento do acúmulo de riquezas de uma minoria durante o governo de Momoh (APC) – a única maneira encontrada foi construir uma nova Serra Leoa com a participação direta daqueles cidadãos excluídos socialmente (RUF/SL, 1995).

Each generation has the onerous task to judge the performance of its institutions, particularly the government. The African people of Sierra Leone evaluated the performances of the APC regime and the consensus was that in order to save the nation from its perennial political, social and economic predicament, the entrenched systems could only be changed by the armed uprising of the people imbued with a clear ideology. (RUF/SL, 1995: 10)

Diante das constantes mudanças de regime e dos golpes militares ocorridos no período pós-independência de Serra Leoa, o líder da RUF vai destacar a permanência do partido APC durante 24 anos no poder como sendo uma das razões pelas quais era necessária uma mudança estrutural.

Os integrantes da RUF – constituídos por revolucionários cedidos pela *National Patriotic Front of Liberia* (NPFL) e mercenários de Burkina Faso, além de serra-leoneses recrutados na Libéria – invadiram Serra Leoa em 23 de Março de 1991. Cruzaram a fronteira com a Libéria e anunciaram a intenção de libertar a população contra a corrupção do governo. Neste momento, os revolucionários tiveram uma condição favorável: encontraram serra-leoneses que haviam migrado para a Libéria e que não possuíam emprego, tinham um baixo nível de escolaridade e estavam descrentes com a política do país (Fyle, 2006).

Assim, essa camada popular marginalizada de Serra Leoa foi um alvo para a RUF, que passou a recrutá-la para integrar à revolução (RUF/SL, 1995). Em contrapartida, o recrutamento forçado de homens e crianças para integrar a Frente Revolucionária também é apresentado, pois a RUF é a responsável pelo elevado índice de violações e abusos contra civis (TRC, 2004b). Perpetrando uma campanha sistemática de sequestros, os principais alvos de rapto eram meninos e homens jovens que foram recrutados à força para o quadro combatente, bem como meninas que foram estupradas e escravizadas sexualmente pelos combatentes existentes (TRC, 2004b: 42).

Apesar de a RUF ter a justificativa de libertar a população do governo opressor, a Frente Revolucionária foi a responsável por muitos ataques que prejudicaram também os recursos naturais dos distritos, resultando na perda

substancial da vida humana e destruição da propriedade (TRC, 2004b: 42). Além de ter sido a responsável pelo primeiro ataque sustentado em Koidu Town, Kono Distrito, entre Outubro de 1992 até Fevereiro de 1993. *“This assault resulted in a spate of violations against local residents including the killing of Chiefs, government officials, businesspersons.”* (TRC, 2004b: 41) Não obstante a violência estrutural evidenciada antes da eclosão do conflito violento, a RUF também desencadeou a prática de diversas formas de violência contra civis, seja violência direta ou violência indireta, como as migrações em massa decorrentes dos ataques em diversas áreas do país.

Como a construção social de Serra Leoa se mostrou conflituosa desde os primeiros registros históricos, é importante destacar a relação existente entre os diferentes atores que atuaram no processo de formação do país. E que não seria diferente a partir do conflito perpetrado pela RUF. O surgimento da RUF foi motivada pelos resultados das ações dos governos de Serra Leoa e, assim, estaria por agravar ainda mais um processo conflituoso. Diante do conflito violento, o governo de Serra Leoa era liderado pelo partido APC, sob o comando de Joseph Momoh. Para conter a invasão, o presidente aumentou a tropa nos terrenos invadidos, mas mesmo assim, o contingente da SLA ainda era insuficiente para coibir a ação da RUF (Denov, 2010: 66).

Não bastassem as atrocidades resultantes do conflito violento, a instabilidade política continuava a assolar o país. Em Abril de 1992, um golpe de Estado, sob o

comando de Solomon Musa, desertou Momoh para o exílio na Guiné Conakry e proclamou a *National Provisional Ruling Council* (NPRC). A partir deste momento, o governo foi liderado pelo capitão Strasser. À época, o NPRC prometia pôr fim às hostilidades, renovar a legitimidade do governo e acabar com a corrupção. “*For rural inhabitants and youth in particular, the change in government initially brought hope and anticipation for a better future.*” (Denov, 2010: 67) No entanto, a liderança desempenhada por Strasser não foi muito diferente da do seu antecessor, destacando a prática do comércio ilegal de diamantes em seu governo. Para conter o conflito violento, Strasser respondeu com ataques conforme estabelecido pela Operação Genesis (Denov, 2010: 67-68) e, diante da necessidade de aumentar o contingente de soldados, foi necessário integrar novos recrutas, incluindo também um número significativo de crianças, o que ocasionou um aumento de 3.000 para 14 mil soldados (UN, 2005: 4). Tanto a RUF quanto o Governo de Serra Leoa contavam com crianças armadas, agravando as hostilidades no país e a complexidade do conflito violento.

Na tentativa de pôr fim ao conflito, Strasser declarou um cessar-fogo unilateral de apenas 1 mês e ordenou que os membros da RUF entregassem suas armas. Rejeitando essa possibilidade, a RUF elaborou novas estratégias e atacou novamente “*on towns, villages and major highways escalated to unprecedented levels and spread throughout the country*” (UN, 1995). Até o final de 1994, a RUF tinha estabelecido, pelo menos, seis campos permanentes ao sul e leste do país com a finalidade de realizar ataques e, de Dezembro de 1994 a Janeiro de 1995, a RUF lançou uma nova ofensiva, destacando o avanço da força rebelde para a capital,

Freetown, o que levou as agências de ajuda humanitária a evacuar o seu pessoal da capital (Keen, 2005: 40). Nesta fase do conflito, Serra Leoa se encontrava parcialmente sob o controle da RUF e resolver o conflito violento se tornava, cada vez mais, um desafio para o governo nacional. Em Fevereiro de 1995, Strasser assinou um contrato milionário com a base britânica *Gurkha Security Guards* para treinar as Forças Armadas do país em troca de concessões de diamante, como o objetivo de diminuir os ataques da RUF (Gberie, 2005). Apesar de o contrato com o GSG ter sido curto, Strasser foi obrigado a pedir reforço militar privado à base sul-africana *Executive Outcomes* (EO) (Keen, 2005; Ukeje, 2003). Utilizando forças militares da Angola e Namíbia, EO foi contratada para atingir 4 objetivos: “*to secure Freetown, retake the Sierra Rutile mines, destroy RUF headquarters, and clear remaining areas under RUF control.*” (Hirsch, 2001: 39) O pagamento mensal às concessões de diamante foram de US\$ 1,5 milhão (Clapham, 2003). Todos os esforços para conter a incidência de ataques foi em vão. E a constante mobilização do governo de Serra Leoa ao solicitar intervenção externa apenas destacava a fragilidade do país em lidar com a resolução do conflito violento.

Apesar destes fatos, Strasser demonstrou interesse em concorrer à presidência do país e esta decisão causou uma divisão interna no NPRC. Sua atuação terminou em 1996, quando um outro golpe de estado colocou no poder o seu sucessor, Julius Maada Bio. No entanto, a permanência de Maada Bio foi extremamente curta, de Fevereiro a Abril de 1996, quando ocorreram novas eleições presidenciais. A notícia sobre as novas eleições aumentaram as hostilidades dos rebeldes, que tentaram

realizar um boicote de uma forma simbólica: amputando as mãos de milhares de civis durante a “*Operation Stop Elections*”. Esta campanha contrapunha o *slogan* presidencial “*The Future is in Your Hands*”, como forma de impedir os cidadãos de terem a liberdade de escolher o futuro político para o país (Denov, 2010: 64; TRC, 2004b: 44). Mesmo assim, as eleições ocorreram e, em Abril de 1996, Maada Bio transfere o poder para o novo presidente eleito de Serra Leoa, Ahmed Tejan Kabbah (SLPP) e a transição foi considerada uma das mais pacíficas entre o governo militar e o civil na história do país (Denov, 2010: 71). O novo presidente eleito iria governar o país sob o lema “*One country, one people*”, e estaria disposto a pôr fim ao conflito violento.

O governo de Kabbah é marcado por diferentes tentativas de conciliação²⁴ entre as partes e, principalmente, pela prisão de Sankoh, em Março de 1997, no aeroporto de Lagos, na Nigéria, acusado de contrabando ilegal de munições (Fyle, 2006). A prisão de Sankoh aumenta, ainda mais, as hostilidades dos rebeldes, que queriam o líder da RUF de volta à Serra Leoa. Não bastasse essa revolta, o presidente Kabbah herdou, do governo anterior (NPRC), as divergências entre os soldados do exército do governo e os *Kamajors*²⁵ e, mesmo diante das divergências, o presidente nomeou o ex-líder dos Kamajors, Chefe Samuel Hinga Norman, como vice-ministro da Defesa, com o objetivo de reforçar o papel dos Kamajors nas operações militares

²⁴ Destaca-se, neste período, a assinatura dos acordos de paz Abidjan, Conakry e Lomé, que serão analisados mais detalhadamente nos próximos tópicos desta dissertação.

²⁵ Os *Kamajors* são o maior segmento da *Civil Defense Force* (CDF), uma organização baseada na comunidade de combatentes formados com o apoio do governo de Serra Leoa contra a RUF. Eram caçadores tradicionais, principalmente do sul e leste de Serra Leoa que foram organizados em unidades de milícias locais (Fyle, 2006: 85).

contra a RUF (Hirsch, 2001). Visto como um favoritismo dos kamajors, juntamente com os rumores de cortes de subsídios para o exército, os demais oficiais revoltados com a decisão, tomaram suas próprias medidas contra o governo de Kabbah (Gberie, 2005).

A consequência desta decisão foi desastrosa: em Maio de 1997, um grupo de soldados do governo quebrou as portas do *Pademba Road Prison*, em Freetown, libertando e armando cerca de 600 presos (Gberie, 2005). Um desses presos era o ex-major Johnny Paul Koroma, que aproveitou a oportunidade e ingressou na junta governamental, nomeada de *Armed Forces Revolutionary Council* (AFRC). Koroma se tornou aliado à RUF para prosseguir o conflito violento contra o governo de Kabbah (Fyle, 2006: 97). Percebe-se que, gradativamente, novos atores são incorporados ao conflito violento, o que representa uma dificuldade a mais quanto ao processo de resolução pacífico do mesmo.

2.5 – As negociações de paz fracassadas

As diversas tentativas fracassadas em conter o conflito violento em Serra Leoa e a consequente fragilidade dos governos locais diante da situação, apenas evidenciavam a necessidade de uma intervenção direta para conter o agravamento das hostilidades. No momento da eclosão, o conflito violento coincidiu com o mandato de Boutros Boutros-Ghali como Secretário-Geral da ONU. Sua decisão, diante de minimizar as consequências do conflito armado, foi solicitar, ao Conselho

de Segurança (CS), uma atitude eficaz para pôr fim às hostilidades entre o governo e as forças rebeldes. Numa carta direcionada ao CS em 1995, o ex-Secretário-Geral ressaltou que, quanto mais tarde fosse autorizada uma intervenção da ONU, mais frágil seria estabelecer um processo de paz não só em Serra Leoa, mas também na região (UN, 1995a).

Apesar do alerta feito pelo ex-Secretário-Geral da ONU quanto à possibilidade de um agravamento do conflito em Serra Leoa e, também, da dificuldade em se estabelecer uma paz sustentável na região, o país permaneceu sem uma intervenção direta da ONU durante sete anos. Esse *gap* existente entre o início do conflito violento e o início de uma missão de paz da ONU apenas contribuiu para que cada vez mais as estruturas vitais do país fossem prejudicadas. Por mais que a resolução do conflito violento dependesse também das estratégias utilizadas pelo Governo de Serra Leoa, a ONU não se pronunciava sobre uma possibilidade de intervir diretamente. Sua atuação, antes da autorização das missões de paz, era realizada à medida que os governos a solicitavam. E solicitar a presença da ONU em Serra Leoa já demonstrava ser um importante fator quanto à contribuição desta instituição para a promoção da paz.

Assim, a intervenção da ONU evidencia o surgimento de mais um agente no conflito que, gradativamente, participa do processo de estabilização e reconstrução do país, como pode ser analisada a partir de três momentos: o primeiro deles foi quando a ONU atuou no conflito violento em Serra Leoa para atender ao pedido do

ex-presidente Valentine Strasser, em 1994, com o objetivo de mediar uma resolução entre as partes. Neste momento, a ONU enviou o membro do Departamento de Assuntos Políticos, Felix Moshia, para tentar negociações com a RUF (UN, 1995b), mas esta primeira tentativa foi fracassada.

A segunda tentativa foi realizada em Dezembro de 1996 (UN, 1997a) como resultado da assinatura do Acordo Abidjan²⁶ durante o governo de Kabbah. O acordo consistia na retirada das forças da *Executive Outcomes*, o desarmamento e a desmobilização dos combatentes, a criação de uma Comissão para a Consolidação da Paz para supervisionar a implementação do acordo, a transformação da RUF em um partido político legítimo (The Sierra Leone Web, 2012b), além da participação da ONU na resolução do conflito. Com base neste acordo, o governo seria o responsável por tomar medidas para minimizar os estragos sócio-econômicos causados pelo conflito violento, principalmente a marginalização da população rural e o acesso limitado aos serviços básicos de saúde (Clapham 2003; Denov, 2010: 71). Nessa fase, a ONU elaborou uma missão exploratória²⁷ para manter contato com o líder da RUF, Foday Sankoh, o que foi de fato atingido (UN, 1997a: 1). No entanto, Sankoh enfatizou que não havia necessidade para uma operação de paz em Serra Leoa,

²⁶ Acordo de Paz entre o Governo de Serra Leoa e a RUF/SL, inspirado pela reconciliação genuína para acabar com o conflito violento. O acordo focava a participação popular no governo e no pleno respeito dos direitos humanos e das leis humanitárias, desenvolvimento democrático e a manutenção de uma ordem sócio-política livre de despotismo, desigualdade e corrupção (The Sierra Leone Web, 2012b).

²⁷ A missão foi liderada por Berhanu Dinka, e acompanhada pelo Brigadeiro-General, Yogesh K. Saksena, Comandante da *United Nations Angola Verification Mission - UNAVEM III*. Durante esta missão, os oficiais tiveram contato com o Governo de Serra Leoa e com representantes das agências da ONU, diplomatas e integrantes de Organizações Não-Governamentais (ONG) (UN, 1997a: 1).

embora tenha requisitado, posteriormente, *“to receive neutral international monitors, as provided for in the Accord, and to cooperate fully with them in their work”* (UN, 1997a: 4).

Por esta razão, e equivocadamente, a ONU identificou o Acordo de Paz Abidjan como sendo o fim do conflito violento no país, ao ter mencionado que *“[t]he Abidjan Accord addressed the roots of the conflict by providing a framework to further the process of democratization and equitable social and economic development in Sierra Leone.”* (UN, 1997a: 2) A justificativa para este posicionamento da ONU se deveu ao fato de que, conforme o referido acordo, as partes tinham declarado de imediato o fim do conflito, além de terem reafirmado o compromisso em promover e monitorar o cessar-fogo (UN, 1997a: 2). Como já exposto anteriormente, as raízes do conflito em Serra Leoa estão atreladas totalmente ao processo histórico do país e não podem ser sanadas a partir da assinatura de um acordo, senão, primeiro, por meio da estabilidade securitária para, posteriormente, assumir o compromisso de promover as potencialidades humanas e garantindo os direitos dos cidadãos.

De acordo com a missão exploratória, os objetivos delineados pelo Acordo Abidjan seriam viáveis de serem atingidos, mas a presença de militares desarmados tenderia a dificultar este objetivo. Assim, a missão concluiu que, diante das condições reais em Serra Leoa, *“a peacekeeping operation, combining military observers with a limited number of formed troops, would be able to assist the parties*

to implement the Abidjan Accord effectively” (UN, 1997a: 6). Diante da necessidade em se estabelecer uma missão de paz, a ONU informou ao Conselho de Segurança (UN, 1997b: 2) que seria necessário estabelecer e manter uma operação de paz por um período de 8 meses, conforme estipulava o cronograma de implementação do Acordo Abidjan (ONU, 1997b: 2). Sobre as recomendações referentes à necessidade de uma Operação de Paz em Serra Leoa, o Conselho de Segurança se posicionou em três momentos distintos, com pronunciamentos em 27 de Maio de 1997, 11 de Julho de 1997 e 6 de Agosto de 1997. Em cada um dos pronunciamentos, ficou evidente que a ONU não iria atuar diretamente no conflito.

No primeiro pronunciamento (UN, 1997c: 1), o Conselho de Segurança destacou apenas os esforços para a implementação do Acordo de Paz Abidjan, considerado como “um viável caminho para a paz, estabilidade e reconciliação no país”. Entretanto, este pronunciamento não mencionou os esforços da ONU para minimizar o conflito violento. No segundo e terceiro pronunciamentos (UN, 1997d; 1997e), o CS “condenou” o golpe de Estado contra a democracia e destacou a existência e aplicação de possíveis medidas caso não fossem registrados progressos quanto ao fim do conflito violento. É importante salientar a partir deste posicionamento que o principal interesse do Conselho de Segurança era restabelecer o governo de Kabbah – evidenciando a restauração constitucional como sendo o primeiro meio para a promoção da paz.

The Security Council will continue to follow closely the progress of efforts

aimed at the peaceful resolution of the crisis and stands ready to consider appropriate measures if constitutional order in Sierra Leone is not restored without delay. (UN, 1997d: 2)

A tentativa de obter a paz pelo Acordo de Paz Abidjan foi um fracasso e, conseqüentemente, as ações da ONU continuaram a servir de suporte para o trabalho desempenhado pelo ECOWAS. Neste momento, tropas da ECOMOG²⁸, sob liderança nigeriana, ajudaram a restaurar o governo de Kabbah, com o subseqüente encorajamento das partes para assinar o Plano de Paz Conakry, em 1998, que também contava com a participação da ONU e de um representante da *Organization of African Unity* (OAU). A assinatura do Plano de Paz Conakry marcou o terceiro momento em que a ONU atuava no conflito violento de Serra Leoa. De acordo com o plano, as partes envolvidas no conflito, AFRC/RUF e Governo, estariam dispostos:

- 1) a pôr fim às hostilidades;
- 2) a aceitar a reposição do presidente Kabbah em 22 de Abril de 1998;
- 3) a permitir o recebimento de ajuda humanitária;
- 4) a promover o desarmamento, desmobilização e reintegração de deslocados;
- 5) a incluir o líder da RUF, Foday Sankoh, no processo de paz; e
- 6) a auxiliar na formação de um governo de base ampla (The Sierra Leone Web, 2012).

²⁸ A ECOMOG é uma força não-permanente militar que foi criada pelos Estados membros da ECOWAS para lidar com o problema de segurança que se seguiu ao colapso da estrutura formal do estado na República da Libéria em 1990 (Malan, 2000) e as tropas da ECOMOG utilizaram parte do território de Serra Leoa para conter a violência no país vizinho.

Esta terceira tentativa também é fracassada porque as forças rebeldes continuaram a contrabandear armas e munições no país a partir da Libéria. Diante das violações do novo acordo, o ECOMOG e os *Kamajors* – com o reforço de um grupo de segurança privada, a *Sandline International*, e o apoio financeiro de uma empresa de diamantes com sede no Canadá – conseguiram reconduzir o governo de Kabbah, reassumindo o poder em 1998 e, conseqüentemente, o governo acusou 60 pessoas, integrantes da junta AFRC/RUF, por traição. Um dos acusados era Foday Sankoh, que foi levado para a Serra Leoa pelos nigerianos para responder às acusações (Fyle, 2006).

O fracasso das tentativas anteriores de resolução do conflito violento serviram para definir uma intervenção da ONU de forma mais direta. A partir de Janeiro de 1998, a ONU começou a dar indícios de uma possível operação de paz em Serra Leoa quando, nesse mesmo ano, uma nova equipe de técnicos visitou três cidades da região – Conakry, Monrovia e Freetown – com o objetivo de:

- 1) avaliar as situações políticas, militares e securitárias;
- 2) discutir a implementação do Plano de Paz Conakry;
- 3) consultar, junto à ECOWAS, o planejamento realizado pela ECOMOG;
- 4) realizar as tarefas militares conforme o Plano de Paz Conakry; e
- 5) examinar as instalações e infraestruturas nas sub-regiões do país que poderiam ser usadas por uma futura presença da ONU no terreno (UN, 1998a: 1; 1998b).

Nesse mesmo ano, o representante especial do Reino Unido para Serra Leoa, Mr. John Flynn, visitou o escritório da ONU no país com o objetivo de verificar quais as etapas que deveriam ser tomadas pela comunidade internacional quanto ao suporte da ECOWAS na implementação do Plano de Paz Conakry (UN, 1998a: 6). Apesar de demonstrar um avanço quanto à tentativa da ONU em intervir no conflito violento, a presença da equipe e, conseqüentemente, os objetivos desta missão, apresentam-se totalmente dispensáveis. Primeiro, os relatórios anteriores da ONU apontaram, desde 1995, que as situações políticas, econômicas, humanitárias e securitárias do país estavam em colapso. Segundo, discutir a implantação do Plano de Paz Conakry e tentar uma conciliação entre as partes correria o risco de repetir o mesmo fracasso que foi o Acordo de Paz Abidjan. E, terceiro, examinar as instalações e infraestruturas nas sub-regiões do país consistia num atraso para o início de uma intervenção.

Acrescenta-se, a esta realidade, o fato de que o Conselho de Segurança da ONU tinha, com a retomada do governo de Kabbah, deposto em 27 de Maio de 1997, um requisito para a solução do conflito violento. Deixando, portanto, a construção da paz totalmente atrelada ao processo político de Serra Leoa, sem perceber, assim, que as raízes do conflito são históricas e seria necessário, antes de promover um diálogo político entre as partes, estabilizar a situação securitária. A Resolução de 16 de Março de 1998 (UN, 1998c) corrobora esse pensamento à medida em que apresenta *“the intention of the Secretary-General to make proposals concerning the role of the*

United Nations and its future presence in Sierra Leone” (UN, 1998c: 1).

2.6 – Consequências do conflito armado para as potencialidades humanas

Enquanto a ONU se envolvia apenas na negociação dos acordos de paz em Serra Leoa, as situações securitárias, humanitárias e também econômicas entravam em colapso gradativamente. O constante agravamento nesses setores representaria, a longo prazo, um desafio para reverter as potencialidades humanas negligenciadas. Se o processo histórico evidencia as reais causas do conflito violento, a sua eclosão e o posicionamento da ONU diante do mesmo apenas contribuem para o seu prolongamento. Isso porque negligenciar o potencial humano representa a negligência de outros setores da sociedade, como a segurança, a política e a economia.

Os registros sobre os danos ocasionados pelo conflito apontam a constante e gradual negligência dessas potencialidades. Quando o conflito eclodiu, Boutros-Ghali (UN, 1995a: 1), havia destacado que Serra Leoa já apresentava uma crise humanitária preocupante: cerca de 10% da população tinha se refugiado em países vizinhos e 30% estavam na condição de deslocados internos. Além disso, o conflito também afetou as infraestruturas do país e 25% do orçamento nacional passou a ser gasto com segurança. Apesar de ser ainda uma percepção parcial sobre as consequências do conflito violento, a situação humanitária – atrelada às tentativas

fracassadas de acordo de paz – estaria por ser ainda mais prejudicada, interferindo no trabalho das agências humanitárias que atendiam a população vitimada pelo conflito violento.

Unless the international community responds quickly to enhance the humanitarian agencies' capacity to deliver relief assistance in time and in sufficient quantity, the situation may become desperate. I urge the international community to demonstrate its solidarity with the people of Sierra Leone, many of whom believe that the world has abandoned them. (UN, 1995b: 7)

Não bastasse o aspecto humanitário ser o mais preocupante, os recursos financeiros solicitados para atender a demanda social não eram disponibilizados em sua totalidade. Em Março de 1995, foi requisitado um aporte financeiro de US\$ 14,7 milhões para atividades emergenciais em parceria com as agências da ONU²⁹, mas somente 41% deste total foi liberado (UN, 1995b). A urgência para atender às necessidades humanitárias e financeiras no conflito resultam das preocupações com a segurança. *“Experience has shown (...) that the democratic process should not be held hostage to the intransigence of any particular group.”* (UN, 1995b: 8)

O confronto iniciado pela RUF também atingiu as áreas de semi-subsistência das populações rurais. Como os ataques aconteceram durante a época de estiagem, os fazendeiros não tiveram condições de armazenar comida, acarretando em até 80% o aumento da importação de cereais durante o conflito (UN, 1995b: 6). Além disso, o relatório expressava a necessidade em promover a garantia aos direitos humanos – no

²⁹ As agências da ONU questionadas para aporte financeiro foram: The United Nations Children's Fund (UNICEF), the World Health Organization (WHO), World Food Programme (WFP) e the United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs (OCHA) (UN, 1995b).

que concerne à proteção dos deslocados internos, refugiados, alimentação e assistência médica –, sendo que este aspecto é uma necessidade recorrente não só nos momentos que antecedem às duas missões de paz da ONU, mas mesmo após o fim destas intervenções.

To meet the emergency humanitarian needs of the war-affected population, especially those who are displaced, the Department of Humanitarian Affairs issued a one-year consolidated appeal for Sierra Leone in March 1996, followed by an update in September 1996. Of the \$57,8 million requested in the appeal, \$37,2 million has been pledged to date. (UN, 1997a: 7)

Os prejuízos causados às estruturas humanas também acarretam perdas no setor econômico. De acordo com o relatório, a maior parte dos conflitos violentos ocorreram em áreas ricas em minerais ao sul e ao leste de Serra Leoa (UN, 1995b: 5) e também em regiões aráveis. Como resultado, a produção de ouro e diamante registraram uma queda de 43 mil toneladas em 1991 para 38 mil toneladas em 1994, representando, aproximadamente, US\$ 30 milhões a menos nas exportações (UN, 1995b). No caso das regiões aráveis, o país perdeu em produção agrícola.

Income from production of cash crops has declined from US\$ 21 million in 1990 to US\$ 7,6 million in 1993, a fall of 64 per cent. At the same time, government expenditures have risen as a result of the war; it is estimated that some 75 per cent of total revenue is now spent on the war effort. (UN, 1995b: 5)

Diante do exposto, o conflito violento ocorrido no país desde 1991 acarretou estragos parciais ou totais nas estruturas físicas e sociais do país. Uma das recomendações da ONU foi instruir tanto o Departamento de Assuntos Humanitários

quanto o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para atuarem em conjunto, e em campo com o governo de Serra Leoa, com a finalidade de elaborar um plano de ação para a desmobilização e reintegração dos combatentes (UN, 1995b: 7).

No entanto, o posicionamento da ONU diante do conflito em Serra Leoa mudaria gradualmente à medida em que a situação securitária se mostrasse mais vulnerável diante das hostilidades da força rebelde. Assim, com o objetivo de contribuir para a restauração no que se refere ao respeito às leis, à ordem civil e aos direitos humanos em Serra Leoa, a instituição teria consultado a *United Nations High Commissioner for Human Rights (UNHCR)* quanto à possibilidade de envio de observadores de direitos humanos (UN, 1998d: 9). Neste momento, o CS apontou, pela primeira vez, o surgimento de uma missão de técnicos observadores em Serra Leoa, o que foi consolidado com a Resolução 1162 (UN, 1998f).

Conforme o documento, o Conselho de Segurança mencionava o envio, “com efeito imediato”, de 10 militares e conselheiros de segurança para um período de 90 dias, até Julho de 1998 (UN, 1998f). O objetivo era trabalhar juntamente com o Governo de Serra Leoa e da ECOMOG para monitorar a situação no país, identificar os combatentes e servir de base para futuras ações (UN, 1998f: 1-2), como também proibir o comércio e o fornecimento de armas dentro de Serra Leoa e dos países vizinhos (UN, 1998g: 1). “*ECOMOG had been unable to deploy in Sierra Leone to carry out the disarmament and demobilization (...), and it had therefore not been*

possible to deploy United Nations military observers alongside ECOMOG.” (UN, 1998d: 1) Esta situação torna clara a dificuldade que os militares observadores da ONU teriam ao realizarem a missão em Serra Leoa, porque se a ECOMOG não conseguia prover estabilidade securitária, certamente iria comprometer o trabalho de uma futura missão de paz diante das hostilidades.

Apesar de não ter oficializado uma missão em Serra Leoa mesmo com o fracasso dos acordos de paz e da situação humanitária consequente do conflito violento, esta decisão do Conselho de Segurança representou um primeiro passo quanto à uma intervenção da ONU no país. Nesse primeiro momento, são enviados oito militares para Freetown em 4 de Maio de 1998 *“to assess the situation with a view to finalizing plans for their deployment and for the disarmament of former combatants”* (UN, 1998h: 4). Desta maneira, a ONU se viu diante de uma situação em que não poderia mais se abster. Permanecer nas negociações dos acordos de paz não representaria nenhum avanço quanto à promoção da estabilidade no país – segurança, humana, política e econômica – mas acabaria por prolongar, gradativamente, o conflito violento e prejudicar o processo de reconstrução do país à medida que contribuía para a negligência das potencialidades humanas.

Capítulo 3 – As intervenções da ONU em Serra Leoa

Seguindo os diferentes mecanismos de intervenção da ONU para os países em conflito violento – *peace enforcement*, *peace making*, *peacekeeping* e *peacebuilding* – é possível argumentar que em diferentes momentos a ONU, no caso de Serra Leoa, conseguiu promover uma paz negativa e, em outros, prolongou e agravou os conflitos violentos já existentes. A análise destas dinâmicas é desenvolvida neste capítulo. Diante da existência de uma relação concomitante entre agente e estrutura, é possível identificar cada um destes elementos para, posteriormente, analisar sua interação. A estrutura, de acordo com a análise proposta nesta dissertação, é o conflito violento em Serra Leoa. Os agentes identificados são o governo de Serra Leoa, a RUF, a ONU, os governos da Libéria e da Guiné-Conakry, as agências humanitárias, as Organizações Não-Governamentais (ONG), bem como a população civil, principalmente refugiados e deslocados internos.

Entretanto, as ações da ONU, por meio de suas missões de paz, serão o cerne desta análise, identificando o agravamento do conflito violento e os pontos frágeis da intervenção da ONU a partir das ações promovidas nos setores securitário, humanitário, político e econômico, como também a discordância entre teoria e prática destas missões. A análise se dará em duas fases: a primeira missão de paz, *United Nations Observer Mission in Sierra Leone* – UNOMSIL (1998-1999); e a segunda missão de paz, *United Nations Mission in Sierra Leone* – UNAMSIL (1999-2005). A divisão proposta nesta análise tem o objetivo de apontar a dinâmica

identificada entre a promoção da paz e o prolongamento dos conflitos violentos.

3.1 – UNOMSIL: uma missão observadora

A primeira missão de paz da ONU em Serra Leoa – *United Nations Observer Mission in Sierra Leone* (UNOMSIL) – foi autorizada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas em 13 de Julho de 1998, conforme a resolução 1181 (UN, 1998j), e permaneceu no país até 22 de Outubro de 1999, pela Resolução 1245 (UN, 1999h). O início desta missão, mesmo que em caráter observador, aconteceu sete anos após a eclosão do conflito violento entre os rebeldes da RUF e o governo nacional e, no momento em que foi autorizada, as estruturas securitária, humanitária, política e econômica estavam em colapso.

Durante o período em que atuou em Serra Leoa, a UNOMSIL contou com o apoio de 210 militares observadores e 35 médicos e teve um aporte financeiro de US\$ 53,6 milhões (UN, 2011a). Seus objetivos destacavam apenas o monitoramento das situações militar e securitária no país; o desarmamento e a desmobilização dos combatentes; a garantia ao Direito Humanitário Internacional e o desarmamento voluntário dos integrantes da *Civil Defense Force* – CDF (UN, 1998j). A partir destes objetivos, ficou evidente que a ONU não assumia uma intervenção direta em Serra Leoa porque o seu interesse era tornar o governo nacional o responsável em promover a paz. Um pronunciamento feito pelo Conselho de Segurança reitera este raciocínio ao elucidar “*that a peaceful and lasting solution to the conflict in Sierra*

Leone remains the responsibility of the Government and people of Sierra Leone” (UN, 1999f: 2). Assim, as falhas da UNOMSIL podem ser verificadas a partir de uma análise da situação em Serra Leoa – apontada pelos relatórios da ONU publicados durante a missão no que se refere à segurança, condição humanitária, política e econômica – e das ações adotadas pela instituição.

3.1.1 – Situação securitária

A presença da UNOMSIL em Serra Leoa não apresentou melhorias quanto à segurança no país. Durante todo o período designado para esta missão, Serra Leoa testemunhou diversos momentos violentos, acentuando ainda mais a sua condição de ser representada como uma ameaça à paz e à segurança internacionais (UN, 1997f). As ações realizadas pela ONU nesta missão foram pontuais, e não indicavam o compromisso em intervir diretamente no conflito.

Logo após a autorização da UNOMSIL, Serra Leoa registrou aumento nos ataques das forças rebeldes, além de diversas atrocidades, como destruição de vilas, torturas, mutilações e execuções de civis (UN, 1998L: 2). No norte do país, por exemplo, os ataques das forças rebeldes foram intensificados (UN, 1998m).

In the first few days of December 1998, a large rebel force moving southwards and westwards launched coordinated and well-planned attacks on several locations (...) inflicting heavy casualties on civilians and property damage and causing thousands to flee and take refuge in the capital and surrounding districts (UN, 1998m: 4-5).

A consequência destas hostilidades foi uma redução no corpo das representações diplomáticas localizadas em Freetown. Neste momento, a embaixada do Reino Unido enviou dois aviões para a evacuação de funcionários e demais civis (UN, 1999b: 2), evidenciando que a situação securitária em Serra Leoa estava cada vez mais deteriorada, representada pelo fortalecimento da força rebelde (UN, 1998L: 11). Assim, era certo que o trabalho desempenhado pela UNOMSIL, e também pelas forças da ECOMOG e CDF, teriam dificuldades em promover o cessar-fogo entre as partes e, conseqüentemente, atingir os outros objetivos da missão. Isso porque quanto mais hostil estivesse a situação em Serra Leoa, mais dificultoso seria promover uma estabilidade securitária no país.

As formas de assistência, no que concerne à questão securitária, eram demonstradas pelo apoio da UNOMSIL concedido à ECOMOG e na formação do exército em Serra Leoa (UN, 1999d). Enquanto a ONU via na ECOMOG uma ferramenta capaz de atuar no processo de fim das hostilidades, dificilmente a instituição promoveria uma intervenção direta na região. Primeiro, porque as forças da ECOMOG estavam responsáveis em proteger os funcionários da ONU e os funcionários das agências humanitárias, conforme estabelecia o mandato desta missão (UN, 1998L: 4). Segundo, os incentivos externos fortaleciam a atuação da ECOMOG em Serra Leoa, como o aporte financeiro de 1 milhão de libras doado pelo Governo do Reino Unido ao Governo de Serra Leoa e às forças da ECOMOG (UN, 1999b: 2) e também a ajuda dos governos da Costa do Marfim, Gâmbia, Guiné-

Conakry, Mali e Níger quanto ao envio de tropas para atuar em conjunto com a ECOMOG.

Several countries in the region have already pledged to contribute some of the additional 6,000 ECOMOG troops already in the country, whose number has been estimated at 10,000 to 12,000. (...) My Special Representative, Mr. Francis G. Okelo, has initiated discussions on this matter, and the Chief Military Observer of UNOMSIL has been meeting with contingent commanders from the countries involved concerning their deployment and related expenses for in-country maintenance and other needs (UN, 1998L: 3).

Todos estes fatores, quando somados, acabam por influenciar a ONU na sua decisão de manter o caráter observador da UNOMSIL, o que tem impacto não só no prolongamento da violência, mas também no prolongamento de uma estrutura falhada quanto à sua missão de promover a paz. Os indícios de uma constante violência direta no país e da fragilidade da ECOMOG em prover segurança destacavam que as estratégias de promoção da paz realizadas até o momento não eram as mais eficazes. Seria necessário se pensar numa mudança de estratégia capaz de reverter a realidade de Serra Leoa, embora se reconhecesse que a UNOMSIL poderia intervir diretamente no conflito, além de facilitar as discussões entre o Governo e os rebeldes; ajudar a reativar o programa de desarmamento, desmobilização e reintegração à sociedade de ex-combatentes; apoiar iniciativas para a reconstituição de um exército nacional e a reforma da polícia nacional; e acompanhar a situação dos direitos humanos (ONU, 1999b: 6).

Entretanto, a situação se tornava mais drástica. Em Janeiro de 1999, os rebeldes atacaram Freetown e a região leste do país (UN, 1999d). Este confronto

resultou na morte de 3 mil a 5 mil pessoas, incluindo rebeldes; e também de soldados da ECOMOG e integrantes da CDF que atuavam na defesa da Capital, e também de cidadãos (UN, 1999d). Neste ataque, “*many civilians were severely mutilated by the rebels. Up to 150,000 people were displaced in and around Freetown, and the rebels burnt down large numbers of public building and homes*” (UN, 1999d: 1).

Consequentemente, a situação securitária em Freetown se tornou ainda mais volátil (UN, 1999d: 2) e, diante das hostilidades, a UNOMSIL evacuou todos os seus funcionários, veículos e equipamentos – como também assim procederam outras agências da ONU, Governo e demais Organizações Não-Governamentais (ONG) – realocando-os com redução de funcionários (UN, 1999d: 2). Na tentativa de prover uma melhor intervenção em Serra Leoa e reconhecendo que seria preciso atuar eficazmente, a UNOMSIL expandiu suas responsabilidades, incluindo:

- a) o fortalecimento e expansão dos contatos estabelecidos pela UNOMSIL com as tropas da RUF;
- b) a extensão do monitoramento do cessar-fogo para outras áreas geográficas;
- c) a assistência ao *Ceasefire Monitoring Committees* e à *Joint Monitoring Committee* no que concerne à manutenção do cessar-fogo;
- d) o monitoramento das situações militares e securitárias;
- e) a assistência e o monitoramento do desarmamento e da desmobilização dos combatentes em áreas onde a segurança possa ser providenciada;
- f) a atuação em conjunto com organizações humanitárias e troca de

informações sobre as condições de segurança para possibilitar o acesso da assistência humanitária;

g) a atuação em conjunto com as agências de direitos humanos;

h) a constante atuação em conjunto com a ECOMOG;

i) o preparo de planos para o envio de tropas neutras de *peacekeepers* (UN, 1999j: 8-9).

A decisão do Conselho de Segurança, ao criar a UNOMSIL e expandir suas funções, foi bem aceita pelo Governo e pela população de Serra Leoa (UN, 1999k: 10). A inclusão de mais funções da missão não representa, necessariamente, uma melhoria no aspecto securitário. Mas, sim, uma adequação das estratégias da ONU face aos desafios securitários. *“The security situation in Sierra Leone has remained rather tense (...), though the ceasefire has generally been holding, apart from minor incidents connected with rebel forces foraging for food.”* (UN, 1999m: 3)

O fim das hostilidades representava o início de um processo de paz em Serra Leoa, marcado pelo fim dos ataques diretos. No entanto, este processo se tornou cada vez mais difícil de ser atingido porque as ações da UNOMSIL estavam limitadas aos resultados obtidos pelas ações do Governo de Kabbah, das forças da ECOMOG e da CDF. Apesar da limitação destas ações, a ONU via a UNOMSIL como uma demonstração, tanto para o Governo de Serra Leoa quanto para a população local, de que a comunidade internacional estava empenhada na restauração da ordem e da paz (UN, 1998m: 14-15), mesmo reconhecendo que *“the restoration of stability in Sierra*

Leone will be a long and arduous process and will continue to require military support as well as various other forms of assistance” (UN, 1998m: 16). Portanto, o surgimento da UNOMSIL já estaria sujeito a ser um paliativo para o conflito violento, uma vez que os seus objetivos não condiziam com a promoção de uma intervenção direta para o fim das hostilidades entre as partes.

3.1.2 – Situação humanitária

Pôr fim às hostilidades entre a RUF e o Governo de Serra Leoa – representadas pelo fim dos ataques das forças armadas e o monitoramento do cessar-fogo – significa interferir, diretamente, na diminuição do agravamento da situação humanitária no país. O fim do ataque das forças armadas e o monitoramento do cessar-fogo incidiriam sobre o fim da violência direta e reverteriam o quadro referente à situação dos refugiados, deslocados internos, mutilações e assassinatos, como também facilitaria a chegada de mantimentos da ajuda humanitária às comunidades que tivessem o acesso prejudicado em decorrência dos confrontos. No momento em que a UNOMSIL foi autorizada, Serra Leoa continuava a ser vista com extrema preocupação pela comunidade internacional.

The Security Council also expresses its concern at the serious humanitarian consequences of the escalating fighting in Sierra Leone. It calls on all States and international organizations to provide appropriate humanitarian assistance and on all parties in Sierra Leone to afford humanitarian access. (UN, 1999a: 2)

E a situação humanitária só tenderia a se agravar ainda mais porque os recursos financeiros solicitados pela ONU não eram enviados em sua totalidade. Em Agosto de 1998, somente 5% dos U\$ 20,5 milhões requisitados pela UNOMSIL tinham sido recebidos (UN, 1998k: 10). Esta condição prejudicaria ainda mais os trabalhos relativos às melhorias humanitárias, com tendência ao agravamento desta realidade. *“Humanitarian organizations (...) continue to face fundamental questions on the modalities for the delivery of relief assistance in an environment characterized by unpredictable hostilities and systematic human rights abuses.”* (UN, 1998k: 10)

Durante o mês de Setembro do mesmo ano, a UNOMSIL recebeu diversos relatórios sobre crimes contra a humanidade (UN, 1998L: 5). No entanto, assim como no setor securitário, a UNOMSIL não estava apta a atuar diretamente no conflito. E por mais que a UNOMSIL não pudesse intervir diretamente para conter o agravamento da situação humanitária, o mandato da missão possibilitou o surgimento de uma unidade de direitos humanos para atuar como meio de coordenação e troca de informações em diferentes setores – público e privado – sobre a prática e a garantia dos direitos humanos em Serra Leoa (UN, 1998L: 7).

Sua principal tarefa era promover assistência para que o Governo de Serra Leoa conhecesse suas obrigações sobre os tratados internacionais em matéria de direitos humanos, principalmente os especificados acerca da Convenção Sobre os

Direitos da Criança³⁰, além de atuar como facilitador para o restabelecimento do sistema judicial na área em específico (UN, 1998L: 7) e incentivar a liderança da ECOMOG para sensibilizar todas as tropas com o propósito de garantir o pleno respeito ao direito humanitário internacional. *“The mission's human rights unit stands ready to assist ECOMOG with technical advice if needed.”* (UN, 1998L: 6) O fortalecimento desta posição da ONU é mantida a partir dos resultados da atuação da ECOMOG quanto à questão humanitária.

In line with the institution-building aspects of the UNOMSIL human rights mandate, the Mission has started several training initiatives in close collaboration with the Government and with national and international human rights non-governmental organizations and the National Commission for Democracy and Human Rights. (UN, 1998L: 7)

O trabalho desempenhado pela UNOMSIL, no que se refere à garantia dos direitos humanos e na ação conjunta com as demais agências das Nações Unidas, é o que representa a construção de diferentes mecanismos capazes de promover uma paz positiva. Mas, enquanto as hostilidades tornavam-se mais graves no país, as potencialidades humanas estavam cada vez mais passíveis de serem negligenciadas. Da mesma forma seria com o trabalho desempenhado pelas agências da ONU, que estaria predestinado a não atender a população vitimada pelo conflito violento, seja

³⁰ A Convenção Sobre os Direitos da Criança foi adotada pela Assembleia Geral da ONU em 20 de Novembro de 1989. Serra Leoa ratificou a Convenção em Junho de 1990 e mais dois Protocolos opcionais em Setembro de 2001, sobre o Trabalho Infantil, Prostituição Infantil e Pornografia Infantil; e em Maio de 2002, sobre o envolvimento de crianças em conflitos armados. Esses Protocolos foram compilados, subsequentemente, na legislação nacional em 2007, a *Child Rights Act*, o que substituiu toda a legislação nacional e é considerada compatível com a Convenção e com a Carta Africana sobre os Direitos e Bem-Estar da Criança. UNICEF *“Child rights in Sierra Leone”* www.unicef.org/rightsite/sowc/pdfs/panels/Child%20rights%20in%20Sierra%20Leone.pdf [10 de Junho de 2012].

no que se refere à doação de alimentos ou atendimento médico.

A evidência desta realidade surge com as proporções das crises humanitárias que estavam ocorrendo em áreas isoladas do país, o que levava ainda mais ao deslocamento da população interna (UN, 1998L: 9), como também a casos de desnutrição e mortes causadas por doenças. Programa Alimentar Mundial (PAM) continuava a providenciar assistência alimentar aos grupos vulneráveis, fazendeiros e instituições nas áreas mais acessíveis (UN, 1998L: 9), enquanto que a atuação do *World Health Organization* (WHO) confirmou que uma série de mortes foi causada por cólera; e a taxa de mortalidade infantil se encontrava elevada: 1.800 para 100.000 nascidos vivos (UN, 1998L: 10). Além disso, o Conselho de Segurança destacou o trabalho das agências da ONU diante da quantidade de refugiados e da demanda deste setor para minimizar a situação humanitária no país (UN, 1999a: 2). “*The number of refugees in neighbouring countries has increased to an estimated 450,000, with an estimated 700,000 internally displaced persons.*” (UN, 1999d: 7)

Paralelo às ações das agências da ONU, a UNOMSIL continuava, dentro de recursos limitados, a assistir o Governo de Serra Leoa e a sociedade civil no que se referia à proteção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais (UN, 1998m: 9). Durante o mês de Novembro de 1998, a UNOMSIL facilitou um programa de monitoramento em direitos humanos no país e contou com a participação de 70 pessoas (UN, 1998m: 9). A intenção deste programa era capacitar multiplicadores para atuarem por toda a Serra Leoa e desenvolver trabalhos em conjunto com a

UNOMSIL, que continuava a promover uma cultura sobre a importância da garantia dos direitos humanos (UN, 1999m: 4).

Concern over violations of human rights and the prevention of further violations stand at the heart of the Sierra Leonean conflict. For that reason, and in view of the scale and enormity of the violations inflicted recently in Freetown, I intend to deploy an additional human rights officer to UNOMSIL. This will enable the human rights component to expand its reporting and deepen its coverage of human rights abuses in Sierra Leone, as well as to maintain its technical cooperation activities with Sierra Leonean human rights organization. (UN, 1999d: 10)

Em outra ocasião, o escritório da UNOMSIL para os direitos humanos visitou Freetown e cidades do resto do país para monitorar a situação no local e constatou que *“the ultimate responsibility for the fighting, for most of the civilian casualties and for the related humanitarian emergency in Freetown rested with the rebels forces”* (UN, 1999d: 5). A razão para que a RUF tenha sido a responsável sobre as violações dos direitos humanos discorre sobre o fato de que os rebeldes raptaram diversas pessoas de Freetown e de outras cidades, principalmente as crianças, para servirem em suas bases (UN, 1999d: 6) e pelas atrocidades no país, que resultaram no aumento de refugiados e deslocados internos.

O mais interessante, neste aspecto, é analisar que a força rebelde foi apontada como a principal responsável pelas violações de direitos humanos em Serra Leoa (TRC, 2004), e não perceber que a força revolucionária foi um resultado da violação de direitos humanos cometida pelos governos de Serra Leoa, representando a estrutura de um Estado falhado (Hirsch, 2010). Esta perspectiva é válida para

compreender o surgimento do conflito violento e que a existência de atores externos, como os do conflito na Libéria, também são apontados para o agravamento desta situação humanitária.

3.1.3 – Situação política e econômica

O processo de construção da paz em Serra Leoa não corresponde somente aos aspectos securitários ou à melhoria da situação humanitária, mas também inclui as estabilidades políticas e econômicas do país. Desde o início do conflito violento perpetrado pela RUF, Serra Leoa apresentou diversas oscilações na política: seja por meio de mandatos políticos extensos e a consequente violação dos direitos humanos ou pelos constantes golpes de estados ocorridos nos anos seguintes aos confrontos. Desta maneira, a instabilidade política tornou-se um entrave para a promoção da paz no território e também para os países vizinhos.

Apesar do cenário de instabilidade na política, a UNOMSIL também não interviu neste aspecto. As ações tiveram ajuda inicial do Governo do Reino Unido “*[that] has taken the initiative of convening an international contact group on Sierra Leone in London early in November*” (UN, 1998L: 2), mas a responsabilidade em prover estabilidade neste setor era exclusivamente do governo de Serra Leoa, “*[that] has continued its efforts to consolidate its position, to restore the stability of the country and to improve relations with its neighbours*” (UN, 1998m: 1).

Na tentativa de conter ainda mais as hostilidades, os dois presidentes – Kabbah, de Serra Leoa, e Charles Taylor, da Libéria – mantiveram contato por telefone e assumiram o fortalecimento das relações entre os dois países (UN, 1998L). “*The two leaders were reported to have agreed to be in regular telephone contact in order to work towards strengthening relations. I welcome this constructive approach.*” (UN, 1998L: 2)

O primeiro resultado deste contato foi o ressurgimento da *Mano River Union* (MRU)³¹. Os três chefes de Estado – Serra Leoa, Libéria e Guiné-Conakry – se comprometeram a assegurar, novamente, a observância do Acordo de Cooperação e Não-Agressão entre esses três países. Assim, “[*t*]he three Heads of State agreed to work collectively to restore peace in Sierra Leone and [*to*] maintain stability in the subregion (UN, 1998m: 3). Mas as negociações para a construção da paz em Serra Leoa só aconteceriam de uma forma eficaz caso as hostilidades fossem cessadas. Foi o que ficou proposto pelo presidente do Togo, Gnassingbé Eyadema, em 7 de Janeiro de 1999, numa recomendação direcionada ao presidente de Serra Leoa, Kabbah (UN, 1999b: 4). Conforme sua recomendação, as forças da ECOWAS e ECOMOG atuavam em prol da paz e esta missão existia para apoiar o governo de Serra Leoa e pôr fim ao conflito violento.

³¹ A *Mano River Union* (MRU) foi criada em 1973 a partir de um acordo de cooperação econômica entre Libéria e Serra Leoa. Em 1980 a República da Guiné foi admitida como membro, seguida da Costa do Marfim, em 2008. O acordo estabelecia uma base econômica com perspectiva de promoção da paz, da amizade, da liberdade e do progresso entre esses países signatários. World Bank "The Mano River Declaration" <http://wits.worldbank.org/GPTAD/PDF/archive/MRU.pdf> [10 de Junho de 2012].

President Edayema urged the President of Sierra Leone and the head of the rebel forces to order their troops to lay down their arms in order to permit the opening of a political dialogue between the Sierra Leonean brothers with a view to a definitive settlement of the crisis. (UN, 1999b: 4)

E, neste momento, o Governo de Serra Leoa estava impossibilitado de prover avanços quanto ao fim das hostilidades. Consequentemente, o setor político continuaria instável. O país mostrava-se totalmente dependente de intervenções externas por não haver condições de gerir o conflito de forma independente. Quanto mais a UNOMSIL protelava uma intervenção direta, mais o conflito violento adquiria novas proporções.

Diante desta situação, o presidente Kabbah pressionou ainda mais a ONU para que as resoluções pudessem ser mais eficazes. Ele pediu ao Conselho de Segurança, especialmente seus membros permanentes, para que fosse exercida pressão sobre os Estados e os indivíduos que continuavam a fornecer as armas e logística usadas para alimentar o conflito (ONU, 1999d: 3-4).

President Kabbah stated that it was no longer enough for the Council to condemn the activities of the rebels, but to consider the possibility of taking further action, not excluding the threat of force, against the rebels in order to give effect to the Council's previous demands that the rebels cease all violence and seek genuine dialogue for the restoration of lasting peace and stability in Sierra Leone. (UN, 1999d: 4)

O pedido de Kabbah, referente a uma intervenção mais ativa da ONU, pode

ser analisado tendo como base o poder normativo que a instituição estabelece numa determinada estrutura e que, indiferentemente, não acarreta na mudança estrutural. Assim como o Conselho de Segurança “condenou” os ataques da força rebelde, o seu posicionamento em diferentes momentos do conflito violento, em que o CS “*demands that the rebels lay down their arms immediately and cease all violence*” (UN, 1999a: 1), “*stresses the importance of dialogue and national reconciliation for the restoration of lasting peace and stability to Sierra Leone*” (UN, 1999a: 1), “*expresses its concern at the serious humanitarian consequences of the escalating fighting in Sierra Leone*” (UN, 1999a: 2), “*urges all States urgently to provide resources (...) to help maintain an effective peacekeeping presence in Sierra Leone*” (UN, 1999a: 2), “*expresses its intention to continue to monitor the situation closely, and to consider urgently any further action which may be necessary*” (UN, 1999a: 2), “*commends, once again, the continued efforts of the Government of Sierra Leone and the ECOMOG (...) and calls for sustained support for ECOMOG from the international community*” (UN, 1999f: 1) e “[s]tresses the urgent need to promote peace and national reconciliation and to foster accountability and respect for human rights in Sierra Leone” (UN, 1999L: 2), não representaram a intenção de promover uma intervenção, e sim o afastamento da responsabilidade da ONU em estabelecer e promover a paz, tanto negativa quanto positiva.

O segundo resultado obtido com o contato entre os três líderes da *Mano River Union* foi o anúncio feito pelo Governo da Libéria, em que destacava, junto à ONU, o repatriamento dos cidadãos e ainda oferecia anistia aos libérios que se encontravam

na luta em Serra Leoa (UN, 1999d: 5).

The Government of Liberia also renewed its request to the Security Council to approve the deployment of United Nations monitors along with ECOMOG forces at the Liberia/Sierra Leone border in the light of repeated allegations of illegal shipments of arms to the rebels. (UN, 1999d: 5)

Por mais que a ONU quisesse se abster de uma intervenção mais direta em Serra Leoa, os processos políticos entre os países que integram a *Mano River Union*, acabavam por influenciar a atuação da instituição. E, mesmo que a passos lentos, a missão da ONU mudava seu escopo por mostrar-se ineficiente e distante dos princípios de promoção da paz e segurança mundiais. O futuro da UNOMSIL – quanto ao escopo da missão, mandato e configuração – dependia de dois fatores: da assinatura de qualquer acordo de paz entre o Governo e a RUF e o fortalecimento das atividades realizadas pela ECOMOG (UN, 1999g).

O primeiro fator – a assinatura do Acordo de Paz Lomé – aconteceu em 18 de Maio de 1999 (UN, 1999g) e foi considerado um marco para o processo de paz em Serra Leoa, porque as partes envolvidas no conflito violento, principalmente a RUF/AFRC, propuseram condições e demandas para o fim da violência, como a anistia para todos os combatentes da RUF e da AFRC e o estabelecimento de 4 anos de Governo transicional (UN, 1999g).

The main functions of the transitional Government would include the drafting of a new constitution; the reform of the national security forces and civil service; the encampment, disarmament, demobilization and reintegration of all combatants; and the establishment of a national electoral commission. RUF expressed readiness to convert itself into a political party. (UN, 1999g: 2)

Em resposta às condições apresentadas pela RUF/AFRC, o Governo de Serra Leoa enfatizou que a proposta de anistia para todos os combatentes seria examinada tendo a perspectiva de construção de uma paz permanente, enquanto que muitas violações contra os direitos humanos foram cometidas contra os cidadãos de Serra Leoa (UN, 1999g: 2). Além disso, “[i]he government statement endorsed the importance of the transformation of RUF into a political party and pledged the Government's full support for that process” (UN, 1999g: 2).

A assinatura do acordo representou, para a ONU, uma oportunidade de reparar alguns danos causados pelo conflito violento e ser um instrumento para a promoção da paz e o estabelecimento da prosperidade (UN, 1999m). No entanto, o processo de paz em Serra Leoa será resultado, também, de um esforço nacional conciliado com assistência internacional. “*Many of the efforts needed are of a long-term nature, requiring the commitment of the Government and donors for many years to come.*” (UN, 1999m: 12)

O segundo fator – fortalecimento das atividades da ECOMOG – era incerto. Desde o início de sua atuação em Serra Leoa, o fortalecimento da ECOMOG se mostrou vulnerável às hostilidades da RUF/AFRC e, mesmo assim, a ONU estabeleceu que a “*ECOMOG would remain in Sierra Leone as a stabilizing influence, with a well-defined mandate that would include ensuring the security of*

vital areas of the country” (UN, 1999g: 12). No entanto, a ONU recomendou ao Conselho de Segurança o envio da *United Nations force* que, em atuação conjunta com os militares observadores da UNOMSIL, integrasse a nova fase da intervenção em Serra Leoa, denominada de *United Nations Mission in Sierra Leone – UNAMSIL* (UN, 1999m: 13).

3.2 – UNAMSIL: uma missão de paz?

As hostilidades recorrentes durante as tentativas de promoção da paz em Serra Leoa evidenciavam a necessidade de uma intervenção direta no país. Era visível que os objetivos propostos pela UNOMSIL precisavam ser reformulados e ampliados para pôr fim a essas hostilidades. As constantes fragilidades nos setores securitário, humanitário, político e econômico, assim como as deficiências do Governo de Serra Leoa, das forças da ECOMOG e da CDF em lidar com o conflito, acarretaram no surgimento de uma nova fase de intervenção da ONU no país – a *United Nations Mission in Sierra Leone* (UNAMSIL).

Autorizada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas em 22 de Outubro de 1999, conforme a resolução 1270 (UN, 1999n), a UNAMSIL permaneceu em Serra Leoa até 31 de Dezembro de 2005, pela Resolução 1620 (UN, 2005f), totalizando seis anos de intervenção. Diferente da primeira missão, a UNAMSIL esteve mais ativa em Serra Leoa, seja por meio da quantidade de militares a atuarem no processo de paz, das unidades da ONU espalhadas em quase

todo o território do país, como também pela responsabilidade que a instituição assumiu ao garantir a segurança dos seus funcionários, sem excluir as responsabilidades do Governo de Serra Leoa e da ECOMOG em atuarem em conjunto neste setor (UN, 1999n).

Acting under Chapter VII of the Charter of the United Nations, [the Security Council] decides that in the discharge of its mandate UNAMSIL may take the necessary action to ensure the security and freedom of movement of its personnel and, within its capabilities and areas of deployment, to afford protection to civilians under imminent threat of physical violence, taking into account the responsibilities of the Government of Sierra Leone and ECOMOG. (UN, 1999n: 3)

Desta forma, o segundo momento de intervenção pode e deve ser analisado como consequência do processo de interação entre os diferentes agentes do conflito nos diferentes setores: securitário, humanitário, político e econômico. E o resultado desta interação pode ser percebida tanto na mudança de fase das missões, como nos objetivos que cada uma dessas intervenções da ONU estabeleceu para a conquista da paz em Serra Leoa:

- a) cooperar com o Governo de Serra Leoa e outras partes para a implementação do Acordo de Paz Lomé;
- b) assistir o Governo de Serra Leoa na implementação do plano de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR);
- c) estabelecer presença em locais-chave no território de Serra Leoa;
- d) garantir a segurança e a livre circulação dos funcionários da ONU;
- e) monitorar o cessar-fogo conforme estabelecido no Acordo de Paz de Lomé;

- f) encorajar as partes a criarem *confidence-building mechanisms* e prover suporte para o seu funcionamento;
- g) facilitar a chegada de assistência humanitária;
- h) dar suporte às operações dos oficiais da ONU;
- i) dar suporte, quando requisitado, a eleições (UN, 1999n: 2-3).

Nesta fase, a UNAMSIL atingiu alguns objetivos, como o desarmamento de centenas de ex-combatentes, assistência nas eleições presidenciais, ajuda na reconstrução da força policial e contribuição para o funcionamento da infraestrutura governamental e dos serviços básicos para a comunidade (UN, 2001b). No entanto, o seu funcionamento se mostrou vulnerável às hostilidades em Serra Leoa, quando centenas de *peacekeepers* foram sequestrados em Maio de 2000 (UN, 2000g) e, posteriormente, quando o processo de paz sofreu influência da eclosão do conflito na Libéria (UN, 2000m). Este fato foi fundamental para que o Conselho de Segurança autorizasse a mudança de escopo da missão, com um caráter mais de *peace enforcement* e pela adoção do Relatório Brahimi pela ONU quanto ao fortalecimento das missões de paz (UN, 2000g: 15; 2000m: 8).

In addition, it would be essential for the international community to demonstrate the necessary will and resolve to sustain such a commitment to impose peace in Sierra Leone. If such conditions cannot be met, UNAMSIL would unduly raise expectations, increase the risk of loss of life, and undermine the credibility of the Organization. (UN, 2000g: 15)

Assim, como na primeira missão, a análise sobre o prolongamento do conflito

violento pela ONU se dará a partir do envolvimento da UNAMSIL nas situações securitária, humanitária, política e econômica. O objetivo é identificar as falhas em diferentes momentos do processo de paz nesta segunda fase, como também mostrar os avanços realizados pela ONU em cada um dos setores mencionados e justificar a necessidade de manter a presença da ONU em Serra Leoa mesmo após o fim do conflito violento iniciado em 1991.

3.2.1 – Situação securitária

A situação securitária que se alastrava desde o início do conflito violento perpetrado pela RUF pode ser considerada como um dos principais fatores para o fracasso das intervenções da ONU em Serra Leoa. A mudança de missão não alterou, de imediato, a responsabilidade da ONU quanto à promoção do fim das hostilidades. Assim, a missão continuava a atuar em conjunto com as forças da ECOMOG para garantir a segurança no país e para implementar o plano de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração – DDR (UN, 1999o). Gradativamente, a situação se tornava mais hostil, resultando em ataques em Outubro e Novembro de 1999, como consequência das violações no acordo de cessar-fogo e de abusos contra os direitos humanos (UN, 1999o: 2).

A fragilidade neste setor prejudicou o desenvolvimento da missão, que passou a ser alvo de ataques da RUF, como o ocorrido em 3 de Janeiro de 2000, quando 100 combatentes tentaram atingir a unidade da UNAMSIL responsável pelo programa de

desarmamento (UN, 2000a: 3). Com a tentativa de ataque contra a instituição, a ONU reconheceu que estabelecer e manter a segurança no país – que representa a remoção das ameaças a partir da implantação do programa de reintegração dos ex-combatentes e a promoção da normalidade para os setores sociais e econômicos em Serra Leoa – são condições essenciais para o sucesso do processo de paz. “*Security is also necessary to implement the political and human rights-related provisions of the Lomé Agreement and to ensure humanitarian assistance throughout the country.*” (UN, 2000a: 5) Neste momento, a UNAMSIL passou a assumir, gradativamente, uma responsabilidade maior sobre a segurança no país por reconhecer que o processo de paz ainda se encontrava muito frágil (UN, 2000a: 9). A primeira medida foi assumir a responsabilidade da ECOMOG aumentando o campo de atuação da UNAMSIL “*in order to enable UNAMSIL to assume many of the functions (...) assigned to ECOMOG*” (UN, 2000a: 10). A expansão da UNAMSIL requisitada incluía o envio de forças armadas compostas por 11,100 militares (UN, 2000a, 2000c).

Apesar da Resolução 1289 (UN, 2000c) ter aumentado o número de militares da ONU, as hostilidades prejudicaram os trabalhos dos *peacekeepers*, comprometendo a eficiência da intervenção da UNAMSIL. O processo de paz estabelecido pelos *peacekeepers* sofreu diversos ataques, com a detenção de funcionários da ONU e a destruição do campo disponibilizado para o programa de desarmamento e desmobilização de ex-combatentes (UN, 2000g: 1).

As at 15 May, the total number of UNAMSIL personnel presumed to be in

the hands of RUF stands at 352. As a result of the fighting, a total of 25 UNAMSIL soldiers have been wounded. Fifteen United Nations soldiers remain missing, and it is feared that some of them may have lost their lives. RUF casualties are unknown, although reports indicate that RUF may have suffered a relatively high number of casualties. (UN, 2000g: 10)

Diante das circunstâncias, a recomendação feita pela ONU e para a ONU foi a de assumir o controle em Serra Leoa e, assim, minimizar o conflito e as divergências existentes tanto entre o governo nacional e os rebeldes da RUF quanto entre os rebeldes da RUF e os *peacekeepers* da ONU. A recomendação proposta pela ONU para evitar que as hostilidades atrapalhassem a implantação do processo de paz foi reforçar, imediatamente, as suas capacidades de defender posições estratégicas, como no aeroporto em Lungi, na península de Freetown e outros locais ao leste e oeste do país, bem como o aumento do número de *peacekeepers*, passando para 13 mil militares (UN, 2000g: 12). *“However, in the present circumstances this will not be enough to create conditions which would be conducive to the establishment of a lasting peace.”* (UN, 2000g: 15) Neste mesmo sentido corrobora Pinto, ao destacar que “a falta de preparação adequada dos *peacekeepers* e a sua vulnerabilidade face aos beligerantes (...) expõem as fragilidades e a inadequação dos moldes actuais do *peacekeeping*” (2011: 162).

Temendo que a situação securitária se tornasse mais complicada para estabelecer um processo de paz, o envio das tropas da UNAMSIL foi realizado em quatro fases (UN, 2000m: 4), como uma estratégia de prover ações necessárias ao acompanhamento da missão e como resultado das interferências de outros agentes no

conflito. A primeira fase consistia na presença da UNAMSIL em locais estratégicos a oeste e leste de Serra Leoa e a inclusão de uma unidade de monitoramento pelo mar, com ponto de apoio em Freetown (UN, 2000m: 4-5). A segunda fase, a depender das condições no terreno e associadas às atividades estabelecidas pelo plano DDR, a UNAMSIL avançaria gradualmente para leste, dependendo de uma análise cuidadosa da situação no território e garantir a segurança quanto ao processo de inclusão dos ex-combatentes na sociedade (UN, 2000m: 5). A terceira fase seria o envio de tropas da UNAMSIL para as áreas de produção de diamantes e áreas fronteiriças na *Eastern Province* de Serra Leoa. (UN, 2001d: 4) e, a última fase estaria marcada pela transição da responsabilidade sobre segurança para o Governo de Serra Leoa como proposta da diminuição da atuação da UNAMSIL no país.

Therefore, once the necessary security conditions have been put in place, it is expected that UNAMSIL would begin to hand over its security responsibilities to the armed and police forces of the Government, and gradually to reduce its strength. (UN, 2000m: 5)

A implementação dessas fases exigiria uma presença muito forte de efetivos para a manutenção da paz, que deveriam operar com base em um mandato claramente definido e implementável com prazos realistas (UN, 2000m: 6). Enquanto a diminuição da tropa da UNAMSIL não era realizada, as ações da missão estavam empenhadas em fortalecer o seu poder militar (UN, 2000m). O fortalecimento poderia surgir por meio da aquisição de materiais que pudessem monitorar a região por 24 horas (UN, 2000m: 6), mas também de outros atores externos, como o apoio do Governo do Reino Unido, ao anunciar um pacote de assistência militar tanto para

o Governo de Serra Leoa quanto para a UNAMSIL, que incluía o treinamento das Forças Armadas de Serra Leoa para atuar em conjunto com a missão de paz da ONU (UN, 2000r: 8).

O ano de 2001 foi marcado pelos confrontos ocorridos nas fronteiras de Serra Leoa com a Guiné-Conakry que intensificaram as hostilidades e migraram do âmbito interno para o externo do país, agravando ainda mais a situação securitária. Em resposta aos ataques transfronteiriços, as forças guineenses intensificaram bombardeios e lançaram ataques com helicóptero em posições que seriam supostamente pontos de apoio da RUF, causando mortes de civis e deslocação interna de pessoas (ONU, 2001a: 4). Todos estes acontecimentos em Serra Leoa evidenciam o constante agravamento securitário no país, dificultando o processo de paz. Primeiro, o conflito na Libéria poderia ocasionar o surgimento de um ciclo vicioso entre os dois países. De acordo com a ONU (2002e: 7), dois fatores:

The impact of the conflict in Liberia on Sierra Leone's stability remains a source of serious concern, as does the new dimension added to the instability in the subregion by the conflict in Côte d'Ivoire. It is inconceivable to contemplate sustained peace in Sierra Leone in an unstable neighbourhood. (UN, 2003c: 16)

E, o segundo desafio neste processo estaria relacionado com a falta de preparação e a falta de capacidade de as forças armadas de Serra Leoa e a polícia civil do país em assumir a segurança em todo o território após o fim da UNAMSIL (UN, 2002e: 7). Visto que o conflito armado chegara ao fim em 2002 (UN, 2002h), a

preocupação da ONU sobre a capacidade de Serra Leoa assumir a segurança no país é decorrente do conhecimento que a instituição tinha sobre as fragilidades apresentadas neste setor por parte do governo nacional (UN, 2003b: 1). Serra Leoa estaria preparada para assumir a segurança do país após o fim da UNAMSIL? Independente de a resposta ser positiva ou não, a UNAMSIL começou a diminuir seu contingente (UN, 2003b: 1).

Além disso, a diminuição gradual da UNAMSIL ocorreu porque a ONU não acreditava mais que existiam “ameaças” à segurança do país, principalmente na região central de Serra Leoa (UN, 2003e: 2) e que o processo de paz interno dependia diretamente do processo de paz na subregião, principalmente na Libéria e na Costa do Marfim (UN, 2003f: 1). Paralelo à diminuição do contingente da missão, a UNAMSIL continuou a prover suporte ao Governo de Serra Leoa no que se refere ao trabalho conjunto para fortalecer a estrutura de Estado quanto ao policiamento na fronteira, segurança aeroportuária, inteligência criminal, política e planejamento, suporte familiar e juvenil, enquanto que o Governo do Reino Unido e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) lideravam os esforços para equipar a polícia e reabilitar sua infra-estrutura (UN, 2004a: 3).

Neste sentido, a Resolução 1562 (UN, 2004f), que autorizou a permanência da UNAMSIL até o fim de 2005, previa uma nova fase de intervenção da ONU nos anos seguintes. A justificativa usada para a continuidade da missão foi mostrar à população que as Nações Unidas “*[are] not leaving Sierra Leone altogether, but will*

be adjusting its strategy in the light of new challenges” (UN, 2005b: 14). Para continuar com o trabalho de fortalecimento das estruturas do Estado e, conseqüentemente, suprir a demanda destes novos desafios na promoção da paz, foi necessário estabelecer uma seqüência de ações no aspecto securitário, como o suporte às forças armadas e à polícia civil no patrulhamento das áreas de produção de diamante, suporte à polícia civil na manutenção da ordem interna e da Corte Especial para Serra Leoa, assistência à Serra Leoa no programa de recrutamento, treinamento e monitoramento para a polícia, proteção dos funcionários da ONU (UN, 2004f: 2). No entanto, a situação em Serra Leoa continuava frágil (UN, 2005b: 16) e muito ainda precisava ser feito no setor securitário para que o país pudesse conquistar sua estabilidade e se recuperar das conseqüências do conflito armado.

3.2.2 – Situação humanitária

As hostilidades presentes em Serra Leoa afetaram diretamente as questões humanitárias no país. Durante a segunda fase da missão da ONU, a situação relativa aos direitos humanos se mostrou pior. A frequência com que os ataques ocorriam prejudicava ainda mais a livre circulação de civis e o acesso da ajuda humanitária (UN, 1999o: 5-7). O resultado desta realidade pode ser constatado pelos 2,6 milhões de civis que permaneceram sem ajudas alimentares e medicamentosas durante meses (UN, 2000a: 5). Além disso, esta realidade foi influenciada negativamente pelos ataques da RUF contra os funcionários da UNAMSIL ocorridos em Maio de 2000 (UN, 2000j: 1). E mesmo que houvesse o fim do conflito violento, os prejuízos

humanos iriam se perpetuar a longo prazo. A justificativa para esta análise é porque o conflito violento não só acarretou a destruição das estruturas físicas, como prédios, casas e estradas, mas também sustentou e agravou outros tipos de violência, principalmente as cometidas contra crianças, mulheres, deslocados internos e refugiados, como salienta González (2011) ao destacar que:

los conflictos armados siguen cobrándose víctimas y siguen siendo la causa principal de desplazamientos masivos de personas, com la secuela de millones de refugiados y desplazaos internos y de daños catastróficos que, a la salida del conflicto, hacen muy difícil la reconstrucción de la vida colectiva. (González, 2011: 9-10)

Este cenário se constituiu no principal desafio – tanto para o Governo de Serra Leoa quanto para a missão de paz da ONU – no que se refere à promoção das potencialidades humanas. Portanto, quais os prejuízos causados à população vitimada quanto ao conflito perpetrado pela RUF, à fragilidade do governo nacional em prover a segurança e a garantia aos direitos humanos e à demora da ONU em promover uma missão de paz? Essas três questões devem ser apresentadas correlacionadas porque a situação humanitária não pode ser vista como consequência apenas dos atos da RUF, mas pela influência de diversos agentes durante o processo de paz. Diferentes grupos – crianças, mulheres, deslocados internos e refugiados – trazem na sua memória os traumas vividos durante o conflito. Do total de combatentes, cerca de 25% eram crianças com idades entre 7 e 14 anos que estiveram armadas durante o conflito (UN, 2000g: 7). Tendo em conta que existe um lacuna de sete anos entre o início do conflito violento e o início da primeira intervenção da ONU, a violência praticada

contra este grupo foi agravada, se constituindo numa ameaça ao futuro do país. Durante o plano de finalização da UNAMSIL, a recomendação foi fortalecer as estruturas e os programas do Governo de Serra Leoa e seus parceiros com o objetivo de proteger as crianças que atuaram no conflito, seja em defesa da RUF ou em defesa do Governo de Serra Leoa (UN, 2000j: 7; 2003e: 8).

In particular, these include the huge gaps in education, health care and recreation, the growing problem of street children, the rampant sexual and domestic violence against children, the poor state of the juvenile system, child labour, particularly in diamond mining, idle youth and youth violence and children with disabilities. (UN, 2003e: 8)

Para facilitar na implementação desta tarefa, a UNAMSIL iniciou os trabalhos conjuntos com a Organização Não-Governamental *Physicians for Human Rights* e pesquisadores locais com o propósito de recolher informações sobre as crianças utilizadas pela RUF no confronto e sobre as mulheres e garotas abusadas sexualmente. Os dados seriam usados para defender uma melhor proteção a esses direitos (UN, 2001a: 8, 2001b: 2). Além das crianças, a situação da mulher durante o conflito violento também foi considerada um caso de constante preocupação pela ONU. A Seção dos Direitos Humanos da UNAMSIL continuou a promover os direitos das mulheres a partir do monitoramento dos casos de abuso sexual cometidos tanto pelos rebeldes da RUF quanto pelos *peacekeepers* da ONU. Tendo conhecimento sobre a situação, o Conselho de Segurança

[w]elcomes the efforts undertaken by UNAMSIL to implement the Secretary-General's zero tolerance policy on sexual exploitation and abuse and to ensure full

compliance of its personnel with the United Nations code of conduct, (...) urges troop-contributing countries to take appropriate preventive action including the conduct of predeployment awareness training, and to take disciplinary action and other action to ensure that such acts are properly investigated and punished in cases involving their personnel. (UN, 2005d: 2)

A situação dos deslocados internos e refugiados era reflexo direto do aumento das hostilidades em Serra Leoa. De acordo com a ONU, a proteção dos deslocados internos e refugiados continuou a ser uma fonte de grande preocupação, da qual precisaria urgentemente ser resolvida (UN, 2000g: 7). Isso porque os deslocados internos e refugiados não sofreram só com a perda de suas habitações, mas também se tornaram vítimas de sequestros e trabalho forçado pela RUF (UN, 2000g: 7). Durante os ataques contra os funcionários da ONU ocorridos em Maio de 2000, foram registrados mais de 300 mil novos deslocados internos. Conseqüentemente, a expansão e a criação de novos campos para acomodar o aumento de deslocados internos não foi suficiente, o que gerou uma super lotação em até três vezes mais do que a capacidade real dos campos (UN, 2000r: 7). Neste momento, o conflito violento já tinha afetado 1,5 milhão de pessoas, sendo que 1 milhão se encontrava em áreas inacessíveis sob controle da RUF e carecia de assistência humanitária (UN, 2000j: 8). *“The existing internally displaced person and transit centres in Sierra Leone have already reached their maximum capacity, which makes it extremely difficult to respond to a further influx of returning refugees.” (UN, 2000t: 11)*

Assim, a condição dos deslocados internos implica diretamente na condição dos serra-leoneses que se refugiaram na Guiné-Conakry e na Libéria (UN, 2001c). Prover o retorno desses cidadãos interferia na condição dos deslocados internos e

vice-versa. Em 2001, o conflito em Serra Leoa gerou 1 milhão de refugiados (UN, 2001c: 1) e os movimentos constantes de refugiados e deslocados internos tiveram sérias implicações para os desafios do governo nacional, para a população da subregião e também para a comunidade internacional (UN, 2001c: 1). A razão para que este se constituísse o principal desafio para a reconstrução de Serra Leoa deve-se ao fato de que tantos os refugiados quanto os deslocados internos seriam funcionários do governo, professores e profissionais que atuavam nos serviços básicos do país (UN, 2001c: 3). Como reconheceu a ONU, promover melhores condições securitárias e políticas tenderia a promover melhorias para os refugiados e deslocados internos (UN, 2001c: 4), mas a instituição acreditava que não existiam condições favoráveis para o retorno dos refugiados (UN, 2001c: 4). Isso porque a segurança na região e a situação política ainda se mostravam hostis, como também uma parte da região de Serra Leoa permanecia sob o controle da RUF e carecia de serviços governamentais e assistência humanitária (UN, 2001c: 4).

Na tentativa de punir os crimes ocorridos no país, o governo de Kabbah enviou uma carta à ONU, em 12 de Junho de 2000, solicitando assistência da instituição para estabelecer uma Corte Especial para Serra Leoa com o objetivo de julgar os crimes cometidos contra a população do país e por ter feito as forças de paz da ONU como reféns (UN, 2000j: 1). A jurisdição da Corte incluiria genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra e outras violações ao direito humanitário internacional. Concomitantemente, a UNAMSIL continuou a trabalhar com o governo nacional para restaurar o funcionamento de serviços públicos básicos,

como clínicas para atendimento hospitalar, escolas e programas de distribuição de sementes com a ajuda da UNICEF, do PAM e da *Food and Agricultural Organization of the United Nations* – FAO (UN, 2001d: 6-7). As escolas começaram a ser reabertas em todas as partes do país a partir de 2004 e foram realizados programas para treinamento de professores (UN, 2004a). Esta ação resultou, de imediato, no aumento de matrículas em 70% quando comparada nos dois últimos anos (UN, 2004a: 8).

The Government has set aside significant resources for a programme to increase the enrolment of girls in secondary schools, in particular in the north and east of the country. The main challenges in this area include the need for more schools, for adequate staffing and for supplies of teaching materials. (UN, 2004a: 8).

Apesar dos avanços nos esforços para conter e minimizar as fragilidades humanitárias, a presença da ONU após o fim da UNAMSIL seria necessária para continuar o trabalho de monitoramento sobre a situação dos direitos humanos no país porque fatores como elevado nível de pobreza, analfabetismo, discriminação contra mulher, corrupção e a elevada taxa de desemprego continuavam a causar preocupação à comunidade internacional (UN, 2004a: 15-19, 2005b: 12). Ressaltando a ideia de que a paz não poderia ser promovida sem que aspectos políticos, econômicos e a marginalização social estejam sanados em Serra Leoa.

3.2.3 – Situações política e econômica

No momento em que a ONU autorizou a primeira missão de paz em Serra Leoa (UNOMSIL), se verificou que o principal interesse da instituição era responsabilizar o governo nacional e os serra-leoneses pelo fim do conflito violento e, conseqüentemente, pela promoção da paz. A segunda missão não divergiu quanto a este aspecto. Os principais objetivos da UNAMSIL continuavam no esforço para restaurar a autoridade do Governo de Serra Leoa, restaurar a justiça e a ordem para estabilizar progressivamente a situação no país *“and to assist in the promotion of a political process which should lead to a renewed ddr programme and the holding, in due course, of free and fair elections”* (UN, 2001a: 9).

Em reconhecimento à impossibilidade do governo de Serra Leoa quanto à capacidade de gerir o conflito violento, a UNAMSIL iniciou uma assistência ao Estado com foco na estabilidade política, ordenamento jurídico e, principalmente, o monitoramento das eleições. Esta segunda fase da intervenção da ONU coincidiu com a inclusão de quatro integrantes da RUF/AFRC para a composição do Governo da Unidade Nacional (UN, 1999o: 1-2) e a transformação da força rebelde em um novo partido político: o *Revolutionary United Front Party* (RUFP) em 22 de Novembro de 1999, como previa a implantação do Acordo de Paz Lomé (UN, 1999o: 2). Apesar do aparente progresso político, o setor ainda continuava instável, porque seria necessário manter um diálogo com a RUF para negociar o fim das hostilidades e promover estabilidade política na região, principalmente na Libéria. Uma evidência

dessa instabilidade na região aconteceu em 21 de Novembro de 2000, quando o presidente da Libéria na época, Charles Taylor, solicitou a retirada das tropas do Reino Unido que atuavam em Serra Leoa, caso estas não tivessem sido solicitadas pela UNAMSIL (UN, 2000t). *“Mass demonstrations were held (...) in support of the task force troop presence in the country on a bilateral basis, and the Parliament of Sierra Leone convened a special session to adopt a motion support their deployment.”* (UN, 2000t: 3)

Após o sequestro dos *peacekeepers*, a UNAMSIL conseguiu estabelecer um contato com a RUF. Em 27 de Novembro de 2000, a missão da ONU recebeu uma carta contendo a resposta da RUF quanto à sua participação num workshop sobre as atividades de *peacebuilding* (UN, 2000t: 2). Essa troca de cartas resultou no encontro da UNAMSIL com a RUF em 1º de Dezembro de 2000.

During the discussions, the UNAMSIL representatives emphasized the urgent need for RUF to show concrete signs of compliance with the ceasefire agreement of 10 November, in particular the confidence-building measures contained therein. (UN, 2000t: 2)

Em seguida, foi realizado um novo encontro entre a UNAMSIL e a RUF em 8 de Dezembro do mesmo ano e a UNAMSIL ressaltou a importância em se manter uma comunicação constante entre a instituição e a força rebelde com o objetivo de intensificar os esforços para a promoção da paz em Serra Leoa (UN, 2000t: 2). Como resultado, a RUF se propôs a assumir algumas responsabilidades, como abrir as estradas que estavam controladas pela RUF, entregar todas as armas e equipamento à

UNAMSIL, aceitar o envio de militares observadores e tropas da UNAMSIL pelo país e permitir que ONG e organizações governamentais pudessem realizar suas atividades humanitárias nas áreas em que o governo nacional não tinha controle (UN, 2000t: 2). Outro desafio, diante da instabilidade política no país, seria o de prover suporte às eleições presidenciais previstas para 2002. O objetivo era evitar que ocorressem atrocidades, como as mutilações das mãos de civis durante o processo eleitoral em 1996 (TRC, 2004b). Além disso, se acrescenta o fato de que Serra Leoa possuía um histórico político marcado por sucessivos golpes de estado. Tendo em vista esta realidade do país, a ONU se viu diante de novas adaptações de sua política de intervenção. Promover o suporte às eleições incidiria sobre a adoção de novas estratégias, como a inclusão de mais um *Deputy Special Representative for Sierra Leone* para atuar junto ao governo (UN, 2000t: 11) e o estabelecimento de uma pequena unidade eleitoral na UNAMSIL com o objetivo de preparar a missão para as eleições (UN, 2001d: 7-8).

As estratégias usadas para as eleições foram autorizadas pela Resolução 1370 (UN, 2001g) em que reconhecia que estender as atividades administrativas da UNAMSIL, assim como a realização de eleições “justas, livres e transparentes”, eram capacidades fundamentais para a promoção da paz sustentável e do desenvolvimento de Serra Leoa. Por isso que o engajamento da UNAMSIL neste processo foi considerado importante para que as eleições não fossem conturbadas pelas hostilidades. A Resolução 1389 (UN, 2002a) decidiu que a UNAMSIL deveria assumir outras responsabilidades, como o apoio logístico à Comissão Nacional

Eleitoral para o transporte do material eleitoral e pessoal, incluindo a utilização dos meios aéreos da UNAMSIL para alcançar áreas inacessíveis por estrada, o armazenamento e a distribuição do material eleitoral antes das eleições, o uso das instalações de comunicações civis de UNAMSIL nas províncias; facilitar a livre circulação de pessoas, mantimentos e assistência humanitária no país; a prestação de maior segurança durante o período de preparação para as eleições, o período de eleição em si, e no período imediatamente após o anúncio dos resultados eleitorais, e, excepcionalmente, ser preparado para responder a situações de desordem pública (UN, 2002a: 2).

Ao fim das eleições, as tropas da UNAMSIL permaneceram em alerta nas 39 localidades em que estavam presentes a fim de evitar qualquer perturbação à ordem pública (UN, 2002e: 2). As eleições de 2002 marcaram a consolidação da segunda fase da UNAMSIL e deram início à terceira fase da missão, que tinha como objetivo monitorar o novo governo eleito quanto à sua reconquista de autoridade política (UN, 2002b).

It will be necessary, however, to watch how the post-election situation evolves and conduct a thorough assessment of developments in both Sierra Leone and the neighbouring countries, to ensure that any adjustment proposals are suited to the prevailing situation. (UN, 2002b: 12)

Reconhecendo a necessidade de se manter a UNAMSIL no terreno, a missão foi prolongada por mais seis meses, até Setembro de 2002, conforme a Resolução

1400 (UN, 2002c). Mesmo assim, a ONU declarou que o fato de as eleições terem ocorrido sem hostilidades e de terem escolhido Kabbah³² para continuar no poder não representavam uma solução sustentável para a crise em Serra Leoa. O que se tornava mais problemático é que sem estruturas governamentais bem estabelecidas em todo o país e sem um aparato de segurança capaz de proteger o país contra ameaças internas e externas, a estabilidade alcançada na Serra Leoa permaneceria tênue (ONU, 2002e: 7). Além disso, o fato de ocorrer uma nova eleição no país acabou por criar expectativas na população local sobre os rumos do nacionais.

A particular challenge for Sierra Leone society and the Government is how to manage the expectations of the country's young people, and in particular to prevent them from feeling a sense of exclusion. Solutions to these issues are complex and will require time, resources and actions ranging from promoting economic revival and education to skill training. An open and sustained dialogue with the young people will also be crucial. I invite the Government and its partners to continue to engage with youth groups and their leaders to better understand and respond to their aspirations. (UN, 2003a: 15)

Este fator evidencia a construção da paz positiva, quando a população não mais terá a sua potencialidade comprometida ou negligenciada pelo sistema do Estado ou por outros mecanismos que assim o façam, como um conflito violento. Apesar de a situação política ter permanecido relativamente calma até 2005, ano em que marca o fim da UNAMSIL, há inúmeros fatores considerados como potenciais ameaças à estabilidade do país, como a miséria generalizada, o desemprego, principalmente entre os jovens, a corrupção no setor público, deficiências no sistema

³² Um total de 9 partidos políticos participaram da eleição presidencial em Serra Leoa em 2002, incluindo a *Revolutionary United Front Party* (RUF). Kabbah foi eleito com 70.06 por cento dos votos (UN, 2002e: 1).

judicial, e restrições de recursos que podem inibir o governo a prestar serviços à população (UN , 2005h: 1).

Given the unique history of UNAMSIL, I cannot but feel a deep sense of satisfaction (...). The trials and tribulations faced by the Mission during the crisis of 2000, the measures taken to reverse its fortunes, and its achievements between 2001 and today, are indeed remarkable. The Mission's recovery from the 2000 ordeal offers a wealth of lessons for current and future peacekeeping operations. The Secretariat has already started extracting the best practices from those lessons. (UN, 2005h: 12)

Apesar de não estar incluída como causa primária do conflito violento, a situação econômica, principalmente o comércio de diamantes, foi considerada um fator preponderante para o seu prolongamento (Hirsch, 2010). E as decisões da UNAMSIL nos âmbitos securitário, humanitário e político tinham influência direta sobre a economia de Serra Leoa porque o crescimento econômico dependia dos resultados obtidos pelas ações do governo nacional e da UNAMSIL. Os esforços da UNAMSIL estavam diretamente relacionados com a tentativa de coibir o comércio ilegal e, assim, evitar a sustentação do conflito.

Emphasizing that the legitimate diamond trade is of great economic importance for many States, and can make a positive contribution to prosperity and stability and to the reconstruction of countries emerging from conflict, and emphasizing further that nothing in this resolution is intended to undermine the legitimate diamond trade or to diminish confidence in the integrity of the legitimate diamond industry. (UN, 2000h: 1)

O principal objetivo desta medida era capacitar o Governo de Serra Leoa como regulador deste comércio e provedor da segurança nas minas de diamantes

(UN, 2001e: 10) por dois fatores: a mineração ilegal e do comércio internacional de diamantes teve um papel importante no fomento do conflito violento em Serra Leoa, e continuam sendo uma fonte potencial de instabilidade (UN, 2002f: 4) e porque a UNAMSIL iniciava o seu plano de retirada. Assim, “[r]estoration of effective government control over diamond mining has become even more urgent as UNAMSIL draws down” (UN, 2002i: 6) e o governo nacional seria o responsável em manter o controle e monitor este comércio no país para evitar que atores não estatais passassem a controlar este setor.

O início da participação do governo no controle do comércio de diamantes se mostrou positivo: aumento no número de licenças de extração de diamantes emitidas subiu de 900 em junho de 2002 a 2091 até o final de 2003, enquanto que o consolidado das exportações de diamantes oficiais aumentaram de US\$ 10 milhões em 2000 para US\$ 76 milhões em 2003 (UN, 2003e: 7, 2004a: 7). Mas apesar de o governo atuar no monitoramento do comércio de diamantes, a comunidade internacional ainda não percebia esforços relativos à segurança (UN, 2003a: 7). Faltava policiamento nas minas e este aspecto se constituía num vácuo (UN, 2003c: 16), podendo ser considerado um fator para o ressurgimento das hostilidades. “*The Government is making further efforts to improve the quality and number of mine monitors in key areas and has also commenced publishing diamond export analyses on a monthly basis.*” (UN, 2003e: 7)

Portanto, a melhoria contínua da situação de segurança, combinada com

políticas macroeconómicas sólidas e grandes fluxos de ajuda externa, tem estimulado o início da recuperação econômica e a estabilidade dos preços, depois de anos de depressão e inflação alta. A inflação foi ligeiramente negativa em 2000, enquanto o PIB real expandiu quase 4 por cento e, no setor agrícola, a produção de arroz aumentou 78%, mas ainda representava só 50% das necessidades atuais (UN, 2001e: 8). Essa recuperação foi resultado de um aumento de 47% na área total plantada, devido ao maior acesso dos agricultores às suas terras, e um programa de distribuição de sementes, beneficiando 144.000 agricultores com 5,772 toneladas de arroz (UN, 2004a: 9). O aparente crescimento da economia não iria atenuar a crise no curto prazo. Os problemas sócio-económicos continuavam a ser um catalisador para a frustração entre a população, porque os preços dos produtos básicos e bens importados continuavam a aumentar em Freetown e em todo o país, com o registro de uma série de greves do setor público quanto ao atraso no pagamento de salários e benefícios (UN, 2004d: 2).

Os quatro setores analisados nas duas missões promovidas pela ONU em Serra Leoa – securitário, humanitário, político e econômico – evidenciam o seu caráter conjunto quanto à promoção da paz. Portanto, atuar em um setor e se abster do outro representa um retrocesso quanto ao objetivo das missões. Todos estes setores se encontram interligados e destacam o processo de interação entre os diferentes atores no conflito em Serra Leoa. É por esta razão que o desafio em promover a paz em Serra Leoa se torna numa constante, visto que mesmo após o fim do conflito armado, o país apresenta uma conflitualidade violenta em seus índices.

Serra Leoa é considerado um dos países mais pobres do mundo (UN, 2002f: 7), com uma das 15 maiores taxas de mortalidade infantil – 78.38 mortes para cada 1.000 crianças nascidas (UNDP, 2011: 130) e possui um dos mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) – 0.336, ocupando a 180ª posição de uma lista de 187 países (UNDP, 2011: 130).

CONCLUSÃO

As missões de paz instituídas pela ONU – UNOMSIL e UNAMSIL – para pôr fim ao conflito armado iniciado pela RUF em Serra Leoa não só evidenciaram os desafios quanto à promoção de uma paz positiva como, também, suscitaram o questionamento acerca dos diferentes processos envolvidos na resolução do conflito armado e violento naquele país. Os setores securitário, humanitário, político e econômico analisados nas duas missões possibilitaram identificar diversos momentos de conflitualidade, que foram considerados os principais elementos quanto ao fracasso das missões e sua fragilidade em conter as hostilidades no país.

Em ambas as missões, o processo foi fracassado. Tanto a UNOMSIL quanto a UNAMSIL contribuíram para o prolongamento da conflitualidade violenta em Serra Leoa. A primeira missão, UNOMSIL, instituída em 13 de Julho de 1998 e encerrada em 22 de Outubro de 1999, possuiu uma condição paliativa. Seu escopo ainda estava atrelado aos resultados obtidos tanto pela atuação da ECOMOG diante do conflito armado quanto pelos resultados obtidos com o Acordo de Paz Abidjan e com o Plano de Paz Conakry. O fato de a ONU conceder responsabilidade e atuar em conjunto com a ECOMOG para conter o conflito armado em Serra Leoa é o que caracterizam as atuais missões de paz, em que os grupos regionais atuam antes das intervenções da ONU iniciarem. Já o Acordo de Paz Abidjan e o Plano de Paz Conakry representaram um processo inverso de promoção da paz: priorizando o processo de estabilidade política em detrimento da estabilidade nos setores securitário e humanitário.

Estes fatores evidenciaram a necessidade de readequar os objetivos desta primeira missão ao cenário de hostilidade recorrente das fragilidades securitárias. É por esta razão que se verificam dois momentos quando da autorização da UNOMSIL: um, marcado pelos objetivos limitados ao monitoramento das situações militar e securitária, à atuação no plano de desmobilização e reintegração de ex-combatentes e à promoção do Direito Humanitário Internacional; e outro, quando os objetivos foram expandidos para atender à demanda recorrente do constante agravamento das hostilidades em Serra Leoa. Desta maneira, se percebe que a estrutura do conflito armado e violento influenciou, gradativamente, a modificação no escopo da UNOMSIL. No entanto, o agravamento das hostilidades também é resultado de uma lacuna existente entre a eclosão do conflito armado e o início desta missão. Isso porque a UNOMSIL foi autorizada em Serra Leoa sete anos após o início dos confrontos iniciados pela RUF. Assim, a ONU não só tende a prolongar o conflito violento como a prejudicar o seu próprio trabalho na tentativa de promover a paz. A lacuna de sete anos entre a eclosão do conflito armado e o início da UNOMSIL representou uma maior degradação humana em Serra Leoa. Sem o fim das hostilidades, a violência direta e estrutural eram práticas constantes, prejudicando ainda mais as potencialidades humanas.

Se a primeira missão representou um paliativo quanto ao conflito armado e violento; a segunda missão, UNAMSIL, instituída em 1999 e encerrada somente em 2005, revelou a fragilidade da ONU diante de sua vulnerabilidade em relação às

forças rebeldes. Foi nesta missão que mais de 300 *peacekeepers* foram sequestrados e este acontecimento trouxe à tona a incapacidade da ONU em promover a estabilidade securitária em Serra Leoa. Vale ressaltar que os *peacekeepers* sequestrados foram vítimas da instabilidade securitária que se agravou em Serra Leoa desde o início do conflito armado. Isso evidencia que o absentismo da ONU diante de um conflito armado nos primeiros anos em que este eclodiu, provavelmente prejudicaria o processo de paz e, possivelmente, a sua intervenção. E foi, de fato, o que aconteceu. Além disso, a segunda missão da ONU se viu diante de hostilidades não somente em Serra Leoa, mas também na Libéria e na Guiné-Conakry, em decorrência da proporção que o conflito armado adquirira. Assim, não adiantava promover o fim das hostilidades em Serra Leoa se as mesmas hostilidades na Libéria prejudicariam o processo de paz em Serra Leoa e, assim, vice-versa. Portanto, esta condição significa pensar na paz como um processo dinâmico, constante e compartilhado. Por mais que um conflito armado e violento prejudicasse a estabilidade em Serra Leoa, o seu agravamento, representado pelas correntes migratórias e o aumento no número de refugiados, prejudicaria a estabilidade em países vizinhos. A exemplo do ocorrido com o surgimento dos conflitos armados na Libéria e na Guiné-Conakry.

Mesmo com o fim do conflito armado em Dezembro de 2002, Serra Leoa ainda não está em paz. O fim dos confrontos entre a RUF e o governo nacional e a população civil não representa o fim da conflitualidade violenta. Serra Leoa, considerado um dos países mais pobres do mundo, sofreu o agravamento de suas

potencialidades humanas em diversos momentos de sua história: seja pelo período colonial, em que o país se tornou um “depósito de escravos” durante a abolição da escravatura na Inglaterra em 1772; pelo protetorado britânico, que marcou uma divisão política na sociedade serra-leonesa, criando clivagens entre a capital Freetown e o resto do país; pelo movimento de pré-independência e pelas eleições de 1967, que privilegiaram o partido SLPP, considerado o maior de Serra Leoa e representante da etnia *Mende*; pelo conflito armado iniciado pela RUF, por ter sido o principal responsável pelas violações de direitos humanos; e, também, pelas missões realizadas pela ONU, por terem contribuído para o agravamento das práticas de violência seja por meio da demora em autorizar uma intervenção de paz, da ausência de uma atuação direta para conter as hostilidades, da dificuldade em identificar as reais causas do conflito, pela fragilidade da atuação e pelos *peacekeepers* acusados de violentar sexualmente mulheres e crianças.

Assim, quando a ONU é tida como a instituição responsável por manter a paz e a segurança no mundo, um questionamento se faz necessário: que tipo de paz? Apenas uma paz negativa, simbolizada pela fim da violência direta, pelo fim das hostilidades, no caso; ou uma paz positiva, simbolizada por uma sociedade integrada, justa e igualitária? Neste caso das missões da ONU, há mais de paz negativa promovida do que de paz positiva. Desta maneira, os desafios para a consolidação de uma paz positiva se tornam uma constante.

Portanto, a ONU acerta sobre as constantes modificações realizadas no

escopo das missões de paz, principalmente as de *peacekeeping*, porque evidencia o caráter multicausal da paz, a dinâmica existente entre os atores de uma determinada estrutura e a readequação de sua proposta de promover a paz mundial. Nota-se, com isso, que existe uma viável delimitação das estratégias de intervenção da ONU quanto ao processo de resolução dos conflitos. No entanto, essas mesmas modificações não condizem com a postura adotada pela ONU para o conflito em Serra Leoa. Além disso, cada um dos mecanismos de intervenção não condiz com a sua função, sendo posto em prática em momentos que divergem aos fatos. É por esta razão que a ONU interviu em Serra Leoa, em caráter observador, depois de sete anos do conflito armado ter iniciado.

Fatores como esses intensificam e prolongam a conflitualidade violenta, visto que a prática da violência e do conflito violento persistem quando os mecanismos de resolução não são aplicados. Desta maneira, o conflito violento e armado tendem a influenciar negativamente no desenvolvimento de uma missão de paz. Uma evidência de que a estrutura do conflito armado em Serra Leoa estava a influenciar no processo de atuação dos *peacekeepers* da ONU e estes, por sua vez, estavam a interferir no processo de fortalecimento do governo nacional e das ações da ECOMOG que, por sua vez, tentavam minimizar as hostilidades originadas pela RUF.

A RUF, por mais que seja apontada como sendo o resultado das constantes práticas de violência contra a população por um Estado falhado, foi a responsável por

iniciar o conflito armado. No entanto, acabou por criar uma estrutura conflituosa em Serra Leoa, em que suas ações ditavam não só o posicionamento dos demais atores, mas também da estrutura, quando esta teve, em sua base, a inclusão de um novo partido político. Estes fatos evidenciam, mais uma vez, a construção da realidade social por meio do conflito, destacando constantemente o processo de interação entre os mais variados agentes e as mais diversificadas estruturas.

Apesar de o conflito armado ter chegado ao fim em 2002, a conflitualidade violenta ainda persiste em Serra Leoa. O legado deixado pelos diferentes momentos históricos somado às falhas contidas nas intervenções da ONU – UNOMSIL e UNAMSIL – aumentaram ainda mais as clivagens sociais e prejudicaram não só o desenvolvimento do país, mas continuam a ser um entrave quanto à promoção da paz positiva e das potencialidades humanas. Desta forma, o que pensar sobre o futuro das missões de paz instituídas pela ONU? Não cabe afirmar que as missões terão um fim, mas que as estratégias da ONU devem ser repensadas não somente quanto ao modelo das missões mas, principalmente, quanto à sequência das estratégias utilizadas pela ONU para garantir a concretização de uma paz sustentável.

Referências bibliográficas

Abdullah, Ibrahim (1998) "Bush path to destruction: the origin and character of the Revolutionary United Front/Sierra Leone" *The Journal of Modern African Studies*. 36, 2 (1998), pp. 203-235. Cambridge University Press. <http://xa.yimg.com/kq/groups/22194059/2110900894/name/Dr.Abdallah.pdf> [20 de Janeiro de 2012].

Adler, Emmanuel (1999) "O construtivismo no estudo das relações internacionais" *Lua Nova*. 47, p. 201-246.

Barash, David et al (2009) *Peace and Conflict Studies*. 2. ed. California: SAGE.

Boulding, Kenneth E. (1977) "Twelve friendly quarrels with Johan Galtung" *Journal of Peace Research*. 1, Vol. XIV 75-86.

Boutros-Ghali, Boutros (1992a) *An Agenda for Peace: preventive diplomacy, peacemaking and peace-keeping*. www.unrol.org/files/A_47_277.pdf [12 de Outubro de 2011].

Boutros-Ghali, Boutros (1992b) "Empowering the United Nations" *Foreign Affairs*. vol. 71, nº 5. Winter 1992/93.

Brzoska, Michael (2006) Collective violence beyond the standar definition of armed conflict. <http://stofnanir.hi.is/ams/sites/files/ams/Brzoska.pdf> [12 de Outubro de 2011].

Buzan, Barry (1995) "The level of analysis problem in IR reconsidered" in Booth, Ken and Smith, Steve (eds) *International Relations Theory Today*. Cambridge: Polity Press (198-216).

Clapham, C. (2003) "Sierra Leone: The Political Economy of Internal Conflict" The Hague: Netherlands Institute of International Relations, Conflict Research Unit. http://www.clingendael.nl/publications/2003/20030800_cru_working_paper_21.pdf [20 de Janeiro de 2012].

Clausewitz, Karl von (1997) *Da guerra*. Edição 2ª ed. Mem Martins: Europa-América, 1997.

Collier, Paul (2000) "Doing well out of war: an economic perspective" in Berdal, Mats et al (ed) *Greed and Grievance: economic agendas in civil wars*. United Kingdom: Lynne Rienner Publishers.

Denov, Myriam (2010) *Child Soldiers: Sierra Leone's Revolutionary United Front*. New York: Cambridge University Press.

Donelha, André (1977) "Descrição da Serra Leoa e dos Rios de Guiné do Cabo Verde, A. Teixeira da Mota and P. E. H. Hair (eds) Junta de Investigações Científicas do Ultramar (Lisbon, 1977), pp. 108–14 in Newitt, Malyn (2010). *The Portuguese in West Africa, 1415-1670: A documentary history*. Cambridge: Cambridge United Press.

Fierke, K.M. (2005) *Diplomatic Interventions: Conflict and Change in a Globalizing World*. New York: Palgrave MacMillan.

Fyle, C. Magbaily (2006) *Historical Dictionary of Sierra Leone*. Maryland: Scarecrow Press.

Galtung, Johan (1969) "Violence, Peace and Peace Research" *Journal of Peace Research*. vol.6(3), pp.167-191.

Galtung, Johan (1990) "Cultural Violence" *Journal of Peace Research* 1990; 27; 291. <http://jpr.sagepub.com/cgi/content/abstract/27/3/291> [10 de Novembro de 2011].

Galtung, Johan (1996) *Peace by peaceful means: Peace and Conflict, Development and Civilization*. Oslo: International Peace Research Institute.

Gberie, Lansana (2005) *A Dirty War in West Africa - The RUF and the destruction of Sierra Leone*. Indiana: Indiana University Press.

Ginty, Roger Mac (2006) *No War, No Peace - The rejuvenation of Stalled Peace Processes and Peace Accords*. New York: Palgrave.

Gleditsch, Nils Peter et al (2002) "Armed Conflict 1946-2001: A new Dataset" *Journal of Peace Research*. <http://www.janeliunas.lt/files/Armed%20Conflict%201946-2001.pdf>. [14 de Maio de 2011].

González, Manuel Pérez (2011) "Conflictos armados y posconflicto" in Pereira, Maria da Assunção Vale e Iglesias, María Teresa Ponte (eds) *Conflictos armados, gestão pós-conflitual e Reconciliação*. Santiago de Compostela: Andavira.

Grewal, Baljit Singh (2003). "Johan Galtung: Positive and Negative Peace". School of Social Science, Auckland University of Technology <https://apps.drawloop.com/published/10379/download> [14 de Maio de 2011].

Homer-Dixon, Thomas F. (1991) "On the Threshold: Environmental Changes as Causes of Acute Conflict" *International Security*, Vol. 16, Nº 2 (Autumn, 1991), 76-116. <http://links.jstor.org/sici=0162->

[2889%28199123%2916%3A2%3C76%3AOTTECA%E2.0.CO%3B2-R](#) [14 de Maio de 2011].

Homer-Dixon, Thomas F. (1999) *Environment, Scarcity, and Violence*. Princeton: Princeton University Press.

Jeon, Ho-Won (2008) *Understanding Conflict and Conflict Analysis*. London: Sage.

Jørgensen, Knud Erik (2001) "Four Levels and a Discipline" in Fierke, Karin M.; Jørgensen, Knud Erik (eds.) *Constructing International Relations: the next generation*. New York: M.E.Sharp, 36-53.

Keegan, John (2006) *Uma história da guerra*. Lisboa: Tinta da China MMIX.

Keen, David (2005) *Conflict and Collusion in Sierra Leone*. New York: Palgrave.

Kennedy, D. (1980) "Theses on International Legal Discourse", German Year Book of International Law. Vol. 23: 353-391 in Onuf, Nicholas (1989). *World of Our Making: Rules and Rule in Social Theory and International Relations*. Columbia: University of South Carolina Press.

Kratochwil, Friedrich V. (2001) "Constructivism as an Approach to Interdisciplinary Study" in Fierke, Karin M.; Jørgensen, Knud Erik (eds.) *Constructing International Relations: the net generation*. New York: M.E.Sharp, 13-35.

Malan, Mark (2000) *Boundaries of Peace Operations: The African Dimension*. Monograph nº 44. <http://www.iss.co.za/pubs/monographs/no44/ecomog.html> [20 de Janeiro de 2012].

Moniz, Fábio Frohwein de Salles (2001) *Dicionário de Latim-Português*. 2.ed. Porto: Porto Editora.

Montesquieu, Baron de (2001) *The Spirit of Laws*. Ontario: Batoche Books.

OCDE (2001). *The DAC Guidelines - Helping Prevent Violent Conflict*. France: Organisation for Economic Cooperation and Development.

Onuf, Nicholas (1989). *World of Our Making: Rules and Rule in Social Theory and International Relations*. Columbia: University of South Carolina Press. Columbia: University of South Carolina Press.

Onuf, Nicholas (2001) "The politics of Constructivism" in Fierke, Karin M.; Jørgensen, Knud Erik (eds.) *Constructing International Relations: the net generation*. New York: M.E.Sharp, 236-254.

Origem da Palavra (2012a) <http://origemdapalavra.com.br/palavras/violencia/> [20 de Maio de 2012].

Origem da Palavra (2012b) <http://origemdapalavra.com.br/palavras/conflito/> [20 de Maio de 2012].

Pinto, Maria do Céu (2011). "Conflictos armados y posconflicto" in Pereira, Maria da Assunção Vale e Iglesias, María Teresa Ponte (eds) *Conflictos armados, gestão pós-conflitual e Reconciliação*. Santiago de Compostela: Andavira.

Pumphrey, Carolyn et al (2003) *Armed Conflict in Africa*. Lanham: Scarecrow Press.

Pureza, José Manuel (2001). "Estudos sobre a Paz e a Cultura de Paz" in Pureza, José Manuel (org.) *Para uma Cultura da Paz*. Coimbra: Quarteto.

Pureza, José Manuel e Cravo, Teresa (2005). "Margem crítica e legitimação nos estudos para a paz" *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 71, Junho: 5-19.

Regehr, Ernie (2008) "Armed Conflict Report 2003" Stockholm International Peace Research Institute www.ploughshares.ca/libraries/ACRText/ACR03-Introduction.htm [20 de Maio de 2012].

Richmond, Oliver P. (2008) *Peace in International Relations*. London: Routledge.

Ross, Michael (2003) *How do natural resources influence civil war? Evidence from 13 cases*. Department of Political Science: UCLA. <http://www.sscnet.ucla.edu/polisci/faculty/ross/HowDoesNat3.pdf> [15 de Janeiro de 2012].

Ruddie, John Gerard (1989) "International Structure and International Transformation: Space, Time and Method," in James N. Rosenau and Ernst-Otto Czempiel (eds) *Global Changes and Theoretical Challenges*. Lexington: Mass Lexington Books.

Ruddie, John Gerard (1993) "Territoriality and Beyond: Problematizing Modernity in International Relations" *International Organization*. Vol. 47, No. 1. (Winter, 1993), pp. 139-174.

RUF/SL (1995). *Footpaths to Democracy: Toward a New Sierra Leone*. The Sierra Leone Web. <http://www.sierra-leone.org/AFRC-RUF/footpaths.html> [20 de Janeiro de 2012].

Sandroni, Paulo (1999) *Novíssimo Dicionário de Economia*. São Paulo: Ed. Best Seller.

Searle, John R. (1979) *Expression and Meaning - Studies in the Theory of Speech Acts*. New York: Cambridge University Press.

Silberfein, Marilyn (2010) "The Geopolitics of conflict and diamonds in Sierra Leone" *Geopolitics*, 9:1, 213-241. <http://dx.doi.org/10.1080/14650040412331307892> [20 de Janeiro de 2012].

Sriram, Chandra Lekha e Wermester, Karin (2003) "Preventive Action at the United Nations: From Promise to Practice?" in Sriram, Chandra Lekha *From promise to practice: strengthening UN capacities for prevention of violent conflict*. London: Lynne Rienner Publishers.

Stern, Geoffrey (1995) "Structuralism" *The Structure of International Society*. London: Pinter, pp.31-42.

Terriff, Terry et al (1999) *Security Studies Today*. Cambridge: Polity Press.

The Sierra Leone Web (2012a) Abidjan Accord www.sierra-leone.org/abidjanaccord.html [20 de Janeiro de 2012].

The Sierra Leone Web (2012b) Conakry Peace Plan. www.sierra-leone.org/AFRC-RUF/AFRC-011498.html [20 de Janeiro de 2012].

Tucídides (2001 [1905]) *História da Guerra do Peloponeso*. Brasília: Editora UnB.

TRC (2004) *The Final Report of the Truth and Reconciliation Commission of Sierra Leone*. vol. 2. GPL Press: Ghana. <http://www.sierra-leone.org/Other-Conflict/TRCVolume2.pdf> [20 de Janeiro de 2012].

UN (1945) Charter of the United Nations and Statute of the International Court of Justice. <http://treaties.un.org/doc/Publication/CTC/uncharter.pdf>. [20 de Janeiro de 2012].

UN (1995a) S/1995/120. Letter dated 1 February 1995 from the secretary-general addressed to the president of the Security Council. <http://www.un.org/Depts/DPKO/Missions/unomsil/9503697E.pdf> [23 de Agosto de 2011].

UN (1995b) S/1995/975. Report on the situation in Sierra Leone. <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N95/361/47/PDF/N9536147.pdf?OpenElement> [23 Agosto 2011]

UN (1997a) S/1997/80. Report of the Secretary-General on Sierra Leone. <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N97/013/27/IMG/N9701327.pdf?OpenElement> [23 Agosto 2011]

UN (1997b) S/1997/80/Add.1. Report of the Secretary-General on Sierra Leone Addendum. <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N97/029/84/PDF/N9702984.pdf?OpenElement> [23 Agosto 2011]

UN (1997c) S/PRST/1997/29. Statement by the President of the Security Council. <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N97/138/34/PDF/N9713834.pdf?OpenElement> [23 de Agosto de 2011].

UN (1997d) S/PRST/1997/36. Statement by the President of the Security Council. <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N97/192/46/PDF/N9719246.pdf?OpenElement> [23 de Agosto de 2011].

UN (1997e) S/PRST/1997/42. Statement by the President of the Security Council. <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N97/211/87/PDF/N9721187.pdf?OpenElement> [23 de Agosto de 2011].

UN (1997a) S/RES/1132. <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N97/267/13/PDF/N9726713.pdf?OpenElement> [23 de Agosto de 2011].

UN (1997g) S/PRST/1997/52. Statement by the President of the Security Council. <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N97/322/18/PDF/N9732218.pdf?OpenElement> [23 de Agosto de 2011].

UN (1997h) S/1997/811. Report of the Secretary-General on the situation in Sierra Leone. <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N97/280/28/PDF/N9728028.pdf?OpenElement> [23 Agosto 2011].

UN (1997i) S/1997/958. Second report of the Secretary-General on the situation in Sierra Leone. <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N97/350/71/PDF/N9735071.pdf?OpenElement> [23 Agosto 2011].

UN (1998a) S/1998/103. Third report of the Secretary-General on the situation in Sierra Leone. <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N98/022/22/PDF/N9802222.pdf?OpenElement> [23 Agosto 2011].

UN (1998b) S/PRST/1998/5. Statement by the President of the Security Council. <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N98/046/90/PDF/N9804690.pdf?OpenElement> [23 de Agosto de 2011].

UN (1998c) S/RES/1156. <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N98/066/30/PDF/N9806630.pdf?OpenElement> [23 de Agosto de 2011].

UN (1998d) S/1998/249. Fourth report of the Secretary-General on the situation in Sierra Leone. <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N98/070/06/IMG/N9807006.pdf?OpenElement> [23 Agosto 2011].

UN (1998e) S/1998/249/Add.1. Fourth report of the Secretary-General on the situation in Sierra Leone Addendum. <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N98/107/34/PDF/N9810734.pdf?OpenElement> [23 Agosto 2011].

UN (1998f) S/RES/1162. <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N98/106/89/PDF/N9810689.pdf?OpenElement> [23 de Agosto de 2011].

UN (1998g) S/RES/1171. <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N98/157/81/PDF/N9815781.pdf?OpenElement> [23 de Agosto de 2011].

UN (1998h) S/1998/486. Fifth report of the Secretary-General on the situation in Sierra Leone. <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N98/157/51/IMG/N9815751.pdf?OpenElement> [23 Agosto 2011].

UN (1998i) S/1998/486/Add.1. Fifth report of the Secretary-General on the situation in Sierra Leone Addendum. <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N98/190/30/PDF/N9819030.pdf?OpenElement> [23 Agosto 2011].

UN (1998b). S/RES/1181, <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N98/203/28/PDF/N9820328.pdf?OpenElement> [23 de Agosto de 2011].

UN (1998c). S/1998/750. First progress report on UNOMSIL, <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N98/233/37/IMG/N9823337.pdf?OpenElement> [23 de Agosto de 2011].

UN (1998d). S/1998/960. Second progress report on UNOMSIL, <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N98/306/63/IMG/N9830663.pdf?OpenElement> [23 de Agosto de 2011].

UN (1998e). S/1998/1176. Third progress report on UNOMSIL, <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N98/117/63/IMG/N9811763.pdf?OpenElement>

ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N98/381/15/IMG/N9838115.pdf?OpenElement [23 de Agosto de 2011].

UN (1999a). S/PRST/1999/1, <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N99/004/16/PDF/N9900416.pdf?OpenElement> [23 de Agosto de 2011].

UN (1999b). S/1999/20. Fourth progress report on UNOMSIL. <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N99/002/20/IMG/N9900220.pdf?OpenElement> [23 de Agosto de 2011].

UN (1999c). S/1999/237. Fifth progress report on UNOMSIL. <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N99/058/80/IMG/N9905880.pdf?OpenElement>. [23 de Agosto de 2011].

UN (1999d). S/PRST/1999/13. <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N99/143/93/PDF/N9914393.pdf?OpenElement>. [23 de Agosto de 2011].

UN (1999e). S/1999/645. Sixth progress report on UNOMSIL. <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N99/165/96/IMG/N9916596.pdf?OpenElement>. [23 de Agosto de 2011].

UN (1999f). S/RES/1245. <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N99/173/95/PDF/N9917395.pdf?OpenElement>. [23 de Agosto de 2011].

UN (1999g). S/1999/836. Seventh progress report on UNOMSIL. <http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/SL%20S1999836.pdf>. [23 de Agosto de 2011].

UN (1999h). S/1999/836. Seventh progress report on UNOMSIL. <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N99/233/92/IMG/N9923392.pdf?OpenElement> [23 de Agosto de 2011].

UN (1999i). S/RES/1260. <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N99/241/25/PDF/N9924125.pdf?OpenElement> [23 de Agosto de 2011].

UN (1999j). S/1999/1003. Eighth progress report on UNOMSIL. <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N99/278/50/PDF/N9927850.pdf?OpenElement> [23 de Agosto de 2011].

UN (1999k). S/RES/1270. <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N99/315/02/PDF/N9931502.pdf?>

[OpenElement](#) [23 de Agosto de 2011].

UN (1999L). S/1999/1223. First report of the Secretary-General on UNAMSIL.
<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N99/369/66/IMG/N9936966.pdf?>
[OpenElement](#) [23 de Agosto de 2011].

UN (2000a). S/2000/13.
<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N00/235/52/PDF/N0023552.pdf?>
[OpenElement](#) [23 de Agosto de 2011].

UN (2000b). S/RES/1289.
<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N00/283/50/PDF/N0028350.pdf?>
[OpenElement](#) [23 de Agosto de 2011].

UN (2000c). S/2000/455. Fourth report of the Secretary-General on UNAMSIL.
<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N00/407/22/IMG/N0040722.pdf?>
[OpenElement](#) [23 de Agosto de 2011].

UN (2000d). S/RES/1306.
<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N00/517/01/PDF/N0051701.pdf?>
[OpenElement](#) [23 de Agosto de 2011].

UN (2000e). S/2000/751. Fifth report of the Secretary-General on UNAMSIL.
<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N00/554/71/PDF/N0055471.pdf?>
[OpenElement](#) [23 de Agosto de 2011].

UN (2000f). S/2000/832. Sixth report of the Secretary-General on UNAMSIL.
<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N00/620/62/PDF/N0062062.pdf?>
[OpenElement](#) [23 de Agosto de 2011].

UN (2000g). S/2000/1055. Seventh report of the Secretary-General on UNAMSIL.
<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N00/717/71/IMG/N0071771.pdf?>
[OpenElement](#) [23 de Agosto de 2011].

UN (2000h). S/PRST/2000/31, <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N00/728/59/PDF/N0072859.pdf?>
[OpenElement](#) [23 de Agosto de 2011].

UN (2000i). S/2000/1199. Eighth report of the Secretary-General on UNAMSIL.
<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N00/797/01/IMG/N0079701.pdf?>
[OpenElement](#) [23 de Agosto de 2011].

UN (2001a). S/2001/228. Ninth report of the Secretary-General on UNAMSIL.
<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N01/284/81/IMG/N0128481.pdf?>
[OpenElement](#) [23 de Agosto de 2011].

UN (2001b) S/RES/1346.
[http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N01/312/19/PDF/N0131219.pdf?](http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N01/312/19/PDF/N0131219.pdf?OpenElement)
[OpenElement](#) [23 de Agosto de 2011].

UN (2001c) S/2001/513. Report of the Secretary-General on the issue of refugees and internally displaced persons. <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N01/379/70/PDF/N0137970.pdf?OpenElement> [23 de Agosto de 2011].

UN (2001d) S/2001/627. Tenth report of the Secretary-General on UNAMSIL. [http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N01/423/17/IMG/N0142317.pdf?](http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N01/423/17/IMG/N0142317.pdf?OpenElement)
[OpenElement](#) [23 de Agosto de 2011].

UN (2001e) S/2001/857. Eleventh report of the Secretary-General on UNAMSIL. [http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N01/529/63/PDF/N0152963.pdf?](http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N01/529/63/PDF/N0152963.pdf?OpenElement)
[OpenElement](#) [23 de Agosto de 2011].

UN (2001f) S/RES/1370.
[http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N01/540/45/PDF/N0154045.pdf?](http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N01/540/45/PDF/N0154045.pdf?OpenElement)
[OpenElement](#) [23 de Agosto de 2011].

UN (2002a) S/RES/1385.
[http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N01/707/57/PDF/N0170757.pdf?](http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N01/707/57/PDF/N0170757.pdf?OpenElement)
[OpenElement](#) [23 de Agosto de 2011].

UN (2002b) S/2002/267. Thirteenth report of the Secretary-General on UNAMSIL. [http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N02/285/18/IMG/N0228518.pdf?](http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N02/285/18/IMG/N0228518.pdf?OpenElement)
[OpenElement](#) [23 de Agosto de 2011].

UN (2002c) S/RES/1400.
[http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N02/309/07/PDF/N0230907.pdf?](http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N02/309/07/PDF/N0230907.pdf?OpenElement)
[OpenElement](#) [23 de Agosto de 2011].

UN (2002d) S/2002/679. Fourteenth report of the Secretary-General on UNAMSIL. [http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N02/427/79/PDF/N0242779.pdf?](http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N02/427/79/PDF/N0242779.pdf?OpenElement)
[OpenElement](#) [23 de Agosto de 2011].

UN (2002e) S/2002/987. Fifteenth report of the Secretary-General on UNAMSIL. [http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N02/572/31/IMG/N0257231.pdf?](http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N02/572/31/IMG/N0257231.pdf?OpenElement)
[OpenElement](#) [23 de Agosto de 2011].

UN (2002f) S/2002/1417. Sixteenth report of the Secretary-General on UNAMSIL. [http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N02/754/95/IMG/N0275495.pdf?](http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N02/754/95/IMG/N0275495.pdf?OpenElement)
[OpenElement](#) [23 de Agosto de 2011].

UN (2003a) S/2003/321. Seventeenth report of the Secretary-General on UNAMSIL.
[http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N03/277/53/IMG/N0327753.pdf?](http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N03/277/53/IMG/N0327753.pdf?OpenElement)
[OpenElement](#). [23 de Agosto de 2011].

UN (2003b) S/RES/1470.
[http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N03/301/73/PDF/N0330173.pdf?](http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N03/301/73/PDF/N0330173.pdf?OpenElement)
[OpenElement](#) [23 de Agosto de 2011].

UN (2003c) S/2003/663. Eighteenth report of the Secretary-General on UNAMSIL.
[http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N03/398/48/PDF/N0339848.pdf?](http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N03/398/48/PDF/N0339848.pdf?OpenElement)
[OpenElement](#) [23 de Agosto de 2011].

UN (2003d) S/2003/863. Nineteenth report of the Secretary-General on UNAMSIL.
[http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N03/489/20/IMG/N0348920.pdf?](http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N03/489/20/IMG/N0348920.pdf?OpenElement)
[OpenElement](#) [23 de Agosto de 2011].

UN (2003e) S/RES/1508.
[http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N03/525/52/PDF/N0352552.pdf?](http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N03/525/52/PDF/N0352552.pdf?OpenElement)
[OpenElement](#) [23 de Agosto de 2011].

UN (2004a) S/2004/228. Twenty-first report of the Secretary-General on UNAMSIL.
[http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N04/270/25/PDF/N0427025.pdf?](http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N04/270/25/PDF/N0427025.pdf?OpenElement)
[OpenElement](#) [23 de Agosto de 2011].

UN (2004b) S/2004/536. Twenty-second report of the Secretary-General on UNAMSIL.
[http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N04/404/90/IMG/N0440490.pdf?](http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N04/404/90/IMG/N0440490.pdf?OpenElement)
[OpenElement](#) [23 de Agosto de 2011].

UN (2004c) S/RES/1562.
[http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N04/514/37/PDF/N0451437.pdf?](http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N04/514/37/PDF/N0451437.pdf?OpenElement)
[OpenElement](#) [23 de Agosto de 2011].

UN (2005a) S/2005/273. Twenty-fifth report of the Secretary-General on UNAMSIL.
[http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N05/319/62/PDF/N0531962.pdf?](http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N05/319/62/PDF/N0531962.pdf?OpenElement)
[OpenElement](#) [23 de Agosto de 2011].

UN (2005b) S/RES/1610. <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N05/404/87/PDF/N0540487.pdf?OpenElement> [23 de Agosto de 2011].

UN (2005c) S/RES/1620. <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N05/477/15/PDF/N0547715.pdf?OpenElement> [23 de Agosto de 2011].

UN (2005d) S/2005/777. Twenty-seventh report of the Secretary-General on UNAMSIL. <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N05/630/47/PDF/N0563047.pdf?OpenElement> [23 de Agosto de 2011].

UN (2008a) *Gender Perspective in United Nations Peacekeeping Operations*. Williamsburg: Peace Operations Training Institute. <http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00002093.pdf> [14 de Maio de 2011].

UN (2008b) *United Nations Peacekeeping Operations - Principles and Guidelines*. New York: Department of Peacekeeping Operations. http://pbpu.unlb.org/pbps/library/Capstone_Doctrine_ENG.pdf. [14 de Maio de 2011].

UN (2009) *A New Partnership Agenda: Charting A New Horizon for UN Peacekeeping*. New York: Department of Peacekeeping Operations and Department of Field Support. <http://www.un.org/en/peacekeeping/documents/newhorizon.pdf> [14 de Maio de 2011].

UN (2011) *United Nations Peacekeeping Operations. Fact Sheet*. <http://www.un.org/en/peacekeeping/documents/bnote010101.pdf>. [14 de Maio de 2011].

UN (2012) *United Nations Truce Supervision Organization*. <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/untso/index.shtml> [20 de Maio de 2012].

UNEP (2009) *From conflict to Peacebuilding: the role of natural resources and the environment*. Nairobi: United Nations Environment Programme.

UNDP (2011) *Human Development Report 2011 – Sustainability and Equity: A better future for all*. New York: United Nations Development Program.

UNIC (2000) *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. http://unicrio.org.br/img/DeclU_D_HumanosVersoInternet.pdf [14 de Maio de 2011].

UNICEF. "Child rights in Sierra Leone" www.unicef.org/rightsite/sowc/pdfs/panels/Child%20rights%20in%20Sierra%20Leone.pdf [10 de Junho de 2012].

Wallensteen, Peter (2007) *Understanding Conflict Resolution*. 2.ed. London: SAGE.

Waltz, Kenneth (1979) *Theory of International Politics*. New York: McGraw Hill.

Welsh, Jennifer M. (2004) *Humanitarian Intervention and International Relations*. Oxford: Oxford University Press.

Wendt, Alexander (1987) "The agent-structure problem in international relations theory" *International Organization*, vol. 41, no. 3, 1987.

Wendt, Alexander (1992) "Anarchy is what States Make of it: The Social Construction of Power Politics" *International Organization*. Vol. 46, No. 2. (Spring, 1992), pp. 391-425.

Wendt, Alexander (1999) *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.

Wight, Colin (2006) *Agents, Structures and International Relations – Politics as Ontology*. Cambridge: Cambridge University Press.

World Bank. "The Mano River Declaration" <http://wits.worldbank.org/GPTAD/PDF/archive/MRU.pdf> [10 de Junho de 2012].